

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

LUIZ FELIPE BARROS LIMA DA SILVA

**MOBILIDADE TERENA PARA ASSENTAMENTOS
INFORMAIS URBANOS NA PERIFERIA DA CIDADE:
Processos de (re)territorialização da Comunidade Indígena do
Jardim Inápolis em Campo Grande–MS**

CAMPO GRANDE-MS

FEVEREIRO - 2022

LUIZ FELIPE BARROS LIMA DA SILVA

**MOBILIDADE TERENA PARA ASSENTAMENTOS
INFORMAIS URBANOS NA PERIFERIA DA CIDADE:
Processos de (re)territorialização da Comunidade Indígena do
Jardim Inápolis em Campo Grande–MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para obtenção do grau de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Victor Ferri Mauro

CAMPO GRANDE-MS

FEVEREIRO – 2022

LUIZ FELIPE BARROS LIMA DA SILVA

**MOBILIDADE TERENA PARA ASSENTAMENTOS INFORMAIS
URBANOS NA PERIFERIA DA CIDADE: Processos de
(re)territorialização da Comunidade Indígena do Jardim Inápolis em
Campo Grande–MS**

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Victor Ferri Mauro (PPGAS/UFMS) - presidente da banca

Prof.^a. Dr.^a. Vera Lúcia Ferreira Vargas (PPGCult/UFMS) - avaliadora externa

Prof. Dr. Levi Marques Pereira (PPGAnt/UFGD) – avaliador externo

Prof. Dr. Antonio Hilário Aguilera Urquiza (PPGAS/UFMS) – avaliador interno

AGRADECIMENTOS

Aos povos originários desta terra, em especial aos Terena. Sempre fui muito bem recebido pelos Terena com quem tive a oportunidade de interagir e registrar suas trajetórias e histórias de vida. Sou grato a cada um de vocês por toda a ajuda no processo de elaboração desta pesquisa.

Gostaria igualmente de agradecer à minha mãe, Maria Tereza, por ser o esteio fundamental nos anos que pude me dedicar a presente pesquisa. De igual maneira, gostaria de agradecer ao apoio oferecido por meu querido pai, Antônio Aparecido da Silva, falecido em janeiro de 2021 após ter sofrido um AVC em 2020. Sem você, sem seu apoio enquanto eu ainda era um jovem acadêmico e precisava de uns trocados, talvez eu não estivesse chego tão longe. Aos meus irmãos, André Luís e Izabella.

À minha companheira Janaína Miranda, por toda a ajuda prestada, nas correções ortográficas, de estilo e pontuação. Em tempo, peço desculpas por todas as ocasiões em que me ausentei de nosso convívio ou que mesmo estando de corpo presente, algumas vezes não estive em mente. Muito obrigado, meu amor!

Aos meus professores e colegas do glorioso Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS). Ao meu orientador, Prof. Dr. Victor Ferri Mauro, por ter aceito orientar a presente pesquisa. Aos meus colegas de trabalho na Escola Estadual Dolor Ferreira de Andrade.

Aos meus companheiros no AGGREGION (Eduardo “Rã”, Adriano “Kaverna” e Alysso) pela caminhada e suporte nos tempos difíceis. Vocês foram muito importantes.

Por fim, gostaria de agradecer aos companheiros(as), amigos(as) e camaradas: Lelo “Abutre” Reinoso, Douglas Deusdete, Rodrigo “Antichrist”, Mário “Cavernão” Botelho, Ana Corina, Daniel “Frango” Wirti, Roberto “Durão Murdok”, Fernando “Alemão”, Wellington “Faíska”, Paolla Loubet, Silvana Zuse, Isabel Aparecida Arguelho, Bruna Cordeiro, Livia Cordeiro, Mara Falconi da Hora Bernardelli, James “O Caolho” Rafael, Victor “Amarelo” Nascimbeni, João Pedro “Profano”, Eduardo Barreto Aguiar, Rômulo Ballestê, Patrícia Sabioni, Raihner Batista, Euton Carrilho, Marcos “Rato”, Gislene “Gis”, Marcão “Black”, Valdivino “Cachorrão”, Rafael “Baal”, Rodrigo “Bugre” Ieyasu, Jean A. E. da Costa, Marconi, Thiago “Splatter”, Pablo “Terenos”, Pablo Alexandre, Thiago Rodrigues, Danilo, Érika, Pedro “Punk”. Victor “Vítinho”.

Muito Obrigado!

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise do processo de mobilidade de um grupo de indígenas Terena oriundo de aldeias no interior de Mato Grosso do Sul para um bairro periférico da capital daquele estado – Campo Grande –, originando um assentamento informal urbano, autoidentificado como Comunidade Indígena do Jardim Inápolis. A análise se respalda em informações obtidas em extenso levantamento bibliográfico de obras escritas sobre os Terena articuladas à informações produzidas em campo a partir de observações diretas e conversas com lideranças familiares moradoras da comunidade em questão. Por meio do trabalho etnográfico com famílias integrantes desse assentamento, a pesquisa investiga o histórico de mobilidade e inserção no contexto urbano, o processo de formação da comunidade e as estratégias de adaptação ao novo ambiente, que incluem aspectos de organização espacial, habitação e sociabilidade característicos das figurações sociais Terena. As narrativas apresentadas, somadas às observações de campo, permitiram compreender motivos que induziram a mobilidade dos indígenas. Através das narrativas dos interlocutores, foi possível identificar a manutenção de redes de parentesco e compadrio que vinculam pessoas dentro desse grupo de acordo com padrões tradicionais da etnia.

Palavras-chave: Terena; Parentesco; Mobilidades; Etnicidade; Urbanização.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the mobility process concerning a Terena indigenous group from the countryside of Mato Grosso do Sul to the peripheries of its capital, Campo Grande, spurring the creation of an informal urban settlement, further entitled as Indigenous Community of Jardim Inápolis. The analysis is based on extensive data collection from works written about the Terena people in texts within formation acquired from field research: both observational practices as well as conversations with their acknowledged leaders. Alongside families belonging to the settling, this research aims, through ethnography, to investigate their mobility and urban integration, the progression of the settlement formation and their strategies to adapt to a new environment, which include spatial organization, habitation and social characteristics specific to the Terena. When encompassing all sources of information, it was possible to understand the underlying reasons to their mobility. Nevertheless, indicators presented throughout the speech of some speakers shed a light on the importance of kinship and companionship to strengthen the group as a whole according to traditional standards.

Keywords: Terena; Kinship; Mobilities; Ethnicity; Urbanization

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Área geográfica das Terras Indígenas Terena.....	52
Figura 2: Planta urbana de Campo Grande (MS) com a localização das aldeias urbanas e ocupações indígenas.....	72
Figura 3: Feira Indígena na área central da cidade.....	76
Figura 4: Alguns dos Produtos comercializados na Feira Indígena.....	77
Figura 5: Reportagem da mídia periódica sobre Aldeia Urbana Marçal de Souza.....	81
Figura 6: Unidades Habitacionais da Comunidade Indígena Água Bonita.....	84
Figura 7: Centro Cultural da Comunidade Indígena Água Bonita.....	84
Figura 8: Criação do Conselho Estadual dos Direitos do Índio.....	92
Figura 9: II Encontro de Lideranças Indígenas de Mato Grosso do Sul, 1988.....	94
Figura 10: 1º Encontro de Mulheres Terena de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, julho de 1990.....	96
Figura 11: Núcleo de Produção de Cerâmica Terena no bairro Jardim Noroeste, Periferia de Campo Grade.....	104
Figura 12: Mapa de localização da Comunidade Indígena do Jardim Inápolis.....	108
Figura 13: Rua Texas, na Comunidade Indígena do Jardim Inápolis	109
Figura.14: Residência do casal Sr. Antônio e Dona Juliana.....	110
Figura 15: Terreno da residência do casal Sr. Antônio e Dona Juliana.....	120
Figura.16: Residência do Sr. Náflio, pai de Dona Juliana.....	121
Figura.17: Passagem interna que leva à casa do casal Sr. Antônio e Dona Juliana. A frente, Sr. Antônio, Sr. Ribeiro Barbino e Sr. Paixão Delfino, maio de 2019.....	123
Figura.18: Moradia na Comunidade Indígena do Jardim Inápolis.....	124
Figura.19: Pé de Jaca, localizado no terreno da casa de Sr. Náflio e do casal Sr. Antônio e Dona Juliana.....	129
Figura 20: Moradia na Comunidade Indígena do Jardim Inápolis.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI: Associação dos Artesãos Indígenas

ABA: Associação Brasileira de Antropologia

AFIC: Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande

AGEHAB: Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul

AGESUL: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

AM: Amazonas

AMARN: Associação das Mulheres do Alto Rio Negro

AMHASF: Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários

AMI: Associação de Moradores Indígenas

AMITA: Associação de Moradores Indígenas do Tarsila do Amaral

AMITRUT: Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, dos Rios Uaupés e Tiquié

CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de Mato Grosso do Sul

CEDOC: Centro de Documentação Antônio Brand

CESE: Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CIMI: Conselho Indigenista Missionário

CMDDI/CG: Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande

CNPJ: Certidão Nacional de Pessoa Jurídica

CTI: Centro de Trabalho Indigenista

DF: Distrito Federal

DGI: Diretoria Geral dos Índios

EFNOB: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz

FIS: Fundo de Investimentos Sociais

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FUNASA: Fundação Nacional de Saúde

FUNSAT: Fundação Social do Trabalho

GDF: Governo do Distrito Federal

GT: Grupo de Trabalho

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INTERMAT-MT: Instituto de Terras de Mato Grosso

IR 6: Inspeção Regional 6

MAIC: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MS: Mato Grosso do Sul

NEPPI: Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PLANURB: Instituto Municipal de Planejamento Urbano

PNHR: Programa Nacional de Habitação Rural

PT: Partido dos Trabalhadores

RENIU: Rede Nacional de Articulação dos Povos Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes

RGP: Repartição Geral dos Telégrafos

RJ: Rio de Janeiro

RS: Rio Grande do Sul

SDHU: Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos

SIM: Serviço de Informação da Mulher

SISGRAN: Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande

SNA: Sociedade Nacional da Agricultura

SP: São Paulo

SPI: Serviço de Proteção aos Índios

SPIILTN: Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

SUS: Sistema Único de Saúde

TI: Terra Indígena

TJMS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

UCDB: Universidade Católica Dom Bosco

UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNIND/UNI: União das Nações Indígenas

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – OS TERENA: TERRITORIALIZAÇÃO E CONJUNTURA HISTÓRICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	25
1.1. OS TERENA: ASPECTOS ETNOHISTÓRICOS E TERRITORIAIS.....	25
1.2. OS TERENA DURANTE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA.....	32
1.3 OS TERENA E O PÓS-GUERRA.....	37
1.4. O SPI E A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS TERENA: REGIME TUTLEAR E APROPRIAÇÃO DO TRABALHO.....	47
CAPÍTULO II: MOBILIDADE TERENA: DAS RESERVAS INDÍGENAS À CIDADE DE CAMPO GRANDE.....	64
2.1. MOBILIDADES E MULTILOCALIDADES INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS.....	64
2.2. OCUPANDO A CIDADE: DINÂMICAS FAMILIARES E O PROCESSO DE (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DOS TERENA EM CAMPO GRANDE– MS.....	73
2.3. ETNOPOLÍTICA TERENA E AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NA CIDADE.....	90
CAPÍTULO III: OS TERENA DO JARDIM INÁPOLIS.....	108

3.1. A COMUNIDADE INDÍGENA DO JARDIM INÁPOLIS.....	108
3.2. MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA MORADIA ENTRE OS TERENA DO JARDIM INÁPOLIS.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	145

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise do processo de mobilidade de um grupo de indígenas Terena oriundo de aldeias no interior de Mato Grosso do Sul para um bairro periférico da capital daquele estado - Campo Grande -, originando um assentamento informal urbano, autoidentificado como Comunidade Indígena do Jardim Inápolis. Por meio do trabalho etnográfico com famílias integrantes desse assentamento, a pesquisa investiga o histórico de mobilidade e inserção no contexto urbano, o processo de formação da comunidade e as estratégias de adaptação ao novo ambiente, que incluem aspectos territoriais, habitação e moradia característicos das figurações sociais Terena. Além disso, através das narrativas dos interlocutores, foi possível identificar a manutenção de redes de parentesco e compadrio, que vinculam pessoas dentro desse grupo de acordo com padrões tradicionais da etnia.

A temática indigenista está presente em meu repertório acadêmico desde o período em que me graduei em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), entre os anos de 2012 e 2016. Durante esse curso, tive a oportunidade de acompanhar disciplinas que versavam sobre questões voltadas ao território e à territorialidade de povos originários, ribeirinhos e comunidades quilombolas.

Em meu trabalho de conclusão de curso, realizei um estudo de caráter qualitativo, cuja reflexão central foi a forma como se deu o acesso à moradia para famílias da comunidade Terena da Aldeia Urbana Água Bonita, localizada na periferia de Campo Grande. Desenvolvi uma análise sobre as condições socioespaciais vivenciadas pelos seus habitantes. Para atingir os objetivos da pesquisa, levei em consideração o histórico de constituição da comunidade, a sua luta pela inclusão em programas de habitação popular junto ao poder público, a territorialidade e a identidade étnica do grupo.

A partir dessa pesquisa, pude ter conhecimento de outras comunidades indígenas que estavam buscando os mesmos direitos junto aos órgãos governamentais, por meio do associativismo étnico e do protagonismo político de lideranças familiares, posto que assim percebi que a realidade e o número de ocupações indígenas em Campo Grande são bem mais expressivos.

De maneira geral, a presença dos grupos indígenas nas cidades brasileiras não é um fenômeno recente. Fatores como precarização das condições de vida nas Terras Indígenas quanto à prestação de serviços em saúde, educação, lazer, geração de emprego e renda, além de problemas relativos às pendências nas regularizações fundiárias,

violência, entre outros, são alguns dos catalisadores do processo de migração constante para o meio urbano. Desde a década de 1960, as migrações indígenas para grandes centros urbanos, como São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Manaus, Brasília e Campo Grande têm se intensificado.

Na capital sul-mato-grossense, tem se fixado na área urbana famílias predominantemente de cinco etnias (Terena, Kaiowá, Guarani, Kadiwéu e Guató), originárias de aldeias no interior do estado. Nesse quadro, os Terena ocupam uma posição de destaque em termos quantitativos.

Algumas comunidades indígenas que se formaram no contexto urbano conseguiram por meio do associativismo étnico constituir moradias através da inserção em políticas públicas de habitação, como demonstra o caso das chamadas aldeias urbanas, que se constituem em conjuntos habitacionais destinados à moradia de famílias indígenas, a exemplo da Marçal de Souza, no bairro Tiradentes, e da Água Bonita, no Jardim Anache.

Verificou-se, por meio dos dados censitários, que, nos últimos anos, houve um considerável incremento do número de famílias emigradas principalmente das TI's Taunay/Ipegue e Limão Verde (no município de Aquidauana), Cachoeirinha (em Miranda) e Buriti (nas cidades de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti), originando assim novos assentamentos na periferia de Campo Grande, que atualmente conta com doze comunidades indígenas assentadas precariamente.

É necessário ressaltar que Mato Grosso do Sul se constitui como a segunda unidade da federação com maior população autodeclarada indígena do país, com 73.295 habitantes, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010.

Um desses núcleos de assentamento é o foco central de nosso trabalho. Ele está situado no Jardim Inápolis, na zona oeste da cidade, nas proximidades do núcleo industrial, formado há cerca de 20 anos e composto por aproximadamente 150 famílias. Neste trabalho, procuramos, por meio da história oral, analisar o movimento migratório de integrantes que compõem esse assentamento, das aldeias no interior do estado para a área urbana da capital. De igual modo, a partir das entrevistas em profundidade e da observação participante, buscamos compreender a constituição de uma nova forma de territorialidade, onde persistem padrões tradicionais de parentesco e compadrio e a constituição de um processo de territorialização que se apoia no acionamento de

elementos culturais ressignificados que, em contraste com a sociedade envolvente, demarcam a identidade étnica específica.

A respeito do estudo realizado com a população Terena residente em duas comunidades indígenas de Campo Grande, Mussi (2006, p. 247) salienta que:

No caso Terena, construção da decantada etnicidade ocorre quando os atores organizam-se socialmente na interatividade com outros grupos sociais, demarcando as suas fronteiras étnico-sociais e selecionando somente os fatores que os consideram significativos. Em outras palavras, e retomando a proposição de Barth, podemos dizer que o termo etnicidade, é visto como uma forma de organização social que permite descrever as fronteiras - espaço urbano - e as relações dos grupos sociais - Terena e não indígenas - em termos de contrastes altamente seletivos, que são utilizados de forma simbólica para organizar as identidades e as interações; seria até possível dizer que tais interações facultam a criação de novas identidades, ou identidades em movimento, posto que são resultantes da negociação de pautas culturais colocadas em jogo, e em crise.

Com essa perspectiva em mente, pretendo inicialmente realizar alguns apontamentos a respeito do trabalho de campo e questões ligadas a interpretação dos “outros” (os múltiplos sujeitos e vozes), na pesquisa etnográfica. Para tanto, tomarei como arena de interlocução a primeira reunião que tive a oportunidade de participar no contexto deste trabalho. Essa reunião foi realizada junto às lideranças indígenas da cidade e dos moradores do assentamento indígena Paravá, localizado no bairro Vila Romana, e contou com a presença de lideranças familiares e comunitárias e do coordenador regional da Funai, na época o Sr. Henrique Dias, também indígena da etnia Terena.

Na manhã de 18 de maio de 2019, fui até o encontro das lideranças a convite do indígena Ivan, sobrinho de Ribeiro Barbino. Na época, Ivan era o titular representante da Coordenadoria de Defesa das Populações e Comunidades Indígenas de Campo Grande, órgão vinculado à Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos da Prefeitura Municipal (SDHU). Logo em minha chegada, fui muito bem recebido por todos eles, que se alegravam em ver um *Purutuye* (palavra que quer dizer “não indígena” na língua Terena) interessado em participar de uma reunião tão importante para o destino deles.

Na ocasião, me postei junto às lideranças em uma roda de *tereré* abrigada sob uma pequena estrutura feita de estacas de madeira e coberta por lona, em frente à casa de um parente do cacique do assentamento, o Sr. Donald. Em certos momentos, elas paravam de falar em português e conversavam no idioma terena (da família linguística Aruak). A reunião teve início às 10 horas e 14 minutos, e os integrantes do conselho registraram em

ata as decisões combinadas nas reuniões. Para eles, o uso de ata se traduz em uma maneira de formalizar as questões debatidas.

O primeiro a falar foi o Sr. Ribeiro Barbino, cacique (*Naati*) do Jardim Inápolis e, ao que pareceu logo de início, figura bastante respeitada entre os caciques dos assentamentos indígenas da cidade. Percebi já em minha primeira incursão em campo que o Sr. Ribeiro era reputado como um importante articulador político entre seus pares. Ao longo dos três anos em que se desenvolveu minha pesquisa, este senhor se tornou meu principal interlocutor no contexto do trabalho de campo.

Muito eloquente, o Sr. Ribeiro, natural da aldeia Cachoeirinha, fez colocações sobre a importância da participação das lideranças nas reuniões, e enfatizou que o fortalecimento do conselho de lideranças contribui para que as políticas públicas sejam planejadas e aplicadas de uma maneira mais eficiente.

O Sr. Ribeiro apontou as dificuldades junto à assistência de saúde nos assentamentos indígenas, decorrentes de um problema relatado por caciques e pelo coordenador regional da FUNAI, que era a existência de um documento do Ministério da Saúde (Decreto 3.156/99)¹ que orienta que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) a atenderem apenas casos em aldeias localizadas em Terras Indígenas (TI) devidamente reconhecidas e homologadas, excluindo assim o atendimento aos indígenas que vivem em contextos urbanos e deixando de fora da cobertura significativa parcela da população indígena do estado.

Outro problema colocado pelo senhor Ribeiro seria a falta de reconhecimento por parte de alguns moradores das comunidades em relação à liderança exercida pelos caciques eleitos mediante o voto e que, em alguns casos, não são reconhecidos por algumas pessoas enquanto representantes, deixando a entender que, em certos momentos, existem conflitos e disputas no interior das comunidades indígenas da cidade. Mais adiante abordaremos esse tema com maior percuciência.

A pauta central da aludida reunião foi o atendimento à saúde para as comunidades indígenas da cidade. As lideranças afirmaram que os moradores de suas comunidades passam por dificuldades quanto à esta questão. Relataram também uma impressão acerca da precarização da estrutura e do serviço do órgão competente, a Secretaria Especial de

¹ “Parágrafo único. A organização das atividades de atenção à saúde das populações indígenas dar-se-á no âmbito do Sistema Único de Saúde e efetivar-se-á, progressivamente, por intermédio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, ficando assegurados os serviços de atendimento básico no âmbito das terras indígenas.” Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3156.htm> Acesso em: 20 maio. 2019.

Saúde Indígena (SESAI). Também foram levantadas questões relativas ao racismo estrutural em instituições públicas, no atendimento da parte de alguns servidores da SESAI e em certos estabelecimentos de ensino da capital, que submetem adolescentes e jovens a situações constrangedoras, principalmente quando estes conversam entre si na língua indígena.

Não se sabe com exatidão o número de indígenas que vivem em Campo Grande, mas a estimativa do conselho de lideranças é que residam entre 12 a 15 mil indivíduos, vivendo agregados em comunidades ou em moradias dispersas por bairros variados. Além disso, muitos “patrícios”² moram por períodos intermitentes nas casas de familiares espalhadas por bairros da cidade, como Guanandi, Tiradentes, Nova Lima, Jardim Noroeste, Jardim Aeroporto, Vila Manoel Seco Tomé, bairro Núcleo Industrial, dentre outros. Além disso, muitos indígenas constituíram famílias com não indígenas.

Na mencionada reunião, o Sr. Donaldo apontou dificuldades de locomoção, haja vista que a comunidade é bem afastada do centro da cidade (aproximadamente 15 quilômetros), e carente de serviços de transporte público.

Outro ponto ressaltado na reunião foram os registros de nascimento de indígenas que nasceram na cidade, e que, em virtude disso, não podem ser registrados nas aldeias de seus ancestrais, existindo nesse aspecto uma enorme burocracia junto ao órgão indigenista. Relataram também a importância da manutenção do idioma terena como mecanismo cultural de afirmação étnica, por meio da construção de uma escola em que seja ofertado o ensino bilíngue, com disciplinas lecionadas por professores indígenas.

O coordenador regional da FUNAI deu explicações para as lideranças sobre a educação escolar. Em sua fala, o Sr. Henrique chamou a atenção para a necessidade de ser criado um mecanismo junto à prefeitura a fim de oportunizar uma extensão para o ensino bilíngue e pela valorização da cultura indígena nas escolas. Na ocasião, ele avaliou ser de suma importância o acesso à assistência sanitária e à educação bilíngue e intercultural.

Entendo que mudanças nos paradigmas do pensamento antropológico propiciaram novas formas de produção científica, principalmente em relação a metodologia de pesquisa e trabalho de campo. Parte desse conjunto de mudanças tornou o trabalho de campo um *à priori* na produção da chamada “escrita etnográfica”. Dessa forma, optamos

² “Patrício”, assim como “parente”, é um termo utilizado frequentemente pelos indígenas brasileiros para designar outros sujeitos indígenas.

em nossa pesquisa pela observação direta, utilização do diário de campo e entrevistas registradas com gravador de voz.

Para Florence Weber (2009, p. 2):

É no diário de campo que se exerce plenamente a “disciplina” etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador.

Em meu trabalho de campo, o diário foi largamente utilizado para registro das narrativas dos interlocutores. Além disso, o diário foi útil para anotações sobre vocabulário, comportamento cotidiano, diagramas de parentesco, dentre outras utilidades. Assim, anotávamos um grande volume de informações, tais como o nome completo das pessoas, a idade, a naturalidade, o estado civil, a composição familiar e a filiação genealógica. Assim, conhecíamos um pouco sobre as histórias e trajetórias dos integrantes da família extensa e da família nuclear na comunidade em questão.

Utilizando o gravador de voz, registrei suas trajetórias e histórias de vida, os percalços e experiências que vivenciaram até se estabelecerem na comunidade, além de suas impressões sobre a cidade e o modo de vida urbano. Quando retornava do campo, imediatamente redigia de modo textualizado o que foi anotado provisoriamente no diário e fazia a degravação dos arquivos de áudio. O aparelho também foi utilizado para o registro fotográfico da comunidade e de alguns de seus integrantes.

Para mim, este encontro com as lideranças foi de vital importância para a construção de trabalho etnográfico junto aos Terena. Segundo Eckert (1996, p. 118):

O método etnográfico vem a se afirmar como instrumento epistemológico coerente para construir as tramas e as redes de relações nas quais transparecem as ações dos homens e para conhecer a maneira, ao mesmo tempo individual e coletiva, de os entrevistados pensarem, interpretarem e exprimirem as continuidades e descontinuidades de um tempo vivido, reelaboradas e ressemantizadas no presente, tanto quanto suas aspirações e projetos de vida, sem perder de vista as circunstâncias históricas em que emergem essas categorias e conceitos.

Nesse mesmo sentido, os estudos de Clifford Geertz (1978; 1997) são sugestivos, principalmente no tocante à interpretação que fazemos da vida social e coletiva de nossos interlocutores. Assim, as narrativas dos sujeitos que residem nesses assentamentos contribuíram para enriquecer os dados qualitativos de minha pesquisa. Ao adentrar na realidade dos sujeitos étnicos com os quais estabeleci uma relação, fiquei diante de uma teia de significados específicos, com os quais me deparei no trabalho de campo e que fui

elucidando no “Estar lá”, nos termos do citado autor. Produzir uma narrativa sobre os outros é um caminho complexo, constantemente entremeado por desafios e limitações. Todavia, as narrativas de histórias de vida, suas trajetórias, angústias e conquistas são para mim elementos altamente significativos, principalmente para assegurar o lugar de fala desses sujeitos.

Na perspectiva de Geertz (1978), a subjetividade contribui de forma inerente à pesquisa de campo, desde a primeira etapa em que iniciamos a pesquisa. Assim, para o referido antropólogo, o trabalho etnográfico torna-se uma ficção (o que não quer dizer que não seja verdadeira). De acordo com este autor:

Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda ou terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções; no sentido de que são “algo construído”, algo modelado – sentido original de fictio – não que sejam falsas, não factuais ou apenas experimentos de pensamento. (p. 11).

Em outro trabalho, Geertz (1997) discute uma problemática de ordem epistemológica da ciência antropológica, que é a forma como nos colocamos frente aos sujeitos observados para entendermos suas formas organizacionais, seus símbolos identitários e como utilizarmos mecanismos metodológicos para uma interpretação coerente de realidades alheias à nossa. Assim, o autor preconiza que se busque a compreensão destas múltiplas dimensões e formas de interação social através de uma atitude pendular constante entre as categorias “nativas”, e as que o antropólogo utiliza para realizar os seus objetivos científicos.

Geertz ilustra esta perspectiva epistemológica recuperando brevemente as suas análises sobre as noções de pessoa (o “eu”) e o seu *modus vivendi* enquanto sujeito de uma comunidade em Java, Bali e no Marrocos, por exemplo.

A questão é epistemológica. Se é que vamos insistir – e, na minha opinião, devemos insistir - que é necessário que antropólogos vejam o mundo do ponto de vista dos nativos, onde ficaremos quando não pudermos mais arrogar-nos alguma forma unicamente nossa de proximidade psicológica, ou algum tipo de identificação transcultural com nossos sujeitos? (GEERTZ, 1997, p. 86).

Dessa forma, para Geertz (1997), ao invés de nos atermos à prática antropológica X em oposição a Y, devemos fazer com que ambas as correntes se comuniquem, exaltando o uso do conceito de “experiência próxima” e “experiência distante”. A definição de experiência próxima seria aquilo que alguém usaria naturalmente e sem muito esforço para definir o que seus semelhantes sentem, veem, pensam etc; e que o

próprio sujeito da ação entenderia se fosse utilizado da mesma maneira por outros. Já a definição de experiência distante seria aquilo utilizado por especialistas, aquilo que não nos é habitual. Para o autor, o etnógrafo não pode limitar-se a nenhum dos conceitos.

A verdadeira questão relaciona-se com os papéis que os dois tipos de conceitos desempenham na análise antropológica. Logo, para Geertz (1997), a “experiência próxima” e a “experiência distante” devem estar alinhavadas, em sintonia, em uma espécie de simbiose epistemológica, a fim de que o pesquisador consiga conceber, minimamente, a totalidade dos conceitos, práticas e costumes dos interlocutores.

Para nós, aquilo que é observado passa pelo crivo das interpretações e, nesse sentido, concordamos com Eckert (1996, p. 115) quando coloca que:

As interpretações nascem no processo da investigação antropológica, que é produto do tema objetivado pelo pesquisador e do encontro de complexas subjetividades. Pesquisador e sujeitos pesquisados vivenciam no tempo de duração do trabalho de campo uma experiência interativa de negociação de interesses, em que informações são trocadas, além de afetividades, angústias, tensões, frustrações etc.

No tempo de duração de meu trabalho de campo (que se iniciou em maio de 2019, interrompido durante o ano de 2020 em virtude da pandemia de Covid-19 e retomado no início de 2021), percorri pontos da cidade com alguns de meus interlocutores, sempre embalados por conversas sobre suas trajetórias. Muitas vezes, as famílias me telefonaram para que eu levasse indivíduos em determinados lugares, tais como FUNAI, prefeitura, órgãos e secretarias de assistência social e comunitária. Inclusive no âmbito do trabalho de campo, transporte algumas famílias para realizar a vacinação da primeira dose do imunizante contra a Covid-19, em abril de 2021, na Aldeia Urbana Marçal de Souza. Assim, entendi que se processou uma experiência interativa entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, em que informações eram compartilhadas e relações de mútua empatia eram estabelecidas.

Neste ponto, abro diálogo com James Clifford (1998, p. 19), cuja obra dedica-se a problematizar a “autoridade etnográfica”. Nesse texto ele retrata “a formação e desintegração da autoridade etnográfica na antropologia social no século XX”. Algumas colocações de Clifford a respeito da negação dos “outros” na escrita etnográfica são primordiais para compreender a percepção do antropólogo na interação com os nativos.

Em síntese:

É mais do que nunca crucial para os diferentes povos formar imagens complexas e concretas uns dos outros, assim como das relações de poder e de conhecimento que os conectam; mas nenhum método científico soberano ou instância ética pode garantir a verdade de tais

imagens. Elas são elaboradas - a crítica dos modos de representação colonial pelo menos demonstrou bem isso - a partir de relações históricas específicas de dominação e diálogo. (CLIFFORD, 1998, p. 19).

Seguindo o itinerário científico, procedi o levantamento bibliográfico e documental em artigos, dissertações, teses, livros e outros documentos que abordam a história e a cultura do povo Terena e questão de indígenas vivendo em meio urbano em cidades brasileiras. Nossa intenção foi dialogar com autores que possam contribuir para a compreensão da problemática dos sujeitos observados na pesquisa.

Assim, o referencial que subsidiou este trabalho está apoiado em obras que estudaram os Terena produzidas, por exemplo, por Cardoso de Oliveira (1968, 1976), Mussi (2006), Ferreira (2007), Pereira (2009), Sant'Ana (2009), Vargas (2011), Ximenes (2019), dentre outros. De igual maneira, foram consultados trabalhos realizados por pesquisadores indígenas pertencentes a esse grupo étnico, como Mario Ney Rodrigues Salvador (2012), Luiz Henrique Eloy Amado (2019) e Lindomar Lili Sebastião (2016).

Para discutir questões como territorialização, (re)territorialização, identidade étnica e políticas públicas para indígenas em contextos urbanos, utilizamos como referencial teórico os trabalhos produzidos por Haesbaert (1999, 2005, 2012), Verdun (2008), Santos (2008), Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009), Albuquerque (2011, 2015), Espíndola (2013), Vietta (2015), Silva e Bernardelli (2016), Souza (2016), Paula (2017), Andrade (2018), Poutignat e Streiff-Fenart (2011), Barth (1969 [2011]), dentre outros.

Essa análise ilustra a diversidade cultural e a heterogeneidade socioespacial que marcam os espaços de vida e de circulação de coletividades indígenas para além de terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

Também foram utilizadas fontes documentais recolhidas em órgãos públicos como a FUNAI e a Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (AMHSF), informações sobre a implementação de programas habitacionais que contemplem famílias indígenas vivendo em condições de vulnerabilidade e precarização socioespacial. Por esta via, tivemos acesso a documentos produzidos por agências governamentais acerca das condições de vida de famílias habitantes de assentamentos indígenas em Campo Grande.

Com relação à produção de dados primários por meio do registro de narrativas, escolhi meus interlocutores, sobretudo, por seu perfil geracional, haja vista que os Terena mais velhos participaram mais como protagonistas dos processos de ocupação e constituição de comunidades e assentamentos indígenas em Campo Grande. Assim, privilegiamos pessoas de idade mais avançada, na faixa etária variando entre 45 e 86 anos,

possuidoras de trajetórias de trânsito e circulação entre aldeias, fazendas, usinas de produção sucroalcooleira e cidades ao longo de seus cursos de vida, trazendo à luz seus relatos biográficos, histórias e experiências de vida.

As entrevistas foram gravadas e algumas falas e gestos foram simultaneamente registrados no diário de campo. Todas as entrevistas foram concedidas com autorização dos sujeitos pesquisados e realizadas em língua portuguesa, na qual os interlocutores são fluentes. Entrevistamos ao todo estritamente uma dezena de indígenas, todos da etnia Terena, além de conduzirmos várias conversas informais com outros tantos, que ocorreram em momentos paralelos às entrevistas e/ou em ocasiões diversas. Recorremos dessa maneira, a entrevistas em profundidade e à metodologia de história de vida, privilegiando as trajetórias dos informantes e trazendo para o diálogo elementos de suas narrativas autobiográficas que os próprios julgavam relevante revelar.

Nas entrevistas em profundidade com integrantes da comunidade terena do Jardim Inápolis, a intenção foi entender o espaço urbano a partir da perspectiva desses sujeitos. Assim, meu interesse se voltou à investigação dos significados que esses sujeitos conferiam à vida e à territorialização no contexto urbano.

Como será apresentado ao leitor no Capítulo I, no período colonial, os Terena já haviam estabelecido uma intensa mobilidade territorial. Através de uma ampla revisão bibliográfica destacamos a relação dos Terena com outras coletividades indígenas no território do Pantanal mato-grossense, algumas características do sistema social indígena multiétnico do Chaco/Pantanal, a conjuntura Terena durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1964-1970), as mudanças nos mecanismos de aquisição de terras e os processos de territorialização e concentração de mão de obra indígena, a partir da implementação da política indigenista estatal, com a criação das Reservas Federais³ do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na primeira metade do século XX. Além disso, procurarei evidenciar a capacidade política e diplomática dos Terena na manutenção de sua identidade étnica e territorial.

Para Souza Lima (1995, p. 76), as reservas indígenas, definem-se, portanto, como:

[...] porções de terra reconhecidas pela administração pública através de seus diversos aparelhos como sendo de posse de *índios* e atribuídas por meios jurídicos, para o estabelecimento e manutenção de povos indígenas específicos. Territórios definidos às custas de um processo de alienação de dinâmicas internas às comunidades étnicas nativas

³ O termo "reserva" se refere a uma categoria administrativa utilizada pelo SPI para designar as áreas habitadas pelos indígenas sob a sua jurisdição. A sua significação foi alterada com a promulgação do Estatuto do índio em 1973.

compõem parte de um sistema estatizado de controle e apropriação fundiária que se procura construir como de abrangência nacional. Sua finalidade é disciplinar o acesso e utilização das terras, ao mesmo tempo mediando sua mercantilização, aplicando-lhe sistemas de registro e cadastramento (procedimento que não se impõe sem conflitos entre os inúmeros aparelhos de poder estatizados, às diversas unidades sociais surgidas historicamente da(s) conquista(s).

No Capítulo II, conduzi inicialmente uma revisão bibliográfica acerca da produção científica nacional sobre processos de ocupação de espaços urbanos por distintas coletividades indígenas no Brasil. Minha intenção foi destacar a diversidade étnica dos processos de migração, mobilidade e circulação de indígenas em contextos urbanos, ou como preferimos, “para contextos ampliados de interação social indígena” (PAULA, 2017, p. 301). Essa análise ilustra a diversidade cultural e a heterogeneidade socioespacial que marcam os espaços de vida e de circulação de coletividades indígenas para além de Terras Indígenas⁴ ocupadas.

Na sequência, trago uma interpretação em uma perspectiva histórica do processo de (re)territorialização dos Terena em Campo Grande, mostrando que o acesso à moradia pelas famílias indígenas na cidade deu-se com a ocupação de terrenos baldios e/ou desbarrancados em bairros periféricos como Guanandi, Tiradentes, Nova Lima, Vila Entroncamento, Jardim Noroeste, criando territorialidades alternativas no espaço urbano. Todavia, esse processo foi igualmente marcado pela precarização socioespacial dessas comunidades, fazendo com que as unidades familiares produzissem estratégias de luta e resistência cotidianas. Como destacado ainda no Capítulo II, nesse contexto de precarização, vários assentamentos informais constituídos por famílias indígenas surgiram na última década na capital sul-mato-grossense.

Frente aos problemas enfrentados pelas famílias indígenas, teve início uma maior articulação das lideranças comunitárias, resultando na criação de associações comunitárias indígenas, cujo objetivo maior seria a luta por direitos de diferentes ordens, passando assim a reivindicar do poder público direitos até então negligenciados a esses sujeitos sociais. Pelo que se pode inferir, o processo de formação das aldeias urbanas está historicamente consubstanciado à constituição de unidades associativas de caráter étnico, que se processaram em espaços-territórios marcados pela interação social de grupos

⁴ O termo “Terra Indígena”, em letras iniciais maiúsculas, se refere à uma categoria administrativa utilizada pelo Estado brasileiro para designar aquelas áreas de propriedade da União destinadas à habitação e ao usufruto exclusivo dos povos indígenas.

familiares. Em Campo Grande, diversas associações indígenas foram constituídas com o intuito de garantir a formalização de demandas da população residente na cidade.

De acordo com Ferreira (2007, p. 105):

As ações coletivas, públicas, organizadas em torno de um discurso afirmativo, indicam o desenvolvimento da capacidade política indígena que se articula inclusive com outros processos sociais difusos (como a escolarização, mobilidade social e espacial e etc.) [...] O seu emprego indica que os grupos sociais construíram condições materiais, organizativas e ideológicas, para sua utilização. [...] configura-se um conflito político em que os indígenas desenvolvem uma política de resistência a (e simbolicamente de inversão) uma situação de desigualdade gerada pela dominação estabelecida.

Diante desse quadro e, para minimizar a precarização socioespacial vivenciada por famílias indígenas, o poder público implementou a construção de conjuntos habitacionais que ficaram conhecidos como “aldeias urbanas”, retirando parte desse contingente populacional de áreas de ocupação consideradas pelo Estado como “irregulares” e/ou “invadidas”. Todavia, as políticas públicas de habitação são rarefeitas, de modo que não contemplam a população indígena urbana em sua totalidade. Nesse contexto, somado ao aumento dos processos de precarização socioespacial em curso no interior das TIs, que amplificam os fluxos migratórios de famílias do interior das aldeias para a cidade, vários assentamentos informais urbanos, constituídos por famílias indígenas, surgiram na última década em Campo Grande.

Por fim, o capítulo III apresenta uma análise do deslocamento espacial de um grupo de indígenas Terena oriundo de aldeias no interior de Mato Grosso do Sul para um bairro periférico da capital, com a consequente formação de um assentamento urbano informal, denominado pelos seus habitantes de Comunidade Indígena do Jardim Inápolis. Com isso, foi possível refletir sobre as estratégias de adaptação ao novo ambiente que incluem a manutenção de redes de parentesco e compadrio que vinculam pessoas dentro desse grupo de acordo com padrões tradicionais da etnia. A análise se respalda em informações produzidas em campo a partir de observações diretas e conversas com lideranças familiares moradoras da comunidade em questão.

Ao final, percebe-se nesse caso a manutenção de práticas tradicionais de organização socioespacial e relações de parentesco típicas dos Terena adaptadas ao contexto urbano. Além disso, é possível inferir a emergência de um processo de territorialização fortalecido por elaborações e ressignificações culturais que operam como marcadores da identidade étnica em contraste com a sociedade envolvente.

Para nós, tais estratégias se apresentam, dentre outras coisas, como uma forma de resistir e de re-existir participando da sociedade mais ampla, que é discriminatória, profundamente desigual e eivada de contradições.

CAPÍTULO I: TERRITORIALIZAÇÃO E CONJUNTURA HISTÓRICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

O objetivo do presente capítulo é contextualizar em uma perspectiva histórica a trajetória do povo Terena até a metade do século XX, dando enfoque ao conjunto de situações históricas que levaram ao processo de territorialização em Mato Grosso do Sul. O capítulo aborda as características da região ocupada pelos Terena, sua organização social e a relação com outras coletividades indígenas no território do Chaco e do Pantanal, a conjuntura dos Terena durante a guerra contra o Paraguai (1964-1970), as mudanças nos mecanismos de aquisição de terras e os processos de territorialização e concentração de mão-de-obra indígena a partir da criação das Reservas Federais do SPI no início do século XX, além de evidenciar a capacidade política e diplomática na manutenção de sua identidade étnica e territorial.

1.1. OS TERENA: ASPECTOS ETNOHISTÓRICOS E TERRITORIAIS

As principais referências etnográficas sobre os Terena (Etelenoé) apontam este grupo como falante de um idioma pertencente à família linguística Aruak, sendo um dos quatro subgrupos Chané ou Guaná⁵ documentados pela literatura etnológica, tradicionalmente habitantes do Chaco. As populações de matriz cultural Aruak são frequentemente agricultoras, sendo que os estudos linguísticos e arqueológicos apontam sua origem na Amazônia, na região entre o alto rio Negro e o alto rio Orinoco, na fronteira entre Venezuela e Brasil (BESPALEZ, 2015).

Os Terena são conhecidos como excelentes agricultores⁶, característica que propiciava o estabelecimento de trocas e relações interétnicas com outros grupos habitantes do Chaco, à exemplo dos Mbayá-Guaikuru⁷. O Chaco, que em Quéchu

⁵ De acordo com Eremites de Oliveira e Pereira (2012, p. 215) “Guaná-Txané também citado como Guaná, Chané ou Chané-Guaná, é uma categoria genérica, utilizada por cronistas antigos, para designar vários grupos étnicos que habitavam a região do Chaco e do Pantanal, pertencentes ao tronco linguístico Aruák, hoje englobados pela designação de Terena. Guaná é um termo Tupi, não sendo, portanto, uma autodenominação.”

⁶ “São várias as características socioculturais dos Terena que os englobam na tradição cultural Aruak. A principal delas reside no papel relevante desempenhado pela agricultura na sua economia. Antigamente, a agricultura dos chamados Txané era admirada pela sua sofisticação, com a utilização até mesmo de uma espécie de arado (warere-apêti), descrito pelos cronistas e ainda hoje lembrado pelos Terena mais velhos.” (AZANHA, 2005, p. 74).

⁷ “Também grafado como Mbayá-Guaicuru, também é uma categoria genérica, forjada no cenário dos contatos interétnicos em tempos coloniais, utilizada para designar determinados grupos indígenas que habitavam a região do Chaco e do Pantanal, aos quais se atribui acentuada índole guerreira devido, sobretudo, às representações históricas e historiográficas há muito difundidas na literatura. De

significa “local de caça”, compreende territórios que incluem, além daqueles localizados no Brasil, regiões assentadas no Paraguai, na Argentina e na Bolívia. (ARNT, 2005).

O Pantanal é uma planície sedimentar, com área de 138.183 km², preenchida com depósitos aluviais dos rios da bacia do Alto Paraguai, com 65% de seu território no estado de Mato Grosso do Sul e 35% no Mato Grosso, distribuído ao longo de 16 municípios. De acordo com o estudo realizado em 1998 por João dos Santos Vila da Silva e Myrian de Moura Abdon, respectivamente: matemático da Embrapa e Bióloga do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); “O pantanal insere-se na região Centro-Oeste do Brasil, na bacia do Alto Paraguai, assentado sob as latitudes 14° e 23° Sul e longitudes 55° e 60° Oeste ocupando 38, 21% da bacia do Alto Paraguai” (SILVA; ABDON, 1998, p. 1707).

Os Terena, ao lado de outros grupos étnicos descritos como Chané-Guaná, a exemplo dos Layana, Kinikinau (Equinikinau) e Exoaladi, integram, do ponto de vista etnológico, o mosaico interétnico presente na região do Pantanal e seu entorno, entendido também como um ponto de intersecção ou encruzilhada de povos, originados em distintas regiões da América do Sul, como Chaco, Brasil Central e Amazônia.

Silvia M. Schmuziger Carvalho, no texto “Chaco: Encruzilhada de povos e ‘metingpot’ cultural” (1992, p. 460), interpreta que:

Tanto do ponto de vista cultural quanto econômico, o Chaco é uma zona de transição entre a planície da bacia amazônica, a planície argentina e a zona subandina. As culturas confinantes de todas essas regiões se misturam no Chaco, produzindo um novo tipo de civilização.

A sociedade Terena possuía uma estrutura social tríplice, representada pelos chefes (*naati*), os guerreiros (*shuna’asheti*), as pessoas comuns (*waherê – txané*), além dos cativos (*kauti*), submetidos em guerras ou em incursões especialmente organizadas para a captura, sendo que a filiação estava subordinada à descendência patrilinear (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968; PEREIRA, 2009). Além desta estratificação social, havia também uma divisão dualista da sociedade em “metades” (ou segmentos) endogâmicas e cerimoniais dos *waherê-txané* em dois subgrupos: os “Xumonó”, caracterizados como “gente brava”; e os “Sukirikionó”, designativo para “gente mansa”.

Cardoso de Oliveira (1968) esclarece que esta divisão tinha caráter cerimonial, e anterior a este, matrimonial, sendo ligado à cultura ancestral Chané-Guaná como uma forma de manutenção da estrutura social, por meio do matrimônio e das cerimônias.

caracterização etnográfica conhecida nos escritos dos cronistas, normalmente são definidos como os ancestrais dos atuais Kadiwéu.” (EREMINTES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012, p. 215-216).

Nos séculos iniciais da conquista luso-espanhola (XVI e XVII), nas terras baixas da América do Sul e, mais precisamente, no Chaco e no Pantanal, diversas etnias indígenas estavam estabelecidas na bacia do Alto Paraguai, tais como, falantes de línguas da família Mbayá-Guaikurú, sendo esses os Guaikurú, Kadiwéu, Paiaguá, Tobá, Pilagá, Abipón, Mocoví; os Chané-Guaná e seus subgrupos, como os Terena, Kinikináo, Layana e Exoaladi, além de outras coletividades (FERREIRA, 2007).

Em 1631, os padres da “Companhia de Jesus” fundaram neste espaço geográfico a província jesuítica do Itatim, como uma tentativa de repetir o empreendimento jesuítico na província do Guaíra, atualmente estado do Paraná (SOUSA, 2002). No Itatim, a frente missionária constituiu reduções⁸ compostas por missões religiosas e teriam introduzido e aclimatado os primeiros rebanhos bovinos e equinos presentes na região. Paulo Marcos Esselin (2017) pondera que o intuito dos jesuítas era o de: “atingir com a catequese, os índios infiéis e, mais tarde, com os aldeamentos destes subir o Paraguai em Direção ao Amazonas” (ESSELIN, 2017, p. 40).

Vera Lúcia Vargas (2011, p. 57) informa que, nesse contexto, os Chané-Guaná teriam ampliado suas relações, sobretudo quando da fundação das reduções, e chama a atenção para a capacidade diplomática dos Terena em estabelecer relações tanto com os povos indígenas habitantes do sistema regional multiétnico como com as novas forças sociais — o colonialismo luso-espanhol — que estavam em curso neste sistema social.

Há também a referência a este território como “Campos de Erê”, expressão usada entre caboclos e povos indígenas para designar as características físicas de um espaço formado por “campos, acrescidos por árvores baixas (arbustos e gramíneas), enquadrado na literatura ambiental como “cerradão”, “cerrado típico”, “campo cerrado”, “campo sujo de cerrado” ou “campo limpo” (BRAZIL, 2017, p. 20).

Os *Chané-Guaná* estabeleceram no sistema social indígena do Chaco e no Pantanal uma complexa relação de aliança com os Mbayá-Guaikurú, mediada pelos chefes e suas parentelas. Dessa maneira: “É certo dizer também que ela se articulava pela ‘cúpula’ da hierarquia social, de camadas de chefes para camadas de chefes” (FERREIRA, 2007, p. 116).

⁸ “Em seus primeiros anos, a missão do Itatim era um complexo de aldeamentos composto pelas missões de Nuestra Señora de la Fe (esta missão era também conhecida como Nuestra Señora de Taré e mais tarde por Aguaranambi), San José, Angeles e San Pedro, todos aglutinados em torno da cidade de Xerez” (SOUSA, 2002, p. 57).

Cardoso de Oliveira (1976), que esteve em convívio com os Terena nas décadas de 1950 e 1960, apregoa que esta relação com os Guaikurú se caracterizava como uma aliança cujo status mediador era o princípio de reciprocidade entre os chefes e suas parentelas e, sintetizando a literatura etnológica dos cronistas setecentistas e oitocentistas sobre a relação de aliança ou simbiose, que não estavam excluídas relações belicosas e períodos de conflito.

Em princípios do século XVII, para os Guaná a ida dos Guaikurú a suas aldeias não era apenas útil, como ainda desejada. Eles necessitavam de facas, machados e outras coisas mais, que somente seus hóspedes podiam fornecer, graças aos assaltos que efetuavam contra espanhóis e portugueses. [...] Acentue-se, pois, que aquelas informações deixadas pela crônica setecentista são muito importantes por revelarem, a nosso ver, as reais situações de contato entre os Guaikurú e os Guaná. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 33).

Para Azanha (2005, p. 105) os Chané-Guaná, de modo geral, eram os mais beneficiados, pois:

Eram relações claramente de aliança e baseadas na troca de serviços (roças x proteção guerreira) e de produtos de ferro conseguidos pelos Mbayá nas suas excursões guerreiras contra os estabelecimentos espanhóis. Os dados históricos nos levam a suspeitar que foi a agricultura Guaná que permitiu aos Mbayá ampliarem sua potência guerreira que, somado aos cavalos tomados aos espanhóis, transformaria este povo no mais aguerrido adversário da colonização européia das margens do rio Paraguai, entre o Apa e o Taquari.

Os diversos grupos étnicos que integravam o sistema regional multiétnico na situação do Chaco mantinham contatos entre si, estabeleciam visitas periódicas, trocas rituais, alianças matrimoniais, bem como de interesses sócio-políticos e obrigações mútuas (VARGAS, 2010; XIMENES, 2017). No entanto, não estavam descartadas relações belicosas e incursões guerreiras atuando em sinergia entre as unidades locais e a agência colonial luso-espanhola. A hipótese levantada por Ferreira (2007, p. 109) é a de que:

No Chaco, os Terena não constituíam um grupo isolado, com uma existência paralela a outros grupos isolados, mas faziam parte de um sistema social indígena, que só pode ser compreendido a luz das relações entre os diversos povos indígenas e em interação com as unidades locais do sistema mundial – o colonialismo espanhol e português.

Os luso-brasileiros passaram a ter uma presença mais frequente na região a partir da descoberta das minas auríferas nos vales dos rios Coxipó-Mirim e Cuiabá na década de 1710, fato que levou a fundação de diversos povoados vinculados à atividade

mineradora nas décadas que se seguiram, tais como: o “Arraial da Forquilha” em 1719, núcleo de povoamento minerador que daria origem a cidade de Cuiabá além da fazenda Camapuã, fundada no mesmo ano e que consistia em estalagem e núcleo de apoio luso-brasileiro para os viajantes que encontravam ali descanso, alimento, canoas, entre outros recursos necessários para as expedições (EREMITES DE OLIVEIRA, 2011; FERREIRA, 2007).

Entre os séculos XVI e XVIII, então existem duas fases da colonização na região do Chaco Boreal: a primeira, realizada por espanhóis; a segunda, pelos bandeirantes e monçoeiros portugueses. Ambos entram na região do alto-Paraguai, denominada pelos primeiros de “Lagoa ou Mar de Xaraés” e pelos segundos de “Pantanaes”. (FERREIRA, 2007, p.114).

A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal irá concretizar a incorporação de grande parte de territórios em regiões fronteiriças — que passavam por processos de litígio territorial — aos seus domínios com o estabelecimento do Tratado de Madri, de 1750, o qual garantia as conquistas obtidas pelas bandeiras paulistas. Além disso, cabe destacar o papel desempenhado pelas Monções, que partiam do litoral paulista em direção ao Centro-Oeste do país (CARVALHO, 1992; FERREIRA, 2007; BRAZIL, 2017).

Carvalho (1992, p. 465) destaca o roteiro percorrido pelas frentes mineradoras chamando atenção para o fato de que as expedições levavam cerca de cinco meses para chegar do porto de Araritaguaba — atualmente município de Porto Feliz — até Cuiabá e que “as canoas seguiam o Tietê até a foz, depois o Paraná até o Pardo, subindo este até o varadouro [fazenda Camapuã], (divisor de águas Paraná-Paraguai). Seguiam-se depois os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá”.

Em 1748, a região de Mato Grosso foi desmembrada da capitania de São Paulo, tornando-se uma capitania autônoma, e, “neste ano, foi indicado seu Primeiro Governador, Antônio Rolim de Moura, que assumiu o cargo em janeiro de 1751, permanecendo nele até 1764” (FERREIRA, 2007, p. 120). O quarto Governador da capitania de Mato Grosso, o Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres implementou unidades militares, como presídios e fortes, além de constituir vilas e freguesias. Dessa maneira, na região sul do território mato-grossense, funda-se, em 1775, o Forte Coimbra, em 1778, a povoação de Albuquerque (atualmente cidade de Corumbá) às margens do rio Paraguai, e no ano de 1797, o Presídio de Miranda, próximo

ao rio homônimo, também referido neste período como rio *Mondego* (FERREIRA, 2007; EREMITES DE OLIVEIRA, 2011).

Nesse contexto, os Terena encontravam-se cercados pelo empreendimento colonial, instrumentalizado por meio de uma política de aldeamentos e catequizações forçadas, ao passo que, ao mesmo tempo em que eram impactados pelas investidas espanholas — no sentido de serem catequizados e confinados em missões, vilas e “aldeias oficiais” —, eram também subjugados e aldeados pelos portugueses. “Em ambos os casos, a ação indigenista colonial (Espanha e Portugal), era marcada pela assimilação e desintegração territorial” (AMADO, 2019, p. 55).

Com base nesse mesmo autor, sabemos que:

A política de aldeamento e catequizações foram os instrumentos implementados para subjugar os povos indígenas ao controle do Estado que se desenhava ao mesmo tempo em que as terras originárias eram ocupadas pelos não indígenas. Ao tempo que a máquina colonial se enraizava no território, por meio de ações estatais e religiosas, expedientes normativos eram “fabricados” no intuito de legitimar a posse de não indígenas, garantindo o “sucesso” do empreendimento colonial (AMADO, 2019, p. 57).

O avanço do colonialismo luso-espanhol conduziu, de acordo com Ferreira (2007, p. 119), a uma situação histórica baseada em táticas de dominação, resistência e colaboração caracterizada pela tríade “conhecer, tomar e destruir”. Ferreira (2007) irá caracterizar duas variáveis dessa situação histórica: o “cerco” - representado pela presença colonizadora nos territórios indígenas por meio da instalação de unidades militares e povoações lusitanas e castelhanas -, e o “aniquilamento” do sistema social indígena do Chaco e do Pantanal, marcado pelo arrasamento da supremacia militar Mbayá-Guaikurú, momento em que se processam significativas mudanças nos arranjos e táticas dos diferentes grupos indígenas, emergia o sistema estatal, e tomava corpo um novo padrão de balanceamento de forças.

Nesta fase de aniquilamento do sistema social indígena, o “cerco” foi operacionalizado no sentido de promover a fragmentação de seu território e subordinação dos grupos étnicos.

Para Ferreira (2007, p. 130), no período entre 1800 e 1850:

[...] o que se dá, é um processo progressivo de construção do Estado; estabeleceriam-se as freguesias (povoados), vilas, municípios e comarcas, ou seja, unidades territoriais, populacionais, jurídicas e políticas. A criação desta estrutura administrativa implicava tanto na formação de novas categorias sociais (funcionários, juizes, militares,

fazendeiros) – quanto à produção de uma nova geografia, com a edificação de prédios públicos e a infra-estrutura (vias de comunicação, portos e etc).

Manuela Carneiro da Cunha destacou a preocupação das autoridades imperiais brasileiras no início do século XIX em “civilizar” as nações indígenas que não se submetiam aos projetos de aldeamentos e catequese forçada. A autora traz à baila exemplos de projetos que foram apresentados às autoridades, como o projeto do estadista José Bonifácio intitulado “*Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*”, apresentado à Assembleia Constituinte do Brasil Independente, recebendo parecer favorável e aprovado em 18 de junho de 1823, “ficando decidido que seriam publicados para discussão na Assembleia e para instrução da Nação” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 138).

Em 1846, foi criada a Diretoria Geral dos Índios (DGI) no Mato Grosso e, nesse contexto, as autoridades imperiais encontraram diversas dificuldades para a aplicação do novo regulamento, muitas delas advindas das multiplicidades culturais e formas de recepção desse modelo imposto pelo Império, o que dificultava o estabelecimento de um padrão de territorialização nos aldeamentos oficiais (XIMENES, 2017; AMADO, 2019).

Essas dificuldades, aliadas à insistência das autoridades provincianas para que o controle das aldeias fosse efetivado por religiosos, culminaram com a importação de capuchinhos italianos⁹, “os chamados barbadinhos que iriam preencher boa parte dos postos de direção das aldeias” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 140).

Todavia, como apontado por Ximenes (2017) e Amado (2019), o estabelecimento dos aldeamentos, com os anseios e prerrogativas normativas previstas pela “situação de diretoria” (FERREIRA, 2007) não obtiveram êxito entre os Terena. Mas mesmo com o insucesso das autoridades imperiais em estabelecer um projeto de aldeamento para a catequese dos índios Terena em todos os seus territórios de acomodação, “ainda que limitadas e insuficientes para as intenções do Estado, estas iniciativas possibilitaram o acesso dos novos ocupantes à terra e ao trabalho indígena” (XIMENES, 2017, p. 55).

Em suma, as políticas indigenistas do período colonial e as que foram instituídas durante o período imperial eram, sobretudo, políticas da terra, com finalidades de uso dos territórios e mão-de-obra indígena para implementação de expedientes oficiais. Assim,

⁹ Na verdade, de acordo com Carneiro da Cunha (1992, p. 140), “em 1843, o Império havia iniciado uma política de importação de capuchinhos italianos”.

“Pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para tornar-se uma questão de terras” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 133).

De acordo com os relatórios das autoridades provinciais analisados por Ximenes (2017), neste período, a política indigenista esteve voltada para a assimilação, dominação, apropriação da mão de obra indígena para fins de acumulação de capitais e desintegração territorial. Diversos povos indígenas, como os Terenas, Kadiwéu, Kinikinau, Guató e Guarani, dentre outros, foram ainda incorporados em expedições militares contra seus próprios parentes. Estes efeitos sociais negativos aos territórios dos Terena serão incrementados com os processos de desterritorialização manifestados com o advento do maior e mais sangrento conflito da América Platina.

1.2 OS TERENA DURANTE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Diversas são as fontes que abordam as consequências do conflito platino para os povos que habitavam a região pantaneira e que marcaram profundamente a vida e a trajetória notadamente dos Terena, Kinikinau, Kaiowá-Guarani, Kadiwéu e Guató. As pesquisas conduzidas por autores como Eremites de Oliveira (2007, 2011, 2012); Pereira (2009); Vargas (2011); Ximenes (2017); Sebastião (2018); Amado (2019), dentre outros, destacaram os efeitos sociais da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai na trajetória dos Terena e a alteração de sua configuração territorial ao término do confronto.

Sobre esta guerra, “conhecida na historiografia brasileira como *Guerra do Paraguai*, e na paraguaia como *Guerra del 70*, *Guerra de La Triple Alianza* e *Grande Guerra*” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2011, p. 176), podemos dizer que as motivações para o conflito estão inseridas em um contexto mundial de acumulação de capitais, do comércio exterior e da navegação de mercadorias pelos rios que compunham a Bacia do Prata, monopolizada pelo governo paraguaio, que praticava uma política econômica protecionista (SEBASTIÃO, 2018).

José Gaspar de Francia, primeiro presidente paraguaio, havia adotado um modelo de política socioeconômica que se voltava para as reais necessidades e interesses da população, como distribuição de terras à camponeses, construção de escolas para fortalecimento da indústria paraguaia, dentre outras, a qual representava um sensível distanciamento frente ao imperialismo inglês e à indústria britânica: “Esses reclamos eram respaldados pelos centros industriais de York Shire, Manchester, Leeds, Halifax e

Bradford e subscritos por 1.500 banqueiros, comerciantes e industriais das cidades citadas” (ESSELIN, 2011, p. 209).

Podemos dizer que o interesse pela porção sul da então Província de Mato Grosso, área limítrofe entre a jurisdição brasileira e a paraguaia, onde está localizado atualmente o Pantanal Sul-mato-grossense, suscitava a atenção das autoridades tanto do Império do Brasil quanto da República do Paraguai, desde sua fundação em 1811, de modo que foram estabelecidos, com o intuito de garantir a ocupação sobre a região fronteira, fortes, vilas e colônias militares.

Em se tratando das unidades militares, podemos destacar a constituição das colônias militares de Nioaque, em 1850, de Miranda, em 1860, e a de Dourados, em 1861 (ESSELIN, 2011, p.215). A justificativa utilizada pelas autoridades imperiais era a de proteger os contingentes populacionais dos ataques de grupos indígenas belicosos.

Entretanto, Esselin (2011, p.216), pontua que na verdade:

O desejo do Governo Imperial era impedir que, no futuro, o Governo paraguaio viesse fazer qualquer exigência sobre aquelas áreas e criar condições para a instalação de alguns pioneiros nos territórios em litígio para, posteriormente, garantir a possibilidade de soberania baseada no princípio do *uti possidetis*.

Em 1864, as hostilidades entre a República do Paraguai e o Império do Brasil são oficializadas, quando da captura do vapor brasileiro Marquês de Olinda, e a consequente prisão do Presidente nomeado para Mato Grosso, o coronel Carneiro de Campos, que nele seguia como passageiro (VERSEN, 1976 *apud* ESSELIN, 2011, p. 219). Em dezembro de 1864 o Paraguai envia duas poderosas colunas militares para ocupar o sul de Mato Grosso, uma fluvial e outra terrestre.

As tropas dos vapores da frente fluvial bombardearam e tomaram o Forte Coimbra, e em seu avanço, a vila de Albuquerque, fazenda Piraputangas e, em três de janeiro de 1865, o Exército paraguaio ocupou Corumbá, importante porto comercial daquele período (ESSELIN, 2011). Ao mesmo passo, a coluna terrestre do Exército paraguaio, comandada pelo coronel de cavalaria Francisco Isidoro Resquín, chamada Divisão do Norte, avançava o território da província franqueando o rio Apa e suplantando os pequenos contingentes das colônias militares de Miranda e Dourados, além da vila de Nioaque e de Miranda, cuja população já havia debandado, buscando refúgio nas matas e na morraria que serpenteia a região de Miranda até Corumbá: “Assim, com o avanço

das tropas inimigas, Nioaque e a Vila de Miranda foram evacuadas, tendo a população procurado refúgio transpondo a Serra de Maracaju” (ESSELIN, 2011, p. 223).

Segundo esse mesmo autor:

As tropas de Lopes obtiveram pleno êxito na invasão de Mato Grosso: ocuparam com a primeira coluna, às margens do rio Paraguai, o Forte de Coimbra, Albuquerque, Corumbá e, com a segunda, a região entre o rio Apa, a serra de Maracaju e o Taquari, as colônias de Miranda e Dourados e as Vilas de Nioac e Miranda, estendendo-se ainda até Coxim. (ESSELIN, 2011, p. 223).

Visconde de Taunay, no livro *Entre nossos índios*, publicado em 1931, destaca a importância dos Terena na conjuntura do conflito platino, oferecendo abrigo à Coluna Militar em que Taunay se encontrava. Taunay menciona que, em 1866, foi acolhido juntamente com uma coluna de militares do Exército Imperial brasileiro pelos Terena na aldeia *Pirainha*, localizada próxima à Serra de Maracaju, que tinha como liderança o capitão José Pedro¹⁰.

Na realidade numa volta além, achava-se a aldeia, cujos ruidos cada vez mais intensos, denunciavam a vida e a animação do trabalho. [...] Significava o final de todos os nossos sofrimentos! Alegrava-nos o espírito e o corpo, abrindo largos horizontes ao nosso direito de compensações, após tão longos dias de tamanho penar e tamanhas privações [...] foi a reacção estrepitosa. Explicamos a razão de nossa chegada, e quasi andando aos braços, no meio daquela boa gente, fomos a ter á casa do capitão José Pedro, que nos acolheu, não como um chefe de índios mais como um filho da civilização. [...] Passou-se a noite em narrar a José Pedro os factos que haviam precedido a guerra com o Paraguay e os nossos triumphos do sul que muito o enthusiasmaram. Falou-nos, com verdadeiro respeito do Imperador e de suas altas attribuições. Mostrou-se reconhecido á benevolência, que o monarcha brasileiro nutria pelos índios. [...] Sabia ler e escrever este capitão; [...] organizara uma escola de meninos, em que figuravam os seus dous filhos e sempre se mostrara afeiçãoado aos brasileiros, a elles se achegando nas horas de infortúnio. (TAUNAY, 1931, p. 14).

Taunay também registrou o episódio que ficou conhecido como Retirada da Laguna, em 1867, tendo servido na Comissão de Engenheiros das Forças Militares encaminhadas ao sul da Província de Mato Grosso, quando houve a ocupação na região pelas tropas paraguaias. Taunay (1931, p.21) destaca que em princípios do conflito, nos arredores da vila de Miranda, os Terena formavam a maior parte da população indígena da região. Os espaços de acomodação dos Terena formavam uma população de

¹⁰ “O índio Terena José Pedro recebeu o título de capitão, concedido pelo governo imperial em 1867, tornou-se intermediário entre o Império e os Terena que estavam sob sua liderança, “um filho da civilização”, qualidade atribuída ao fato de ter sido educado por Frei Mariano de Baganaia, na aldeia dos Kinikinau em Bom Conselho, valorizando sua educação religiosa.” (VARGAS, 2011, p. 64).

aproximadamente quatro mil pessoas, circunscritas em pelo menos dez aldeias Chané-Guaná na região do Pantanal, entre Miranda e Albuquerque.

Entretanto, Amado (2019), em referência aos postulados de Eremites de Oliveira e Pereira (2007), elaborados a partir da perícia judicial de natureza antropológica e etnoarqueológica realizada na Terra Indígena Buriti no ano de 2003, chama a atenção para o fato de que “mesmo diante desse registro feito por Taunay, é possível que muitas aldeias Terena antigas não estejam nesse cálculo, pois o conceito de aldeia do ponto de vista Terena, não se enquadra necessariamente no conceito utilizado por Taunay”¹¹ (AMADO, 2012, p. 63).

De acordo com estes antropólogos:

Existem muitos registros sobre a presença terena nas grandes aldeias que se estabeleceram no entorno dos fortes, presídios militares e missões religiosas antes da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. A leitura desatenta desses registros, especialmente quando feita sem o conhecimento do método da etno-história, pode levar a uma compreensão equivocada da territorialidade terena no período anterior à guerra. O ponto chave a ser considerado é que a presença terena não se reduzia aos grandes aldeamentos junto a estes empreendimentos coloniais. Pelo contrário, a ação de missionários e militares sempre foi no sentido de agrupar as pequenas aldeias em pontos estratégicos do território para formar os grandes aldeamentos. Existia um grande número de pequenas aldeias dispersas por um amplo território, podendo ter ocorrido de algumas delas - que via de regra ficam fora dos relatos históricos do período - terem se estabelecido nas franjas da Serra de Maracaju, onde se localiza a área objeto da perícia, ainda no século XVIII. (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2012, p. 220).

Os Terena tiveram notável participação no conflito platino, sendo incorporados aos grupamentos do Exército Imperial brasileiro como soldados junto à Guarda Nacional, além de informantes, guias nas matas, produtores de víveres para a população e as tropas que se refugiaram nas matas e na serra de Maracaju, bem como oferecendo refúgio em seus territórios de ocupação, a exemplo do que foi narrado por Taunay na aldeia Pirainha, como destacado no livro “Entre os nossos Índios”.

Amado (2019, p. 63), ressalta que:

No caso dos Terena, a participação foi incisiva tendo em vista que o conflito platino estava ocorrendo em seu território. Um dos fatores decisivos para os Terena ingressarem no exército brasileiro, foi

¹¹ “Importante registrar a ressalva feita por estes antropólogos, especialmente no que tange à Terra Indígena Buriti, pois mesmo diante desse registro feito por Taunay, é possível que muitas aldeias Terena antigas não estejam neste cálculo, pois o conceito de aldeia do ponto de vista Terena, não se enquadra necessariamente no conceito utilizado por Taunay. Neste aspecto, tem-se como referência a prevalência da categoria analítica ‘truncos familiares’, como unidades básicas de formação de uma aldeia Terena” (AMADO, 2019, p. 63).

justamente o desejo de ver resolvido o litígio territorial, consistente na disputa por terras, tendo em vista que já naquela época, os fazendeiros da região já estavam se apossando dos territórios indígenas. Os Terena, tomaram como decisão política de lutar ao lado do exército brasileiro e almejavam com isso, que a Coroa Imperial Brasileira, garantisse o direito a posse aos seus territórios originários.

Amado (2019), à luz dos registros feitos por Taunay 1866, destaca dois episódios importantes da participação Terena no conflito platino. O primeiro destes relatos diz respeito às investidas dos guerreiros Chané-Guaná, principalmente dos Kinikinau e dos Terena, que se encontravam acampados na morraria da Serra de Maracaju, para recuperaram os armamentos abandonados pelas tropas brasileiras quando houve a invasão e tomada da freguesia de Miranda pelas tropas do coronel Resquín. Os Chané-Guaná, sob a liderança de um jovem de nome *Pacalalá*, do povo Kinikinau, que liderava uma das aldeias próximas à serra de Maracaju, investiram contra as forças paraguaias e recuperaram os armamentos abandonados pelo exército brasileiro (AMADO, 2019, p. 65).

O segundo desses episódios é a respeito da incorporação dos Terena junto à coluna militar enviada ao Mato Grosso para combater as tropas inimigas e recuperar os territórios ocupados pelo exército paraguaio em 1865¹². Assim consta no registro feito por Taunay sobre a participação Terena na frente militar: “Recebeu logo o 17º batalhão a ordem de ir, além do ponto atingido pelo 21º realizar um reconhecimento, sob a direção do guia Lopes e em companhia de um grupo de índios Terenas e Guaicurus, que desde algum tempo se apresenta ao Coronel”. (TAUNAY, 1874 *apud* AMADO, 2019, p. 66).

O referido conflito bélico, tido como uma guerra das mais sangrentas da história da América ibérica, causou efeitos sociais com consequências drásticas para os povos indígenas, visto que muitos módulos organizacionais, mais especificamente dos Terena, Kaiowá-Guarani, Kadiwéu e dos Guató assentavam-se sobre espaços que foram palco de sangrentas batalhas e massacres, havendo com isso a destruição de considerável parte de suas unidades territoriais, além das perdas humanas. No caso dos Terena, principalmente na região da Serra de Maracaju e entre os rios Miranda e Aquidauana.

¹² “No esforço para expulsar os paraguaios de Mato Grosso, em especial de Corumbá e Miranda, duas frentes foram formadas, uma das quais partiu do Rio de Janeiro em julho de 1865 para Uberaba, Minas Gerais, onde se juntou a vários batalhões oriundos de Ouro Preto, São Paulo, Amazonas e Goiás, constituindo um contingente de aproximadamente 3.000 homens (GUIMARÃES, 1999). Em setembro do mesmo ano, as tropas deixaram aquela cidade sob o comando do Coronel Manoel Pedro Drago em direção ao noroeste até as margens do rio Paranaíba, daí tomara o rumo de Coxim, descendo até Miranda, já sob o comando de Carlos de Moraes Camisão. A coluna se internou pelo território paraguaio, onde ocorreu a epopeia da Retirada da Laguna.” (ESSELIN, 2011, p. 234).

Apesar dos Terena terem optado pela participação no conflito como uma maneira de resolverem os problemas fundiários que já impactavam seu modo de reprodução social, como os apossamentos de terras e a constituição de propriedades agropastoris nos territórios ocupados pelo grupo e demais etnias indígenas mato-grossenses desde meados dos anos 1830, seus préstimos não foram suficientes para que garantissem as posses sob os territórios que ocupavam no período anterior ao conflito (VARGAS, 2011).

Amado (2019, p.60) menciona que “Na perspectiva da história indígena, este fato é considerado como o Tempo do Esparramo, ou *Itahineoné ne xanehiko*, no idioma Terena”. O *esparramo* ou “processo de diáspora”¹³ causado pela guerra, levou a um subsequente processo de desterritorialização dos Terena dos territórios que ocupavam anteriormente à eclosão do conflito.

Com o fim da guerra, as famílias indígenas buscaram retornar para suas antigas áreas de acomodação. No entanto, estas encontravam-se ocupadas pelos *Puxarará*¹⁴. Essa situação histórica é conhecida na literatura etnológica como “cativeiro”, “servidão” e “camaradagem”, que foi acompanhada de contingências históricas que passaremos a discernir no item seguinte.

1.3 OS TERENA E O PÓS-GUERRA

No que tange o processo de apossamento de terras e a consequente formação de propriedades rurais na banda meridional da província de Mato Grosso, principalmente no Pantanal e seu entorno, há certo consenso entre os historiadores regionais em considerarem a década de 1830 como marcador de um processo de penetração de duas frentes migratórias na região que irão deflagrar a vocação agropastoril dali em diante. A primeira, de famílias criadoras de gado¹⁵ oriundos das províncias vizinhas, São Paulo e

¹³ “Optamos por denominar diáspora a dispersão desse povo em consequência da guerra, causando-lhes vários danos, a começar pela limitação da sobrevivência nas terras confinadas e cercadas pelas fazendas que se disseminavam em seus territórios, terras por eles habitadas no período anterior à eclosão da Grande Guerra.” (SEBASTIÃO, 2018, p. 99).

¹⁴ Amado (2019), explica que a expressão *Puxarará* significa no idioma Terena homem e mulher branca e que os mais velhos dizem que a expressão *Puxarará* é a mais correta para nominar o não indígena. Contudo, adverte que os mais velhos afirmam que hoje o termo *Purutuyé* é o mais utilizado. O autor coloca ainda que [...] “os Terena utilizam-se do mesmo termo para o som produzido pelo trovão e para designar o não indígena (colonizador), o que revela o temor em relação ao colonizador” (AMADO, 2019, p. 80).

¹⁵ “No período de 1829, criadores de gado oriundos de Minas Gerais fundaram a vila de Santana de Paranaíba, promovendo a consequente penetração na Vacaria mato-grossense e estendendo os apossamentos. A historiadora sul-mato-grossense Maria do Carmo Brazil, em discussão, em texto original sobre a ocupação do território de Santana de Paranaíba, reportou-se à sua importância como chamariz à disseminação e fixação dos ditos pioneiros criadores de gado” (ALMEIDA, 2014, p. 204).

Minas Gerais, no espaço geográfico conhecido hoje como Triângulo Mineiro, com destaque para as famílias Barbosa, Garcia Leal e Pereira (ALMEIDA, 2014). A segunda corrente migratória foi proveniente de Cuiabá, capital mato-grossense, composta por famílias de indivíduos envolvidos no movimento antilusitano conhecido como Rusga, ocorrido em 30 de maio de 1834¹⁶. De acordo com Almeida (2017, p. 71), “Um dos primeiros ocupantes de extensas terras e morador da região, não nativo, foi Antonio Gonçalves Barbosa, assentado desde 1838, como se constata em documentação primária¹⁷”.

Dentre as análises sobre o ambiente rural do sul de Mato Grosso a respeito da organização da sociedade agropastoril, das formas de apossamento de terras, do aproveitamento agrícola e da concentração fundiária no século XIX, destacamos a tese de doutorado em História produzida por Elaine Aparecida Cancian de Almeida. Nessa extensa obra, Almeida (2014) destaca as frentes de colonização, os apossamentos de terras e a constituição de extensas propriedades rurais consubstanciada às entradas das frentes migratórias; destaca o encontro das duas frentes de expansão agropastoril em 1844 no distrito de Miranda na região dos Campos da Vacaria e chama a atenção para as estratégias, táticas e mecanismos de apossamentos de terras feitas na época “a olho”, sem medições precisas e aprovadas por juízes de paz, dentre outros agentes públicos responsáveis pelas declarações dos terrenos sujeitos à legitimação. O fato é que muitos destes agentes que ficavam a cargo do processo de regularização e registro fundiário eram proprietários de extensas posses na mesma região.

A análise da autora se sustenta no conjunto de documentos disponíveis sobre os inventários *post-mortem*, os autos de medição e demarcação de terras e os autos de medição e divisão de terras coligidos no Arquivo e Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) e junto ao acervo do atual Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT-MT).

Sobre o processo de apossamento e demarcação de terras, Almeida (2014 p. 218) pontua que:

¹⁶ “Em maio de 1834, deflagrado o movimento conhecido por Rusga, deu-se o deslocamento de famílias de Cuiabá para a parte sul da província de Mato Grosso. Os participantes desse evento, repreendidos pelo governo após violarem as casas comerciais e assassinares um grupo de portugueses, deixaram os limites cuiabanos rumo ao sul da província. Com o propósito de se resguardarem, procuraram terrenos como a região do vale do Taboco, do rio Negro, Nioaque, Aquidauana e Miranda.” (ALMEIDA, 2014, p. 203).

¹⁷ “Informação das posses que estão sujeitas à legitimação na Vacaria. 06-12-1854. APMT. Caixa 13, n 705.” (Idem, 2017, p. 71).

Houve quem utilizasse as terras demarcadas “a olho” para presentear membros da família e conhecidos, ou as comercializar com terceiros. Sertanistas como os citados Joaquim Francisco Lopes e José Garcia Leal, concededores dos sertões mato-grossenses, foram hábeis demarcantes de terras, daí seus amigos, companheiros e familiares terem se espalhado pelo território do sul da província de Mato Grosso, como proprietários de poses e criadores de gado. Semelhante aos Garcia e aos Lopes, outros chefes de famílias oitocentistas procederam à escolha e demarcação a olho das terras no atual Mato Grosso do Sul, onde desenvolveram atividades de cultivo e criação de animais.

Na década de 1850, foi sancionada a Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras do Império, regulamentada por sua vez pelo Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854¹⁸. A referida lei instituía — dentre outras competências — aos ocupantes de terras do Brasil, a obrigatoriedade de realizar a declaração das poses, medição das mesmas e produzir documentos que atestassem registro delas, além de estabelecer regras para concessão e apossamento de terras consideradas devolutas.

A Lei n.º 601 de 1850 definiu o que seriam terras devolutas: “aquelas que não estão sob domínio dos particulares, sob qualquer título legítimo, nem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal”. E estabeleceu as regras para revalidação de sesmarias e outras concessões do Governo, proibindo, a partir daí, toda e qualquer aquisição de terras devolutas que não fosse por compra. (AZANHA, 2005, p. 62).

De acordo com o levantamento das declarações emitidas em demanda ao Regulamento de 1854, coligidas por Almeida (2014, p. 361), destaca-se que, em 1854, na região de Miranda, 64 declarantes registraram-se possuidores de terras, sendo que destes, “Quarenta proprietários se declararam possuidores de duas poses; 14, uma posse; seis, quatro poses; dois, três poses e um cinco poses. No total, 129 terrenos declarados, 63 arrolados sujeitos à revalidação e 66 para legitimação”.

A análise realizada pela autora chama a atenção para o fato de que era comum os declarantes não informarem as extensões das poses. Ainda que o Regulamento 1.318 de 1854 apregoasse que as declarações deveriam conter informações tais como: o nome do

¹⁸ “O governo imperial, através da aplicação da Lei de Terras de 1850 e do decreto número 1.318 de 30 de janeiro de 1854, implantou um complexo aparato burocrático, objetivando a medição das terras devolutas e a medição e demarcação das terras particulares. No “Regulamento para execução da Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850”, constituído por nove capítulos e 108 artigos, publicado na *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1854*, foram estabelecidas as funções dos órgãos e funcionários nomeados para execução da Lei de Terras. Além disso, fixaram ordens relativas ao procedimento de medição das terras públicas e ocupadas por particulares, revalidação e legitimação das terras, venda das terras públicas, reserva de terra, tratamento e conservação das terras devolutas e, finalmente, o registro das terras possuídas.” (ALMEIDA, 2014, p. 355).

proprietário das terras e da propriedade (caso fosse de seu conhecimento) e a freguesia ou vila em que a posse se localizava. Nesse sentido, Almeida infere que a lei de terras de 1850 já previa a utilização de manobras jurídicas, uma vez que “abriu espaço para os caprichos e desmandos dos possuidores de terra, nos artigos 100 e 101 do Regulamento de Terras de 1854, ao permitir a ausência da extensão das terras possuídas e da sua denominação, caso não fosse de conhecimento do possuidor” (ALMEIDA, 2014, p. 364).

De posse dessa salvaguarda jurídica,

Nenhum declarante de terras de Miranda informou a extensão das posses declaradas. Somente 72 posses foram arroladas com limites aproximados através das expressões além, aquém, ou às margens de algum rio, dificultando, portanto, a identificação exata da localização (p. 364).

Almeida (2014) traz à baila dados referentes aos inventários de bens realizados por famílias proprietárias de terras no distrito de Miranda¹⁹ e busca recriar o ambiente rural do território a partir da interpretação de informações contidas nos documentos disponíveis das décadas de 1870, 1880 e 1890²⁰. O extenso levantamento dos inventários contidos no Arquivo e Memorial do TJMS e do INTERMAT-MT propiciou a produção de tabelas com a apresentação de dados tais como: os proprietários e suas posses, as extensões declaradas, as extensões em hectares e os valores das posses, isso quando estes eram declarados.

A análise desses dados aponta para um problema recorrente na documentação da região, qual seja a ausência — ou ocultação — de informações sobre as extensões das posses, bem como os valores referentes as propriedades dos inventários arrolados no período na região do distrito de Miranda. Em suma:

A aprovação da Lei de Terras, primeira legislação agrária do país e do regulamento de 1854, mais do que tentar legalizar a posse e o comércio de compra e venda das propriedades, garantiu aos grandes proprietários as condições necessárias para usufruto da terra e perpetuação do poder local. Ao determinar que as terras devolutas pudessem ser adquiridas somente através de compra, muitas famílias destituídas de recursos financeiros eram impossibilitadas do acesso legal a elas. (ALMEIDA, 2014, p. 357).

¹⁹ “No século 19, Miranda fazia parte do sétimo distrito da província de Mato Grosso, conhecido por Distrito de Miranda. Foi criado através da Lei provincial nº 11 de agosto de 1835 e estava subordinado à Primeira Comarca de Cuiabá. A região compreendia a extensão geográfica do rio Paraguai ao Paraná.” (ALMEIDA, 2017, p. 74-75).

²⁰ “O mesmo contém dados relativos aos bens de raiz (fazendas, sesmarias, sítios e terrenos); bens móveis (objetos de uso doméstico e rurais) e bens semoventes (animais e cativos). Contamos, então, com um total de 61 inventários distribuídos no período de 1873 a 1900.” (ALMEIDA, 2014, p. 221).

Desse modo percebe-se que, por meio de manobras burlescas e subterfúgios jurídicos — dentre as quais podemos destacar: dilatação de prazos para medição e regularização de posses, reconhecimento de posses sem o preenchimento de formalidades legais, concessões revalidadas além de aquisições que não obedeciam aos trâmites legais instruídos pela legislação fundiária (Lei de Terras de 1850) e regulamentos complementares (Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854) —, extensas propriedades foram tituladas em benefício do poder político e econômico local, traduzida nas elites agropastoris constituída de verdadeiros latifúndios.

Para Souza Lima (1995, p. 99),

Seus efeitos foram praticamente nulos no que tange ao maior controle da propriedade da terra, não se conseguindo nem vencer a resistência dos proprietários rurais nem implantar um sistema eficaz de normas e aparelhos que permitisse subordiná-los a procedimentos centralizados de governo, sendo os padres os únicos funcionários gerais ao nível local.

No pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), a porção sul da província de Mato Grosso também foi ocupada por militares desmobilizados, que optaram por permanecer no local e ali se arrancharam. Esses contingentes de militares desmobilizados (capitães, coronéis, demais oficiais e soldados) passaram a ocupar a região com típicas fazendas. Nesse sentido, podemos destacar militares com extensas propriedades como o tenente-coronel Joaquim Alves Corrêa e as posses Curral das Taquaras e Taboco, militar possuidor de extensos rebanhos²¹ de gado vacum e demais animais de criação, como cavalos de serviços e bois de carro (ALMEIDA, 2014).

Outro militar com grande quantidade de extensão em posses de produção de lavouras e vastos rebanhos de gado foi o tenente-coronel Simplício Xavier Tavares da Silva, que possuía bens de raiz entre terras e casas, e vasto rebanho ricamente avaliado, sugerindo que, a partir dos bens arrolados e declarados em inventário realizado no ano de 1886²², a família era possuidora do montante de 15:000\$000 de réis. (ALMEIDA, 2014, p. 241).

²¹ De acordo com o inventário realizado pela viúva Angélica Alves Corrêa e analisado por Almeida (2014, p. 236) “Nos anos 1870 o tenente coronel Joaquim Alves Corrêa possuía uma quantidade considerável de animais mantidos nas propriedades Taboco e Curral das Taquaras. Duas mil cabeças de gado vacum [14:000\$00 réis], 250 reses mansas [3:750\$000 réis], 40 cavalos de serviço [40\$000 réis] e 18 bois de carro [540\$000 réis] eram criados na posse Taboco, onde residia. Na posse Curral das Taquaras havia 400 vacuns [2: 800\$000 réis]”

²² “Inventário nº 159-03, p. 4 verso. Arquivo e Memorial do TJMS” (ALMEIDA, 2014 p. 246).

Portanto, o processo de formação de extensas propriedades agropastoris no sul de Mato Grosso na segunda metade do século XIX será incrementado pelos apossamentos de terras-territórios capitaneado pelos militares desmobilizados da campanha do Paraguai, que enxergaram naquelas vastas pastagens grande oportunidade de contrair riquezas, considerando-as, portanto, como que “abandonadas”, já que os habitantes das vilas e freguesias, juntamente com a população nativa, refugiaram-se na morraria da Serra de Maracaju. Ao findar do conflito platino, muitas famílias terena buscaram retornar para suas aldeias e territórios ancestrais. No entanto, vários desses módulos ocupacionais na região entre Miranda e Aquidauana haviam sido destruídos no conflito, e seu espaço se encontrava ocupado por terceiros (militares, comerciantes, fazendeiros, etc.), que optaram por reconstruir sua vida na região (VARGAS, 2011; ESSELIN, 2011; EREMITES DE OLIVEIRA, 2011; AMADO, 2019).

Em ofício emitido ao Presidente da Província de Mato Grosso no ano de 1871, o Diretor Geral dos Índios do distrito de Miranda registrou a queixa feita por um grupo de índios Terena, que acusavam o Tenente Coronel Simplício Xavier Tavares de ter se apossado de área onde se localizava uma das principais aldeias Terena na região de Aquidauana, a aldeia *Ipegue*, na região entre os rios Miranda e Aquidauana.

[...] índio com mais alguns da sua tribo, em número de 17, procurou-me para representar que era filho do falecido Pedro Tavares, Capitão da aldeia do Ipégue, no districto de Miranda, e seu substituto; que por ocasião da invasão paraguaya não só a sua tribo, como todas as outras, e mais habitantes do districto abandonarão os seus lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos; que ultimamente, voltando os moradores a reocuparem os seus domicilios, elles Terenas encontrarão a sua aldeia do Ipegue occupada por Simplicio Tavares, por antonomásia Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e lavrarem suas antigas terras e de seus antepassados, pelo que vinhão pedir providencias para não serem esbulhados de suas propriedades das quaes não podiam desprender-se. (Officio do Diretor Geral dos Indios ao Presidente da Província apud CORRÊA, 1999, p. 112-113 apud ESSELIN, 2011, p. 245-246).

Durante a ocupação paraguaia da banda meridional da província de Mato Grosso muitos prédios públicos foram saqueados e incendiados, havendo com isso a destruição de muitos documentos e registros, escrituras de posses, certidões de nascimento, dentre outros. Esselin (2011, p. 239), pondera que o fato de muitos documentos terem sido destruídos “serviu de subterfúgio para muitos daqueles soldados que haviam decidido pela fixação no sul do Pantanal, se apoderassem de grandes áreas, alegando que lhes

pertencia e que os documentos comprobatórios haviam sido destruídos pelas tropas invasoras”.

Este fato, obviamente, desconsiderava completamente a ocupação indígena na região que já se encontrava assentada sob muitos módulos ocupacionais entre os Campos da Vacaria e o distrito de Miranda. Essa situação histórica garantiu as condições para a constituição de extensas propriedades agropastoris e do estabelecimento de grandes latifundiários, forjando os meios para a concentração fundiária na região sul do Pantanal Mato-Grossense. É revelador que, ainda que os Terena e demais grupos indígenas tenham combatido do lado brasileiro na Guerra da Tríplice aliança, “Os “amigos” do período da guerra deixaram de existir e tornaram-se empecilho para o desenvolvimento do capitalismo que se concretizava na região” (VARGAS, 2011, p. 65).

Os indígenas, sobretudo os Terenas, transformaram-se no principal elemento de mão-de-obra nas fazendas que se organizaram no sul de Mato Grosso, na condição de vaqueiros e em outras atividades que se desenvolveram por toda a região, como lavoura, colheita e preparo da erva-mate, ipeca, borracha, e também nos transportes, como barqueiros ou remeiros – enfim, em todos aqueles postos que a nova civilização exigia (ESSELIN, 2011, p. 247).

Em 1892, o processo de titulação de terras públicas e privadas passa a ser de competência dos Estados por força da Constituição Republicana de 1891, inaugurando assim a Lei nº 20 de 1892, regulamentada pelo Decreto nº 38 de 1893. De acordo com a nova legislação fundiária caberia aos Estados — por meio de agentes públicos nomeados pelo Governo do Estado como Juízes Comissionários e agrimensores — executar os serviços de registro, medição, demarcação e legitimação de terras aos proprietários (MORENO, 1999).

Gislaene Moreno (1999), ao analisar o processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso entre as décadas de 1890 e 1930, constata como a burla “legal” favoreceu a apropriação capitalista de grandes porções do território Mato-Grossense. De acordo com a autora mencionada;

Os excessos, com exageradas extensões de áreas decorriam dos abusos cometidos pelos proprietários que, ao registrarem suas terras, declaravam áreas muito superiores às efetivamente ocupadas. Até 1897, os serviços de registro, medição e demarcação das áreas, ficava sob responsabilidade de um Juiz Comissário e um agrimensor, nomeados pelo Governo do Estado, para cada distrito de medição. As terras devolutas eram medidas e demarcadas pelo agrimensor designado e as terras particulares, por um profissional contratado pelo próprio requerente. A fiscalização, aprovação dos serviços e o encaminhamento

dos relatórios, contendo o mapa das áreas medidas, cabiam ao Juiz Comissário. Portanto, a fase essencial do processo de regularização de terras ficava sob o controle dessas pessoas, vulneráveis ao poder de pressão dos proprietários locais. (MORENO, 1999, p. 70-71).

Cercados pelas fazendas que foram se multiplicando ao findar da Grande Guerra, os Terena foram absorvidos como mão-de-obra cativa nos extensos latifúndios, largamente empregada desde a derrubada das matas para o preparo das pastagens e plantio de lavouras de gêneros agrícolas como milho, feijão e mandioca; retirada de madeira para produção de cercas, currais e outros empreendimentos nas fazendas, por meio de serviços de carpintaria e construção de edificações e benfeitorias; além do trabalho com o manejo dos rebanhos na condição de vaqueiros, dentre outras lides (PEREIRA, 2009; ESSELIN, 2011).

Pereira (2009, p. 42-43) pondera que:

Nessa nova condição, os homens terena foram incorporados na realização de todos os trabalhos da fazenda, desde a derrubada de matas até o plantio de pastagens, construção de cercas e estradas e a lida com o gado. As mulheres, além dos trabalhos domésticos em suas próprias casas, muitas vezes também davam conta dos inúmeros trabalhos que garantiam o funcionamento dos retiros e das sedes das fazendas. Devido ao caráter tecnológico rudimentar das fazendas e à presença rarefeita da população não-indígena, a mão-de-obra terena foi fundamental para a implantação e funcionamento das fazendas pioneiras de criação de gado, principalmente nos municípios de Campo Grande, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Maracaju, Bonito, Jardim e outros

Na tradição oral dos Terena mais velhos, e no conjunto de situações históricas vivenciados por este povo, esse período é conhecido como os tempos de servidão e cativo à que foram submetidos nas fazendas que se formavam no Pantanal sul de Mato Grosso. De acordo com Amado (2019, p. 72).

Nesta situação histórica entra em cena a “camaradagem” e o “compadrio”, entre os fazendeiros e os Terena. Nos dias atuais, é muito comum, os fazendeiros alegarem que sempre foram “amigos” dos indígenas, justificando a suposta amizade, pelo fato de sempre empregarem a mão-de-obra indígena, a preço vil.

Muitas famílias Terena e de outras etnias que viviam na região se engajaram nas atividades produtivas no interior das propriedades rurais como alternativa à condição em que foram imputadas. Os relatos orais e os registros documentais dão conta de que nas fazendas, os Terena eram usurpados de qualquer direito trabalhista que pudesse vigorar à época, “contraíam” dívidas infundáveis com seus patrões, que vendiam às famílias indígenas gêneros industrializados em estabelecimentos que eram administrados pelos

proprietários das fazendas (os conhecidos “bolichos”), nos quais comercializavam produtos com valores superfaturados, ficando as famílias impossibilitadas de abandonarem os trabalhos nas fazendas com a justificativa de que ainda estavam devendo e precisavam trabalhar mais um ano para quitar as dívidas contraídas, sob a pena de espancamentos e até mesmo mortes (XIMENES, 2017).

No texto de Eremites de Oliveira e Pereira (2007), foi registrado o depoimento do cacique Armando Gabriel, um importante tronco velho de 85 anos da Terra Indígena Buriti, que afirmou para os referidos antropólogos que os Terena receberam das autoridades imperiais apenas três botinas como forma de retribuição por terem combatido do lado brasileiro na guerra contra o Paraguai: “duas no pé e uma na bunda”. A expressão utilizada pelo cacique Armando Gabriel se refere à forma como as autoridades brasileiras recompensaram os Terena pelos seus préstimos²³ no período da Grande Guerra, ou seja, um par de botinas e um chute no traseiro ao findar do conflito.

O pesquisador e indígena Terena, Eder Alcantara Oliveira (2014, p. 68), registrou em sua dissertação de mestrado em História que os conflitos entre os Terena e os fazendeiros tornaram-se constantes, visto que os fazendeiros constantemente invadiam as terras de domínio dos Terena e buscavam impor um regime de submissão, à fim de aproveitá-los como mão-de-obra subordinada ao trabalho escravo.

Em seu trabalho, a memória dos mais velhos sobre os tempos de servidão nas fazendas e as dificuldades cotidianas impostas ficam registradas pelo relato do cacique Armando Gabriel, em 2007, na Terra Indígena Buriti, localizada entre os municípios sul-mato-grossenses de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti:

O meu tio me contava que na fazenda os Terena viviam devendo para o fazendeiro e não conseguiam pagar, não recebiam nada, quando iam fazer o acerto, ainda estavam devendo, se questionassem o patrício era chicoteado! E se tentassem fugir, os capatazes iam atrás traziam às vezes amarrados igual animal, e eram chicoteados na frente dos patrícios para servir de exemplo, e outras vezes eram mortos. (apud OLIVEIRA, 2014, p. 68).

Quando recebiam alguma paga era quase sempre inferior ao pagamento oferecido aos trabalhadores livres como caboclos, mestiços e sertanejos e ainda trabalhavam muitas vezes apenas em troca de moradia e alimentação nas propriedades agropastoris. Nesse

²³“São inúmeros os exemplos do engajamento dos Terena ao lado das forças imperiais, porém, sua contribuição não se restringe a isso e pode ser atestada com os serviços que prestaram: comoguias por serem bons conhecedores da região; produtores de víveres, visto serem excelentes agricultores; e ainda anfitriões, pois abrigaram não índios em suas aldeias.” (XIMENES, 2017, p. 59).

sentido, os relatos dos Terenas mais velhos dão conta das práticas coloniais perpetradas pelos proprietários rurais no interior dos latifúndios. Amado (2019) também registrou em sua tese de doutorado as memórias de homens e mulheres mais velhos do seu povo sobre os tempos de servidão nas fazendas do Pantanal.

Um dos relatos inseridos no trabalho de Amado (idem) diz respeito à trajetória de seu avô, Celestino Eloy, que trabalhou muitos anos de sua vida em fazendas da região, com destaque para a lida nas fazendas Piquie Esperança. No ano de 2013, quando a Fazenda Esperança foi retomada pela comunidade Terena da região da cidade de Aquidauana, Amado atuou junto à retomada na assessoria jurídica do movimento.

Na ocasião, o próprio Eloy Terena (como ele é conhecido no Movimento Indigenista Brasileiro), pôde presenciar a emoção do ancião da aldeia Ipegue, senhor Nelson Botelho, ao adentrarem no interior da Fazenda Esperança, relatando que o senhor Nelson ficou visivelmente emocionado por estar pisando na sala de visita da propriedade:

Seu Nelson e meu avô trabalharam juntos nesta propriedade, na década de 1950, e nesta ocasião ele relembrou desses tempos, quando não se podia nem dirigir a palavra diretamente ao Seu Ênio, o dono da fazenda. E, continuou Seu Nelson: “Dûtu, a gente não podia nem passar nesta varanda, pra gente se servir, na hora da comida, tinha que rodear por de trás e pegar a comida pela janelinha dos fundos”. Este fato relatado pelo Seu Nelson foi confirmado por várias outras pessoas que trabalharam na fazenda. São fatos reveladores da dita relação de “camaradagem” que existia entre os fazendeiros e os Terena, pois revelam a posição de servidão pela qual passaram os Terena, que até pouco tempo, eram senhores de todo o território da região e foram cercados pelas cercas das fazendas. (AMADO, 2019, p. 73).

Espoliados de suas terras pelas frentes agropecuárias que abruptamente desterritorializavam, os grupos locais Terena espalharam-se pelas fazendas que surgiam na região, sendo usados como força de trabalho (absorvidos como mão de obra cativa).

Os laços que uniram os indígenas e os oficiais foram corroídos pela lógica do capitalismo agrário que se instalava na região, impondo o domínio da propriedade privada da terra. Assim, fez-se um verdadeiro cerco aos Terena, que, de senhores da terra, passaram a condição de mão de obra explorada pelos fazendeiros (VARGAS, 2011).

Percebe-se que, além de serem desterritorializados pelos fazendeiros, foram submetidos ao trabalho escravo. Infere-se, desta forma, que nesta situação histórica, além das práticas coloniais inseridas em muitos apossamentos de terras empreendidas pelos fazendeiros, que concentravam — e continuam concentrando — parcela significativa da elite política e econômica da região, havia o papel exercido pelos agentes estatais, que

atuavam em grande medida em benefício dos latifundiários, no sentido de estabelecerem uma “segurança jurídica” (AMADO, 2019, p. 77), aos proprietários dos extensos latifúndios, articulada por meio de subterfúgios jurídicos e expedientes normativos que garantissem a expropriação de extensas faixas de terras-territórios.

1.4. O SPI E A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS TERENA: REGIME TUTELAR E APROPRIAÇÃO DO TRABALHO

Para compreender o processo de constituição do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e sua política indigenista tutelar, se faz necessário analisar a conjuntura histórica em que essa agência estatal indigenista foi concebida.

Logo após o final da Guerra da Tríplice Aliança, as autoridades políticas brasileiras preocuparam-se com o guarnecimento das fronteiras e recuperação do território que foi devastado pela guerra, além de executar uma política fundiária de liberação de terras e de fornecimento de mão de obra para as unidades agropastoris que abundava com o fim do conflito, mediante a promoção da migração de colonos.

Assim, a ocupação do território por não índios ao final do conflito platino foi patrocinada pelas forças políticas e econômicas nacionais, a fim de garantir a posse sob a fronteira oeste do país, legitimada pela presença de proprietários rurais. Desta maneira, a incorporação de territórios, a preocupação com as fronteiras nacionais e a integração de regiões distantes do litoral à economia nacional era encarada como de vital importância para a defesa do território e da soberania nacional. Nesse contexto, Ximenes (2017, p. 62) destaca que “A principal consequência da guerra para os povos indígenas da região foi uma nova onda de colonização que acabou por aumentar os conflitos territoriais entre índios e não índios”.

O processo colonial avançou sobre os territórios de diversas etnias indígenas na porção sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul, no final do século XIX, tendo se intensificado durante o século XX, trazendo em sua esteira mudanças significativas nas formas e módulos de ocupação territorial destes povos e, do mesmo modo, em sua organização social.

Ximenes (2017, p. 64) aponta que:

Esse processo paulatinamente atingiu todas as populações nativas na parte sul do Mato Grosso. O governo, tanto em âmbito estadual quanto federal, titulou as terras em nome de terceiros, desconsiderando a ocupação indígena. E assim, eles ficaram nas sobras das áreas vendidas ou doadas pelo poder público. [...] Os Terena, como também ocorreu

com outras etnias, eram então expulsos ou pressionados a deixar suas casas, roças, locais de reza, enfim, suas terras. Essas expulsões ou pressões eram feitas ou pelos próprios *proprietários*, ou por uma espécie de força policial chamada pelos indígenas e regionais de *captura*, conforme apontam diversos trabalhos, entre eles Eremites de Oliveira e Pereira (2003); Vargas (2003); Crespe (2009, 2015).

Nesta perspectiva, as forças armadas foram aparelhadas e imbuídas de “integrar” e “desbravar” o território nacional, por meio das linhas telegráficas e das ferrovias, e assim “expandir o “raio civilizador” do litoral ao interior desconhecido” (MACIEL, 1999, p. 170). As rodovias, ferrovias e o telégrafo seriam desta maneira as “artérias” que levariam o “progresso” e a ordem até os grotões da nação.

Com a preocupação em integrar o território nacional e levar as diretivas do governo central aos recônditos confins da republica, foram organizadas a partir de 1890, comissões para a implementação de linhas telegráficas e ferrovias que interligassem o litoral ao interior do país, “cujo objetivo era permitir uma maior presença do Estado nacional nos estados Acre, Amazonas e Mato Grosso”. (FONSECA, 2014, p. 32).

Uma das táticas de expansão da ocupação e do controle e gestão do Estado sob o território e as populações originárias que ocupavam o sul do Mato Grosso foi a criação Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, inaugurada a partir de 1900 e que esteve sob o comando do militar Mato-Grossense Tenente-Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, e ficou conhecida como “Comissão Rondon” (MACIEL, 1999).

De acordo com Laura Antunes Maciel (1999), a constituição das comissões telegráficas tratava-se pois de uma estratégia definida no interior do Ministério da Guerra, que seria executada por oficiais do exército como engenheiros militares e técnicos ligados a Repartição Geral dos Telégrafos (RGP), que compartilhavam concepções de acordo com as quais o telégrafo elétrico e as ferrovias desempenhariam a função de objetos técnicos representantes do ideal de “civilização” e de “modernidade” como uma “uma sonda” a perscrutar regiões desertas e desconhecidas, auxiliando nos trabalhos de exploração e, principalmente, como instrumento de administração e governo” (MACIEL, 1999, p. 168).

A autora pontua que:

Ambos funcionavam como mecanismos para criação de um “mercado de terras”, já que o espaço ao longo dos trajetos era quase sempre reservado para o assentamento de colonos, favorecendo grilagens e estimulando processos de requisição de terras devolutas ao Estado. (p. 170).

Desse modo, a “ação civilizadora” deveria ser encarada como um plano de governo a ser executado pelos militares como meta da República. Depreende-se, portanto, que a “conquista ordenada do sertão” (MACIEL, 1999), foi operacionalizada como “modalidade de guerra” (SOUZA LIMA, 1995), manifestada pela possibilidade que as linhas telegráficas e as ferrovias propiciariam ao exercício do poder republicano sob os territórios “desbravados” e/ou “amansados”, em que figuravam táticas de conquista e estratégias de governo, tais como: levantamento topográfico, mapeamento dos aspectos geológicos e biogeográficos, das potencialidades econômicas, dos grupos indígenas habitantes das regiões pelas quais passaria as linhas telegráficas, bem como das línguas faladas pelos grupos habitantes.

A própria concepção de “desbravamento” enquanto ato ou efeito de explorar, penetrar, abrir, tornar manso ou domar, pressupõe a vontade de agir e o apoio de medidas de força, vindo sempre atrelada a uma idéia de “defesa” que por sua vez está associada a tarefas em que a intervenção estatal, sobretudo a militar, era um suposto. Outro pressuposto, da ação militar desenvolvida pela Comissão Rondon, é o de “integração”, pensado como o ato de juntar, anexar, tonar parte de, aplicado aos processos de conquista de territórios. Desbravar e integrar sintetizam o projeto de conquista de territórios e culturas, sob a República, empreendido pela Comissão Rondon (MACIEL, 1999, p. 174).

Fonseca (2014) infere que, com a implementação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), uma nova onda migratória passa a ser atraída para essa região. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estabeleceu a ligação entre São Paulo e Porto Esperança, distrito de Corumbá, sendo que sua construção teve início em 1905 em Bauru, e em 1908, em Porto Esperança, somente sendo completada em 1914, quando os trilhos provenientes do ocidente e do oriente se encontraram na cidade de Campo Grande. O trecho percorrido teria como destino final a cidade de Corumbá, passando por Três Lagoas, Água Clara, Campo Grande, Aquidauana, Miranda e Porto Esperança (FONSECA, 2014, p. 29).

Destaca-se que os Terena, como também outros grupos étnicos, integraram as equipes de construção dos ramais telegráficos e dos trechos da EFNOB, bem como em outras obras de caráter público²⁴, como consta em documentos da época. É bem verdade que “o braço indígena derrubou matas, formou fazendas, movimentou a indústria sucroalcooleira, construiu estradas e alimentou os não índios.” (XIMENES, 2017, p. 93).

²⁴ “É possível citar uma estrada de ligação entre a então Reserva Buriti e a cidade de Sidrolândia, cuja iniciativa teria sido do Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, delegado da inspetoria do SPI.” (XIMENES, 2017, p. 95).

E nesse cenário político-econômico foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais —SPILT, implementado em 1910 pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho, sendo um órgão que integrava o recém-implantado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e tinha como finalidade integrar o índio à sociedade envolvente por meio do trabalho agrícola.

Portanto, a partir das expedições da Comissão Rondon foi gestada a política indigenista que seria praticada durante a maior parte do século XX. Nesse contexto, foi fundado em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILT, chefiado inicialmente por Cândido Rondon. O órgão integrou o então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A expressão localização de trabalhadores nacionais sugere a intenção de vincular os índios ao trabalho nas atividades econômicas da sociedade brasileira. (XIMENES, 2017, p. 67).

Souza Lima (1995, p. 101) aponta que a constituição do MAIC se vinculava à setores sociais ligados a Sociedade Nacional de Agricultura — SNA²⁵. Mais tarde, em 1918, o órgão passou a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI), mas continuou com a mesma rubrica: “proteger o índio” e inseri-lo no mercado de trabalho, por meio de uma política indigenista para a demarcação de reservas e aldeias indígenas, sob a Tutela do Estado Nacional. Souza Lima (1995, p. 74), em sua obra *Um grande cerco de paz*, define *poder tutelar* como:

Modalidade de poder de um Estado que se imagina nacional, ou melhor, comunidade política dotada de um Exército profissional, comunidade esta entendida aqui como um conjunto de redes sociais estatizadas, com pretensões a abarcar e submeter a multiplicidade de comunidades étnicas diferenciadas e dispostas num território cuja predefinição face a outras comunidades políticas igualmente heteróclitas é relativa e instável. [...] é antes de tudo um poder estatizado num aparelho de pretensa abrangência nacional, cuja função a um tempo é estratégica e tática, no qual a matriz militar da *guerra de conquista* é sempre presente.

Como analisado por muitos pesquisadores, a política indigenista perpetrada pelo SPI estava vinculada a interesses do capitalismo agropastoril que se consolidava na região sul de Mato Grosso no início do século XX. Para Ferreira (2007, p. 136),

A ação do SPI seguiu rigorosamente as intenções declaradas em 1914, através do estabelecimento de uma lógica de proteção pautada em pelo menos três eixos distintos: 1) um eixo econômico, através do financiamento de ferramentas e insumos para as reservas indígenas, de

²⁵“A rede que conduziu à criação do aparelho era, mais amplamente, aquela relacionada à SNA e às idéias que secundariam a criação do *Ministério*, bastante coerentes com o ideário positivista de modo mais geral, desde o papel da ciência e das possibilidades de progresso para o campo sob um governo racional, até as técnicas de manipulação imaginária empregadas” (SOUZA LIMA, 1995, p. 115).

maneira que estas pudessem aumentar sua produção na lavoura, e também o controle e gestão da força de trabalho indígena; 2) um eixo ideológico-cultural, pautado na construção de “escolas” e no trabalho pedagógico de “ensinar” os índios a cultura nacional e a “civilização”; 3) um eixo político, de administração das terras indígenas pelo Encarregado do Posto, que ao mesmo tempo assumiria as tarefas econômicas e ideológico-culturais, e de regulação da vida indígena.

É importante perceber que as ações estatais direcionadas aos povos indígenas, tinham como fundamentação teórica a ideia de que a condição de indígena era transitória, e que por meio de expedientes normativos, do trabalho agrícola e da definição de critérios e dispositivos classificatórios se integrariam à sociedade envolvente, atingindo o status “civilizado”, submetendo assim os povos indígenas, por meio da ação estatal a um regime juridicamente fixado sob forma de lei pelo Decreto n. 5.484 de 27 de junho de 1928.

De acordo com Amado (2019, p. 82), “Essa norma veio justamente para regulamentar o Art. 6º do Código Civil de 1916, dispondo sobre o regime tutelar das terras e bens indígenas e por fim da responsabilidade civil e penal dos indígenas”. As três primeiras Reservas Indígenas Terena foram demarcadas até 1905, a saber, as Terras Indígenas Cachoeirinha (1904)²⁶ e Lalima (1905)²⁷, localizadas no município de Miranda; e Taunay-Ipegue (1904) em Aquidauana, sendo que as demais foram demarcadas a partir de 1917, sendo elas: Capitão Vitorino em 1922, atual Terra Indígena Nioac²⁸; Moreira-Passarinho em 1925, que atualmente integram a Terra Indígena Pilad Rebuá; Terra Indígena Buriti, no ano de 1928²⁹, e Terra Indígena Limão Verde, sendo que esta última

²⁶ Vargas (2011, p. 75) aponta que para Terra Indígena Cachoeirinha “Foi legalizada a área pelo Ato nº 217, de 06 de maio de 1904, através da qual ficou reservado um lote de terra de terras devolutas medindo 3.200 hectares. Sua conclusão em 01 de novembro de 1905, estabeleceu, no entanto, 2.658 hectares, que foram transformados na primeira reserva indígena dos Terena. [...] Mesmo com a demarcação realizada em 1905, o seu título definitivo só foi expedido pelo governo do Mato Grosso em 1965, quando foi criada oficialmente a Reserva Indígena de Cachoeirinha, portanto 60 anos depois de sua demarcação”.

²⁷ “O processo de criação da Reserva Lalima, no município de Miranda, assemelhou-se ao das demais áreas ainda durante a passagem da Comissão das Linhas Telegráficas pela região e resultou das reivindicações dos indígenas. O pesquisador Terena Mario Ney Rodrigues Salvador (2012) pontua que o território de Lalima foi demarcado em 1905, com 3.600 ha. De acordo com recenseamentos citados pelo autor, entre os anos de 1936 e 1958, a população da área era formada por Terena, Kinikinai, Laiana e Guaicuru” (XIMENES, 2017, p. 76).

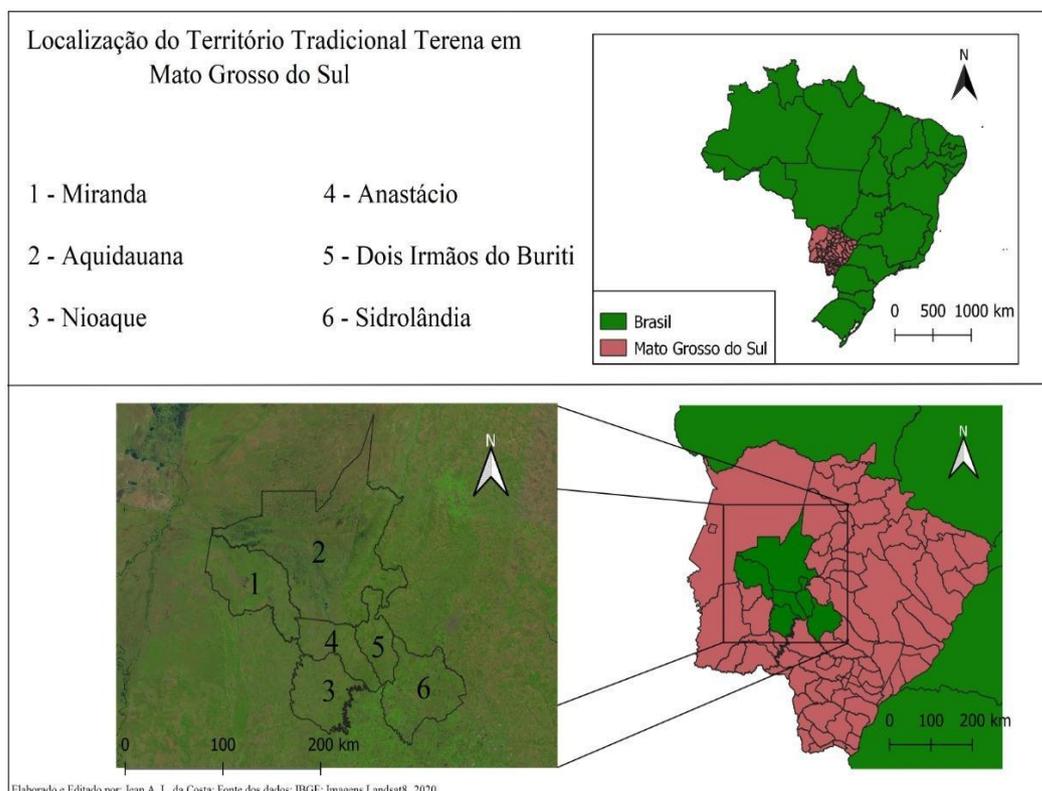
²⁸ “Em 1908, a justiça do estado delimitou os territórios por meio de um acordo, uma vez que os fazendeiros se mobilizaram para legalizar e definir o quanto antes seus limites e estabelecer as suas cercas. As sobras seriam as terras devolutas. Mas, um ano depois da justiça haver decretado improcedentes os pedidos de fazendeiros sobre a posse de terras no Brejão, ocupadas pelos índios Terena, estas ainda não tinham sido reservadas. Vargas (2003, p. 100-105), a partir de diversos documentos do SPI, demonstra a organização dos Terena para buscar soluções para esta questão. O Capitão Vitorino solicitava que as autoridades brasileiras tomassem providências quanto às terras reivindicadas” (XIMENES, 2017, p. 78).

²⁹ Segundo Cardoso de Oliveira (1976, p. 85) “[...] os primeiros dados fornecidos por Relatórios do Serviço de Proteção aos índios, sobre a aldeia buriti, assinalam já em 1923 uma população de 420 pessoas, com uma criação de 400 equinos e 180 bovinos.”

ainda não teve a titulação homologada (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; VARGAS 2011; XIMENES 2017; AMADO 2019). Dessa maneira, Cachoeirinha, Lalima e Taunay-Ipegue foram demarcadas pela Comissão de Linhas Telegráficas, enquanto as demais foram efetuadas pelo SPI.

A figura abaixo representa as Terras Indígenas demarcadas até a primeira metade do século XX.

Figura 1. Área geográfica das Terras Indígenas Terena



Elaboração: Jean A. E. da Costa

Fonte: Dados do IBGE: Imagens Landsat8, 2020. Disponível em <<https://glovis.usgs.gov/app?fullscreen=0>> Acesso em: 10 maio. 2019

Apesar da implantação das Reservas Indígenas ter atendido aos interesses dos grandes proprietários de terras da região, de igual modo também foi fruto do conjunto de estratégias de negociação e da agência das redes de sociabilidade dos Terena na formação de suas Reservas, no sentido de terem ao menos parte de seu território garantido, evidenciando a capacidade diplomática em incorporar aspectos simbólicos e culturais para persistirem enquanto povo etnicamente reconhecido.

Tornou-se comum, entre fins do século XIX e início do século XX, os Terena se deslocarem da região de Miranda e Aquidauana para Cuiabá para interpor, junto às autoridades brasileiras daquele período, a garantia de suas terras que se encontravam cercadas pelas fazendas (VARGAS, 2011). Os Terena organizavam comissões para protocolar denúncias de violências e abusos que vivenciavam nessa situação histórica.

Uma das justificativas que os Terena utilizavam para intermediarem suas pautas junto aos não índios decorria do fato de terem combatido as forças paraguaias na Guerra da Tríplice Aliança.

Ximenes (2017, p. 88) pontua que,

Nesse sentido, a trajetória histórica dos terenas demonstra seu papel na garantia de parte de suas terras de ocupação tradicional. Isto é, embora as Reservas tenham atendido aos interesses do Estado e dos novos ocupantes, também representaram a capacidade dos Terena de reivindicar e dialogar com o Estado na busca pela manutenção de áreas em que pudessem se reorganizar enquanto grupo étnico. Evidenciam, portanto, a agência terena. (XIMENES, 2017, p. 88).

Na situação de Reservas do SPI, a estratégia adotada pelo órgão tutelar era integrar o índio à sociedade envolvente por meio de expedientes oficiais intermediados pelos Postos Indígenas, como atividades extrativas e práticas agrícolas, além de um Programa Educacional com várias diretrizes que deveriam ser seguidos rigorosamente pelos agentes do SPI.

O objetivo do programa educacional indígena levado a cabo pelo SPI tinha por base imprimir nos indígenas os valores considerados por eles como “cívicos e morais” e toda a sistematização girava em torno da formação de um Clube Agrícola. O programa anual estava dividido em quatro etapas, sendo a primeira marcada por atividades que culminariam na formação do clube. Posteriormente à formação do clube, os alunos se organizariam internamente em atividades divididas por grupos menores sendo: pelotão de saúde, biblioteca e museu escolar. Na terceira etapa, seriam lecionados conteúdos referentes ao Português, Aritmética, Ciências Naturais, Geografia e História do Brasil, não estando contemplada nenhuma disciplina sobre História, Cultura e até mesmo Medicina Tradicional Indígena. (AMADO, 2019, p. 92).

Além do ensino escolar padronizado pela sociedade envolvente, que deslegitimava qualquer conhecimento e práticas indígenas, era ensinado aos Terena diversos ofícios, dentre eles, sapataria, carpintaria, engenho de cana de açúcar - para produção de rapaduras, por exemplo - e fabricação de móveis para a escola. Ademais, o SPI fazia a retirada de madeira para a fabricação de móveis e utensílios e para a venda

fora das reservas. Amado (2019) ainda expõe, de acordo com dados oficiais obtidos na biblioteca do Museu Nacional, números referentes à produção econômica no interior das Reservas, chamando a atenção para dados de produção de madeira, rapadura e de adobe (espécie de tijolo feito de barro e capim).

Dessa forma, muitos postes, por exemplo, eram retirados das Reservas e instalados nas fazendas da região. Assim, a mão de obra indígena era explorada tanto para manutenção dos postos quanto para as atividades das fazendas, ao passo que a renda proveniente do trabalho nestas propriedades rurais era incorporada ao patrimônio do SPI. “Ou seja, terra, recursos e força de trabalho indígena eram utilizados durante a gestão do SPI para negociação com terceiros” (XIMENES, 2017, p. 131).

No trabalho de Ferreira (2007, p. 135) é possível acompanhar a evolução das ações do SPI — a partir do estabelecimento do Posto Indígena Bananal, em 1915, e em Cachoeirinha, a partir de 1920 — no tocante à fixação da população Terena junto aos Postos, gestão de mão de obra e a produção agropastoril nas Terras Indígenas.

Em Bananal, no ano de 1920, de uma população de 756 pessoas e produção de 1.430 cabeças de gado, saltarão, em 1929, para 1531 habitantes e produção de 2.138 reses bovinas. Uma evolução também foi observada no Posto de Cachoeirinha, porém, com um quantitativo mais modesto, possivelmente em decorrência de sua constituição mais tardia se comparado à Bananal.

Há registros de relatórios do SPI que apontam que os Terena gozavam de certo prestígio junto aos encarregados e chefes de posto, bem como com a inspetoria do SPI, uma vez que absorveram bem a relação “econômica” que se estabeleceu nas áreas reservadas pelo Serviço. Entretanto, se as atividades laborais foram absorvidas com certa facilidade pelos Terena, o mesmo não se pode dizer para muitas tentativas de intervenção política do órgão na vida cotidiana dos índios, contribuindo para processos de resistência à instrumentação do regime tutelar. “A resistência a imposição do regime tutelar se deu especialmente em meados dos anos 1920, e podemos classificá-la como a primeira tentativa de ‘emancipação’ indígena, só que feita pelos próprios índios” (FERREIRA, 2007, p. 137).

Essa reconfiguração socioespacial que o SPI – por meio das Inspetorias Regionais, as figuras dos Encarregados de Postos e Capitães de Postos³⁰ – imprimia aos Terena não

³⁰ “As nove reservas indígenas Terena existentes em meados dos anos 1950, diferentemente das comunidades-locais de fazendas e cidades, tinham uma estrutura: o Encarregado de Posto, representante local do SPI era responsável pela administração política da aldeia, para a qual indicava um Capitão e

foi aceita em muitos espaços de acomodação, como Bananal e Cachoeirinha. Assim, diversos conflitos e micro-revoltas surgiram, principalmente em Bananal, em relação ao controle político da aldeia, visto que, segundo o estudo de Ferreira (2007), havia uma cisão entre alguns troncos ancestrais dos Terena, opondo, de um lado, os que se vinculavam a grupos religiosos de inclinação protestante e, no outro extremo, os que se identificavam com o catolicismo.

As lutas internas em Bananal levaram a estabelecimento de um padrão de organização política distinto daquele normalmente adotado pelo SPI. Ao invés de um único “capitão” ser reconhecido oficialmente para cada aldeia indígena, foram reconhecidos “três indígenas” como “administradores” da aldeia. Dois “capitães” e um índio indicado pelo SPI. Esta administração indígena deveria substituir a administração do SPI, que até então era responsável politicamente, pela gestão política da aldeia do Bananal. (FERREIRA, 2007, p. 137).

Outro foco de distúrbios em Bananal eram os atritos muitas vezes existentes entre as lideranças indígenas e os agentes do SPI pelo controle e gestão da terra e dos bens indígenas, figurando, de acordo com o autor supramencionado, na base dos conflitos naquela aldeia (FERREIRA, 2007, p. 138). Há também registros de conflitos entre funcionários do SPI e representantes da União Missionária, como evidência, Ferreira (2007), na análise de relatórios da Inspeção Regional 6 (IR 6) que datam da década de 1920, obtidos em pesquisa documental no acervo oficial do Museu do Índio durante seu trabalho de doutoramento.

Os relatórios da IR-6 nos anos 1920, indicam uma série de conflitos políticos em Bananal, atribuindo-o a ação da “União Missionária Sul-americana”, que atuava nesta aldeia. Os conflitos se dariam dentro da aldeia de Bananal, pela divisão entre “protestantes e católicos”, e entre o SPI e a União Missionária. Isto levando inclusive a migração de famílias de Bananal para Cachoeirinha (Relatório da IR-6, 1922, Museu do Índio, Filme 379)” (FERREIRA, 2007, p. 139).

Essas micro-revoltas, como definiu Ferreira (2007), levaram a conflitos pelo controle político, sobretudo administrativo, que se instauraram nas Reservas, como, por exemplo, na aldeia Bananal, entre os anos de 1927 a 1935. As disputas e conflitos entre diferentes lideranças, funcionários do SPI e fazendeiros culminaram em uma revolta armada no ano de 1935 comandada por lideranças Terena como Marcolino Lili, um dos

organizava uma polícia, que ficava sob as ordens de ambos. O Encarregado do Posto possuía um poder amplo, pois em sua mão se concentrava a gestão do patrimônio indígena (moinhos, ferramentas e a terra), determinando amplamente a forma da produção; também o poder político, já que ele a mando da Inspeção Regional, indicava o Capitão e a Polícia das aldeias, assim como concedia “salvos-condutos” para entrada e saída de índios da reserva, e regulava por outro lado a entrada de não- índios.” (FERREIRA, 2009, p. 149).

três capitães que compunham a Junta Indígena de Bananal, seguida da intervenção do Exército e da polícia e a prisão de lideranças da aldeia em resposta às insurgências deflagradas pela Junta Indígena (FERREIRA, 2007, p. 143).

Cardoso de Oliveira (1968, p. 116) descreveu que nessa conjuntura: “Tentou-se um sistema de triunvirato, onde se faziam representar três correntes dominantes na aldeia: os protestantes, os não-protestantes (ou católicos) e o S. P. I”.

É possível inferir com o exposto e, a partir das referências coligidas por Ferreira (2007), que, entre os anos 1920 e 1960, a disputa pendular pelo poder político no interior das reservas oscilou em torno das figuras de controle político do aparelho tutelar: nesse caso, os representantes do SPI (Encarregado/Chefe do posto) e as lideranças das aldeias (Capitães Terena). Essa relação diádica culminou com um regime de cacicado em que as disputas entre as facções terena pela representação da figura de Capitão do Posto se intensificaram entre os anos 1950 e 1960, sendo que “[...] nos anos 1950/1960, todas as reservas indígenas encontravam conflitos e lutas pelo controle do poder e da função de capitão” (FERREIRA, 2007, p. 155).

O cotidiano nas Reservas era marcado pela periodização das atividades cívicas — seguindo os ideais positivistas que marcaram a criação do SPI, como hasteamento da bandeira nacional, por vezes, com os alunos perfilados à sua frente, disciplinarização corporal de acordo com ditames extra indígenas, adequação de vestimentas sob à rubrica da “higiene” positivista e do evolucionismo social, dentre outras práticas de caráter “nacionalista”.

Tratava-se, pois, da veiculação de noções elementares da língua portuguesa (leitura e escrita) e estímulo ao abandono das línguas nativas, além de se introduzir uma série de pequenas alterações no cotidiano de um povo indígena, a partir de formas de socialização características de sociedades que têm na escola seu principal veículo de reprodução cultural (SOUZA LIMA, 1995, p. 191).

No interior das Reservas, a imposição ao trabalho agrícola era incentivada com a necessidade de abastecimento do posto e de seus funcionários, como da população indígena residente nas aldeias. O intuito era transformar povos indígenas com especificidades político-econômicas e culturais distintas em trabalhadores nacionais inseridos no mercado de trabalho sob a perspectiva positivista e assimilacionista, e dessa maneira, estabelecer a “assistência” ou “ação civilizatória”, cujo intento seria o de transformar “caçadores nômades em lavradores sedentários” (SOUZA LIMA, 1995, 181).

Com base nesse mesmo autor, podemos dizer que:

A ação civilizatória recobria o conjunto de dispositivos e técnicas que visavam transformar os povos nativos “capturados” pela malha administrativa em produtores rurais para sua auto-subsistência, para a manutenção da presença do *Serviço* e para comercialização de excedentes da produção agrícola a serem progressivamente obtidos. (SOUZA LIMA, 1995, p. 182-183).

Em suas terras, plantavam gêneros agrícolas como mandioca, milho, arroz, feijão, batatas e frutas que abasteciam as aldeias e eram comercializados nas cidades da região.

Nas fazendas da região do Pantanal Sul-mato-grossense, os Terena continuam a ser absorvidos como mão de obra, inseridos em vários circuitos de produção econômica como ordenhadores, peões, vaqueiros, lavradores e outras lides. Ximenes (2017, p. 97) destaca que “Além de serem considerados vaqueiros habilidosos, eles mesmos confeccionavam os aparatos para montaria como selas, baixeiros e coxinilhos o que representava uma economia considerável para os patrões”.

Além disso, é importante consignar o trabalho externo das mulheres Terena, que se empregavam muitas vezes em serviços domésticos como cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, entre outras, nas sedes das fazendas e em casas particulares nas cidades de Miranda, Aquidauana, Anastácio, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque e Campo Grande. Assim também mantiveram uma mobilidade frequente entre as Reservas, as fazendas e as cidades. Além disso, muitas mulheres Terena eram responsáveis por comercializar nas cidades a produção agrícola das aldeias.

Vargas (2011, p. 124), ao reunir um conjunto de relatórios do SPI a respeito do trabalho Terena na região, constata que,

As informações sobre o trabalho Terena apontam primeiramente para a sua organização familiar e para a formação de suas redes por meio de seus parentes e de outros que se submetiam à liderança do grupo. A forma de organização do trabalho era realizada pelos Terena de tal forma que os agentes do SPI não se intrometiam, afirmando que era assim que os índios desejavam. Obviamente esse processo não ocorria apenas porque os Terena desejavam, mas porque sua organização e sua produção atendiam às expectativas do SPI. Essa situação demonstra a sua reorganização dentro das reservas: permaneciam com os núcleos familiares, obedeciam a sua estrutura patriarcal, as suas plantações não se misturavam com as de outros grupos familiares e utilizavam a estrutura oferecida pelo Posto para finalizarem a sua produção.

Isso revela que embora o Estado brasileiro tenha causado prejuízos aos Terena, principalmente no tangente à expropriação de seus territórios e aos modos de reprodução sociocultural, ao promover sua territorialização nas áreas demarcadas pelo SPI, os Terena souberam se reorganizar dentro das Reservas, colocando em prática sua capacidade de

agência e utilizando a diplomacia característica de seu *ethos*³¹, negociando com os representantes do SPI e com a elite política e agropecuária da região.

Com isso, passaram a se apropriar dos códigos dos não índios para colocar em pauta de discussão suas demandas, ainda que na condição de Reserva do SPI. “Assim, os próprios indígenas fizeram suas adaptações e fundaram diferentes aldeias dentro das Reservas, de acordo com suas articulações políticas internas.” (XIMENES, 2017, p. 112).

Rogério Haesbaert e Glauco Bruce (2002), em discussão amparada sob a perspectiva de desterritorialização-(re)territorialização, proposta por Deleuze e Guattari — principalmente através das obras *Anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980) — trazem contribuições significativas para compreendermos o processo de desterritorialização e consequente movimento de (re)territorialização instituído a partir do regime tutelar capitaneado pelo SPI.

De acordo com Deleuze e Guattari, o conceito de “território” perpassa pela noção de que os territórios — e pode-se dizer o mesmo sobre a territorialidade — são construídos por meio de agenciamentos, que se distinguem em dois segmentos: agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos. Os agenciamentos coletivos de enunciação remetem à ideia da construção de significados, das expressões, das linguagens e dos constructos sociais. Assim, “Os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, pois sua produção só pode se efetivar no próprio *sócius* já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos” (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 7).

Por outro lado, os agenciamentos maquínicos de corpos são a ossatura social, as relações que se estabelecem entre os indivíduos e suas coalizões bem como com os corpos animais e cósmicos [...] “o agenciamento maquínico de corpos é essa relação que se constrói entre os corpos” (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 7).

Nessa perspectiva, o Estado, ao desterritorializar os Terena e confiná-los em pequenas áreas destinadas à sua reprodução sociocultural e, obviamente, estendendo essa

³¹ Pereira (2009, p. 83), caracteriza o *ethos* Terena como espécie de “estilo” em que pesam certas figurações sociais facilmente perceptível aos integrantes desse grupo étnico, seja nas aldeias rurais localizadas nas Reservas ou nas aldeias localizadas em cidades, as conhecidas Aldeias Urbanas. O autor vai além e consigna que: “[...] assim, os integrantes dessa população orientariam sua conduta social por um estilo comportamental terena, mesmo quando se relacionam intensa e permanentemente com instituições e pessoas situadas no que costumamos denominar como sociedade nacional, por se tratar de uma formação social distinta da indígena. Indivíduos terena que participam ativamente das instituições da sociedade nacional, como no caso dos funcionários públicos e missionários, continuam orientando parte significativa de sua conduta por determinados códigos do grupo de origem, sob pena de verem questionada a legitimidade de seu pertencimento ao grupo étnico.”

prática há diversos povos indígenas do Brasil ao longo do século XX, operou por meio de estratégias de conquista e táticas de governo, uma delas através daquilo que Deleuze e Guattari classificam como sobrecodificação. Para Haesbaert e Bruce (2002, p. 12), “dessa forma, o Estado constrói novos agenciamentos, sobrecodifica os agenciamentos territoriais que constituíam as sociedades pré-capitalistas, configurando novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação”.

Podemos dizer assim que o SPI e o Estado brasileiro, por meio das técnicas e táticas do poder tutelar (SOUZA LIMA, 1995) e da introdução de novos elementos no cotidiano familiar — por exemplo: a escola, o incentivo ao abandono da língua nativa e a alterações em suas formas de socialização —, imprimiram uma nova cartografia social, marcado pela sobrecodificação de elementos culturais bem como da organização social e política dos Terena.

Mas não apenas o Estado e o SPI foram produtores de novos agenciamentos, mas os próprios Terenas também o fizeram, articulando-se à novos elementos e se apropriando de novas categorias para colocar em prática suas demandas políticas, havendo assim um consequente movimento de (re)territorialização.

Nesse sentido, Ximenes (2017, p. 115-116) coloca que:

Apesar de terem sido introduzidas ou pelo menos reforçadas pelo SPI, as categorias de capitão e de conselho tribal foram apropriadas pelos Terena de forma a colocar em pauta as suas demandas e criar formas de representação diante do órgão indigenista. Assim, mais uma vez, utilizando a diplomacia característica do seu *ethos*, os Terena conseguiram aumentar seu poder de decisão ou influência (mesmo que restrito a alguns grupos dentro das Reservas), diante da política estabelecida em suas áreas. Outras formas de exercício da liderança também foram mantidas, como evidencia a permanência dos *troncos* como categoria significativa na organização política, social e territorial dos Terena.

Além dos relatórios das Inspetorias Regionais do SPI, a Comissão Rondon também produziu registros audiovisuais como fotografias e filmes que dão conta da participação Terena, assim como outros grupos étnicos, na construção das linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, além de sua incorporação em trechos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, como já apontado anteriormente.

Com o avanço do setor agroindustrial sobre o cerrado e a região pantaneira, os Terena também foram absorvidos pelo setor sucroalcooleiro em usinas açucareiras e destilarias de álcool e etanol. As atividades iam do preparo do solo para o plantio de cana de açúcar e de outros monocultivos, até auxiliares de tratorista e operadores de máquinas

de beneficiamento agrícola. O pesquisador Terena Mario Ney Rodrigues Salvador (2012) trabalhou com a temática das relações de trabalho estabelecidas entre os Terena e o setor agroindustrial, cenário descrito pelo autor como o “campo das relações de trabalho das agroindústrias”. De acordo com o autor, a primeira usina com a qual os Terena mantiveram relações de trabalho foi a Usina Santo Antônio, que ficou conhecida como “primeira usina de Miranda” (SALVADOR, 2012, p. 57). O autor destacou as características de captação de mão de obra indígena e a dinâmica das relações de trabalho:

O contato com a Usina Santo Antônio se dava através de empreiteiros, e com estes, ou pelas relações de trabalho construídas ao longo do tempo nas fazendas, ou através das relações cotidianas com indígenas de outras aldeias (relações de amizade e parentesco). O trabalho indígena nos canaviais seguia durante o ano todo, de acordo com o período de cada atividade: corte de cana, plantio e replantio, e limpeza da terra. (SALVADOR, 2012, p. 60).

Ximenes (2017, p. 100), ao recorrer à documentação do SPI que se encontra na pasta de arquivos do Posto Indígena Cachoeirinha, constatou que:

Foram encontrados sete documentos do ano de 1953 sobre o trabalho dos Terena na Usina Açucareira Santo Antônio. Um deles é um ofício do comandante da 9ª Região Militar ao Chefe da 5ª Inspeção Regional do SPI, solicitando explicações pelo comportamento do chefe do Posto Indígena, que estaria incitando os índios funcionários da usina a não trabalharem, fazendo motim com cerca de 30/40 indígenas.

A conjuntura Terena durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcada pela constatação de diversas violações cometidas pelo órgão tutelar, parte delas descritas no Relatório Figueiredo e também em documentos de Comissões Parlamentares de Inquérito³², realizadas em um período que compreende os anos de 1955 a 1977, nas quais foram descritas violações de liberdade individual, perseguições, espancamentos, prisões, estupro e demais crimes cometidos tanto por agentes e funcionários do SPI, como por delegados das cidades de Miranda, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Nioaque (XIMENES, 2017; AMADO, 2019).

³² “A primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em 1955, funcionou com o objetivo de anular a doação de terras feitas pelo governo do antigo Mato Grosso. A segunda, em 1962, tinha o objetivo de apurar irregularidades no extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Esse foi o contexto que motivou a expedição realizada pelo procurador Jader Figueiredo, que produziu o relato de 7 mil páginas que inclui o roubo de terras indígenas, tortura e extermínio de povos inteiros no Brasil durante o período da ditadura militar”. (AMADO, 2019, p. 100).

Ximenes (2017) destaca as violações de direitos indígenas contidas no Relatório Figueiredo³³, segmentando-as em: prisões, ameaças, espancamentos, assassinatos e outros abusos. No interior de São Paulo, no Posto Indígena Icatu, se instituiu sob a gestão do SPI uma cadeia indígena ilegal de abrangência nacional. De acordo com o levantamento documental produzido por Amado (2019, p. 103), este presídio “era na verdade uma cadeia oficial que estava dando lugar à cadeia ilegal que já existia em Icatu (SP) e que funcionou por pelos 30 anos”. Já na gestão da FUNAI, entre 1969 e 1972, foi instituído no Posto Indígena Guido Marliere, o Reformatório Agrícola Krenak, instituição correcional administrada pela Política Militar de Minas Gerais (XIMENES, 2017; PENTEADO Jr., 2020).

O período de elaboração da Constituição Federal de 1988 constitui uma conjuntura histórica que contou com a ativa participação do povo Terena, especialmente de lideranças das aldeias Bananal e Buriti, que estiveram presentes em reuniões e assembleias em âmbito regional e federal, com a finalidade de interpelar junto ao poder público os direitos dos povos indígenas, principalmente no que tange suas garantias sócio-territoriais, como usufruto do território tradicional, livre reprodução de suas crenças e práticas, uma vez que:

Nesses espaços as lideranças registravam suas falas, confeccionavam documentos finais como forma de expressar para o público externo, os anseios dos povos indígenas, vindo diretamente daqueles que vivenciavam nas aldeias, das mais diversas regiões do país, a necessidade de se ter direitos assegurados. No caso dos Terena, além do cacique Domingos Veríssimo Terena, encontramos registro da participação de Modesto Pereira e Sabino Lipú, no II Encontro de Lideranças Indígenas, realizado nos dias 02 a 05 de abril de 1984. (AMADO, 2019, p. 115).

Muitos Terena permanecem até a atualidade no trabalho como peões nas fazendas do Pantanal e em destilarias e usinas do Mato Grosso do Sul. Outros trabalham ainda como ajudantes de serviços gerais, domésticas, auxiliares de almoxarifado e feirantes, diaristas, tratoristas etc. Ao longo deste capítulo foram detalhadas conjunturas históricas vivenciadas pelo povo Terena na sua relação com o Estado brasileiro. Procurou-se investigar as estratégias e táticas de manutenção de características socioculturais em que essa etnia figura práticas impulsionadoras de inserção e negociação com a sociedade não

³³ “Em 2013, Marcelo Zelic, pesquisador do Grupo Tortura Nunca Mais, encontrou o Relatório Figueiredo, documento com mais de sete mil páginas, que até então se acreditava ter sido eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura. O Relatório foi produzido pelo Estado brasileiro entre novembro de 1967 e março de 1968, por uma Comissão de Investigação do Ministério do Interior, presidida pelo procurador federal daquela época, Jader de Figueiredo Correia”. (XIMENES, 2017, p. 117).

indígena, chegando à constatação de que os Terena, mesmo tendo sido fortemente impactos em sua cultura pelas relações colonialistas, não foram absorvidos nem assimilados pela sociedade majoritária.

CAPÍTULO II: MOBILIDADE TERENA: DAS RESERVAS INDÍGENAS À CIDADE DE CAMPO GRANDE

Neste capítulo procuramos identificar, em uma perspectiva histórica o processo de (re)territorialização dos Terena na cidade de Campo Grande. Todavia, esse processo foi igualmente marcado pela precarização socioespacial dessas comunidades, fazendo com que as unidades familiares produzissem estratégias de luta e resistência cotidianas.

2.1. MOBILIDADES E MULTILOCALIDADES INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS

A presença de segmentos indígenas nas cidades brasileiras não é um fenômeno recente. Fatores como precarização das condições de vida nas Terras Indígenas quanto à prestação de serviços em saúde, educação, lazer, geração de emprego e renda, além de problemas relativos às pendências nas regularizações fundiárias, violência, entre outros, são alguns dos catalisadores do processo de migração constante para o meio urbano. Desde a década de 1960, os deslocamentos permanentes ou sazonais de indígenas para grandes centros urbanos como São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Manaus (AM), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Brasília (DF), dentre outras metrópoles, tem se intensificado. Ademais, a partir da expansão do processo de urbanização, muitos territórios indígenas foram englobados à malha urbana de diversas cidades brasileiras (ALBUQUERQUE, 2011; 2015; PAULA, 2017).

É importante consignar que a problemática envolvendo a relação entre povos indígenas e o processo de urbanização apresenta uma multiplicidade de situações de conflito, engendradas tanto por questões relativas à ocupação de terrenos desocupados por grupos familiares, condições de vida precárias nas periferias, negação de emergências étnicas e direitos diferenciados, quanto por dinâmicas e processos de (re)territorialização, mobilização política e movimentos de afirmação étnica, instrumentalizados através de estratégias e ações que implicam em mobilizações de caráter territorial, sócio-político e econômico para a inserção na vida social. Nesse sentido, podemos falar em uma multiplicidade de processos de territorialização e organização política desencadeados por distintos segmentos indígenas em contextos urbanos.

Nos estudos dedicados a questões indígenas em contextos urbanos, pode-se identificar a presença de duas grandes perspectivas de análise, igualmente relevantes e, de certo modo, complementares. A primeira, ligada a efeitos sociais do processo de migração das Reservas Indígenas, tais como: renda, saúde, educação e moradia; a segunda

se dedica a contextualizar os significados cosmológicos, as formas de apropriação e ressignificação de elementos culturais no espaço urbano, por meio de seus próprios regimes de subjetivação.

A fim de proceder a esta problematização, apresento uma análise a respeito da diversidade de contextos urbanos de inserção indígena existentes no Brasil. Essa análise ilustra a diversidade cultural e a heterogeneidade socioespacial que marcam os espaços de vida e de circulação de coletividades indígenas para além de Terras Indígenas tradicionalmente ocupadas.

Sobre os elementos motivadores dos deslocamentos e as estratégias de inserção no espaço urbano por segmentos indígenas, Soave (2017, p. 57) analisa que:

As razões do deslocamento indígena para a cidade são variadas. Pesquisadores e lideranças indígenas apontam para um amplo mosaico de fatores, associados a diferentes situações de contato com sociedades regionais. Exemplos: busca por trabalho, por melhores condições de acesso à saúde e educação; perda de terras tradicionais; conflitos externos e conflitos internos nas aldeias estimulados, muitas vezes, pelo crescimento populacional etc. [...] Quanto às formas de inserção dessas populações em território urbano, há desde indivíduos que migram isoladamente até grupos familiares que se deslocam inteiros para bairros específicos, seguindo uma ampla rede de parentesco.

Neste sentido, o trabalho produzido por Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009) nos fornece subsídios para a análise da migração indígena para contextos urbanos na Amazônia, com enfoque voltado para o povo indígena Sateré-Mawé, a partir da interpretação de dados produzidos em dois cenários migratórios que abrangem o referido grupo étnico, no sentido de levantar informações sobre condições socioeconômicas desses migrantes e detectar as motivações da migração para centros urbanos mais próximos de suas Terras Indígenas de origem e para outros centros mais distantes.

A análise dos dados foi realizada por meio de um levantamento censitário produzido entre 2002 e 2003. No primeiro caso, foram estudadas características dos fluxos migratórios das TIs rumo às quatro cidades situadas nas proximidades de suas principais aldeias, como Parintins e Maués (AM). Os formulários de pesquisa abordavam perguntas referentes a habitação, demografia, saúde, educação, idioma falado e escrito, emprego e renda, local de nascimento e residências anteriores, condição de nascimento ou não em Terra Indígena, motivos da migração, dentre outros. No segundo momento, a análise concentrou-se sob o processo de migração rumo a Manaus, capital do estado do Amazonas, com base em uma pesquisa amostral, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em 2007, a respeito do acesso da população indígena ao Sistema Único de

Saúde (SUS), e que incluiu alguns quesitos referentes à migração³⁴ (TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009).

De acordo com os autores,

Apesar da semelhança de algumas das características do processo migratório nos dois contextos – motivados pela procura de trabalho e por oportunidades de educação –, observa-se diferenciação na importância dessas causas em cada contexto, além de ocorrerem distinções na faixa etária e na distribuição por sexo dos migrantes. (TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009, p. 531).

Eloy e Lasmar (2011) discorrem a respeito das práticas observadas nos sistemas indígenas de manejo dos recursos naturais na região conhecida como Alto Rio Negro, Noroeste Amazônico, a partir do processo de urbanização intensa da região amazônica e dos fluxos migratórios das aldeias e comunidades ribeirinhas para a cidade de São Gabriel da Cachoeira, importante polo urbano. O estudo centra nas capacidades de inovação dos atores sociais diante das transformações ocorridas em seu ambiente social nas últimas décadas sob uma perspectiva de apropriação e ressignificação do espaço urbano por segmentos indígenas, levado a cabo por seus próprios regimes de subjetivação.

A partir da pesquisa dos autores acima mencionados, observou-se na área periurbana da cidade um processo de ressignificação das práticas de uso e apropriação dos recursos naturais e dos arranjos produtivos locais, inserindo em contextos urbanos de interação social indígena sistemas de manejo e práticas de uso e apropriação dos solos marcados pela multilocalidade³⁵, mobilidade, circularidade e pela articulação de direitos fundiários individuais e coletivos, estabelecidos através de múltiplas redes de parentesco e sociabilidades, características essenciais das territorialidades indígenas (ELOY; LASMAR, 2011).

No mesmo sentido, Souza (2016) aborda o tema da sustentabilidade a partir de práticas indígenas dos Macuxi e Wapichana na cidade de Boa Vista, capital de Roraima. O objetivo foi investigar de que maneiras elementos culturais e de identidades desses povos, ressignificados a partir do contato com a sociedade envolvente, podem contribuir para sua sustentabilidade sociocultural no contexto urbano.

³⁴ População Indígena da Cidade de Manaus: Condições de Saúde e SUS. (MAINBOURG, 2007 *Apud* TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009).

³⁵ De acordo com Eloy e Lasmar (2011, p. 97), “No caso de São Gabriel da Cachoeira, a prevalência do padrão de multilocalidade associa-se estreitamente ao fato do deslocamento até o centro urbano ocorrer de maneira gradativa. Inicialmente, apenas uma parte do grupo doméstico se muda para a cidade ou para comunidades situadas na área periurbana, até que haja condições propícias para a instalação adequada de todos os membros”.

A partir do mapeamento socioespacial realizado em Boa Vista, Souza (2016 p. 119) defende a tese de que a presença e as dinâmicas socioterritoriais dos grupos Macuxi e Wapichana em Boa Vista deve ser interpretada à luz dos processos de readaptação e ressignificação sociocultural em contraste com a sociedade envolvente num contexto social marcado por conflitos territoriais, políticos e sociais:

No caso dos Macuxi e Wapichana em contato com a cidade, procuram reestruturar os valores de suas estruturas simbólicas, como forma de sobrevivência. Assim, procuram adaptar-se às novas situações, enveredando-se por um caminho que permite reatualização ou ressignificação de seus elementos culturais.

Outro importante trabalho sobre territorialidades indígenas em contextos urbanos na Amazônia é o de Santos (2008), que se dispõe a compreender a construção da identidade étnica, a organização política e o processo de territorialização de indígenas Sateré-Mawé na Comunidade Indígena Y'apyrihyt, no bairro Redenção, periferia de Manaus. O objetivo dessa pesquisa foi interpretar de que maneiras os sujeitos sociais organizam suas interações, a partir da constituição de unidades associativas e de comunidades étnicas em espaços de interação sociopolítica, que se apresentam como territórios de sociabilidade e fortalecimento da identidade étnica, processo historicamente marcado por tensões, conflitos, desconfianças e disputas pelo controle político nessas comunidades (SANTOS, 2008).

Essa dinâmica revela as formas e práticas de sociabilidade dos grupos étnicos em sua relação com suas próprias coletividades e com as sociedades complexas urbanas, o que torna necessário a apropriação de estratégias e mecanismos que implicam em mobilizações de cunho identitário, político e econômico para a garantia de direitos diferenciados (SANTOS, 2008). Assim, de acordo com o autor, à elaboração de “identidades específicas” se processa paralelamente à construção de “territorialidades específicas”.

As comunidades Sateré-Mawé estabelecem sentido físico-social, correspondendo a essas formas associativas as territorialidades específicas. Essas comunidades definem suas territorialidades e as caracterizam como espaços relacionais de reprodução social de sua existência. A base real dessa reprodução é esse conjunto de relações sociais determinadas pelos sujeitos étnicos. Essa base constitui a territorialização, como consequência da formação da autoconsciência étnica. (SANTOS, 2008, p. 29).

O autor observou durante a pesquisa de campo que os conflitos internos que se processam no invólucro das relações entre os núcleos familiares deram origem à novas

comunidades étnicas com o espalhamento dos parentes de famílias extensas pela faixa periurbana de Manaus.

De acordo com Santos (2008, p. 59):

Os conflitos, nesses casos, constituem um dinamismo de reordenamento inerente à formação de novas comunidades, sem causar uma espécie de cisão irreversível. Dos conflitos internos dos Sateré-Mawé, que se iniciam com a fundação da Amism, nasceram, também, as comunidades Waikiru localizada ao lado da comunidade Y' Apyrehyt, Sahu-apé, localizada na AM 070, I' nhã-bé e Mawé, as quais estão situadas no Tarumã.

Lançando mão de mapas situacionais e atividades cartográficas elaborados em oficinas realizadas durante o trabalho de campo na comunidade Y' aperyhyt, o autor descreve o processo histórico de construção e reconstrução das identidades étnicas Sateré-Mawé a partir das memórias sobre as localidades historicamente ocupadas em Manaus, trajetos percorridos e de circuitos de interação social indígena na cidade. Assim, o autor explica: “No desenho, os autores mostram a área de origem do grupo étnico, representada por uma folha verde, que corresponde ao rio Andirá. As setas pretas indicam a trajetória, tendo como primeiro posto de parada o bairro Morro da Liberdade, em 1969” (SANTOS, 2008, p. 50).

Coaduna dessa perspectiva o trabalho empreendido por Andrade (2018), ao aprofundar questões relativas aos deslocamentos, memórias coletivas, experiências e trajetórias de vida em contextos urbanos de coletivos de parentes Sateré-Mawé que há algumas décadas se estabeleceram nas cidades de Manaus, Maués e Parintins.

Partindo de uma perspectiva êmica de análise dos deslocamentos direcionada para a apreensão dos sentidos do fluxo, da ação e das categorias nativas empregadas que descrevem elementos conjuntivos do processo de (re)territorialização dos Sateré-Mawé nas cidades, tais como o *pessoal da(o)* e locais de *parada*, Andrade (2018) assenta o trabalho etnográfico sobre a circulação dos coletivos de parentes, no passado e no presente, por entre esses “locais de parada” que se configuram como locais de moradia, permanente e/ou temporária, de coletivos de parentes Sateré-Mawé, distribuídos por vários bairros periféricos dessas cidades. Por conseguinte, busca acessar os múltiplos sentidos e dimensões inscritos nas suas práticas de mobilidade e territorialização, marcadamente multilocal³⁶ e arraigada às redes de parentesco e afinidade.

³⁶ De acordo com Andrade (2018, p. 79), “Esta multilocalidade pode ser reconhecida de diversas formas, desde um núcleo familiar que possui diversas casas em diferentes locais, até uma família que reconhece a possibilidade de seu abrigo por parte de seus *parentes espalhados*. Era comum a todos o reconhecimento

Com relação ao processo de construção e desconstrução das relações de parentesco e identidade étnica Sateré-Mawé, nas comunidades indígenas na cidade de Manaus, localizadas no bairro Redenção, Andrade (2018, p. 66) constata, a partir do trabalho de campo, que:

Os moradores das aldeias Waikuru e I'apirehyt caracterizavam sua comunidade como "Sateré-Mawé", e todos os moradores indígenas do local se consideravam, de maneira mais ou menos abrangente, como *parentes*. Assim como nas outras cinco aldeias Sateré-Mawé que conheci localizadas em Manaus e nos seus arredores, o termo *parente* pode ser entendido como referente a distintos níveis de coletividades que, de certa forma, podiam ser encontrados na diversidade, por assim dizer, dos moradores desses locais.

Para além do contexto amazônico, a região metropolitana de São Paulo (SP) reúne considerável contingente de segmentos indígenas. Na maior metrópole brasileira, residem indígenas oriundos de várias regiões do país, mas principalmente da região nordeste, distribuídas por vários bairros da Grande São Paulo. Entre os diferentes grupos étnicos estão os Guarani Mby'a, Guarani Nãndeva, Atikum, Baniwa, Pataxó, Munduruku, Kaxinawá, Pankararu, Terena, Kaiowá Guarani, Kaingang, Krenak, caracterizando assim uma cidade multiétnica e pluricultural (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2013).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 apontam a capital paulista com a maior população autodeclarada indígena segundo a situação de domicílio urbano: 11.918 indivíduos (IBGE, 2012).

Pelo levantamento feito através do Programa "Índios na Cidade", elaborado pela ONG Opção Brasil em parceria com a Rede Nacional de Articulação dos Povos Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes (RENIU), e atualizado em janeiro de 2021, registrou-se 79 etnias indígenas³⁷ distribuídas na região metropolitana de São Paulo.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, os segmentos indígenas se distribuem em coletivos de formação identitária heterogênea, sendo que as etnias com maior contingente populacional são: Fulni-ô, Potiguara, Pankararu, Guarani, Pataxó, Terena, Kaingang, Xavante e Pankararé, principalmente nas cidades de Belford Roxo, Duque de

de que, assim como as suas *casas*, similar e conseqüentemente, seus *parentes* estavam *espalhados* por diferentes lugares".

³⁷ Ver tabela das etnias da Grande São Paulo – Programa "Índios na Cidade" – ONG Opção Brasil e Rede Nacional de Articulação dos Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes – última atualização: janeiro de 2021. Disponível em <<https://www.facebook.com/indiosnacidade>> Acesso em: 08 abr. 2020.

Caxias, Itaboraí, Maricá, Magé, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e São Gonçalo (IBGE, 2010; ALBUQUERQUE, 2015).

De acordo com Albuquerque (2015), entre os anos de 2004 e 2005, um pequeno grupo de indígenas deu início a uma série de encontros em espaços cedidos por centrais sindicais e segmentos de apoio das causas indígenas. O intuito era criar uma agenda de discussão através do movimento indígena na capital fluminense em busca de legitimação de sua identidade étnica e implementação de políticas públicas diferenciadas voltadas para indígenas na cidade.

No ano de 2006, esse grupo ocupou o prédio do antigo Museu do Índio, que se localiza na área externa do complexo do Estádio do Maracanã, formando a Aldeia Maracanã. Com a ocupação indígena, houve um processo de ressignificação e valorização sociocultural do espaço; hortas e árvores frutíferas foram plantadas, além da realização de eventos e encontros de indígenas que residem ou estão em trânsito na cidade, passando a exigir do poder público a promoção de políticas voltadas para as populações indígenas na área metropolitana do Rio (ALBUQUERQUE, 2015).

No entanto, o poder público estadual conduziu a questão de forma confusa e autoritária, através de ações desencontradas, resultantes de manifestações independentes de diferentes autarquias (Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente, ações judiciais, etc). Nesse sentido, o poder público agiu de maneira a coibir a presença dos grupos indígenas no local, assediando-os através de investidas jurídicas para desocupação do espaço, utilizando para tanto a intimidação e a demonstração de poder do aparato policial na presença do Batalhão de Choque da Polícia Militar³⁸ (ALBUQUERQUE, 2015).

Outro caso pertinente é o do Santuário dos Pajés, situado em Brasília, no Distrito Federal (DF). Este território, mantido por indígenas desde a fundação da capital da República, passa atualmente por disputas judiciais para o reconhecimento da área como Terra Indígena. Essas disputas envolvem a Comunidade Indígena do Santuário dos Pajés, localizado no Setor Noroeste de Brasília, região cercada por forte especulação imobiliária, envolvendo Governo do Distrito Federal (GDF), Projeto Imobiliário Noroeste e empresas públicas da construção civil que pretendem iniciar a construção de um complexo de condomínios fechados³⁹.

³⁸ Para uma análise mais contextualizada ver Albuquerque (2015). Sobre as condições atuais dos indígenas no Estado do Rio de Janeiro, ver, por exemplo, o site do Observatório da Presença Indígena no Estado do Rio de Janeiro (OPIERJ). Disponível em <<http://opierj.com.br/textos-academicos/>> Acesso em: 01 abr. 2021.

³⁹ Ver Eremites de Oliveira, Pereira e Barreto (2011); Brayner (2013).

Durante o processo de construção da cidade de Brasília, iniciado em 1956 e concluída em 1960, grupos indígenas, em um primeiro momento os Fulni-ô e, mais tarde, os Tuxá, Kariri-Xocó, juntamente com milhares de trabalhadores que para lá se deslocavam, migraram a fim de trabalharem na constituição da nova capital.

De acordo com o laudo antropológico referente à diligência técnica realizada em parte da área da antiga Fazenda Bananal, também conhecida hoje como Santuário dos Pajés, realizado por Eremites de Oliveira, Pereira e Barreto (2011), estes sujeitos étnicos estabeleceram-se em uma parte da área da antiga fazenda, na microbacia hidrográfica do córrego Bananal. Sobre o processo de territorialização na área, os autores apontam que as primeiras famílias de trabalhadores indígenas, principalmente os Fulni-ô e os Tuxá, estabeleceram-se na região entre os anos 1957 e ao longo da década 1970.

Na época, a Fazenda Bananal não havia sido totalmente urbanizada e eles se estabeleceram nas redondezas da área atualmente reivindicada como terra indígena. Como nos canteiros das obras da cidade não havia um lugar adequado para manterem certas práticas religiosas secretas, encontraram na área que hoje em dia corresponde ao Santuário dos Pajés, e em suas circunvizinhanças, um lugar mais apropriado para esta finalidade. (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA; BARRETO, 2011, p. 16).

O deslocamento de parentes e o rearranjo territorial no Centro-Oeste, tendo a identidade étnica como fator conjuntivo, se deu a partir de uma rede de sociabilidade indígena e de demandas coletivas. Desta maneira, é fundamental perceber que, uma vez na cidade, os agentes sociais reorientam o processo de territorialidade, manifestando-se tanto pelos conflitos sociais como por vínculos estabelecidos com espaços sociopolíticos que se apresentam como espaços de relações, como laços de parentesco e solidariedade, autoidentificação coletiva, reconhecimento comunitário e de singularidades socioculturais para afiançar direitos aos segmentos indígenas nas cidades, que enlaçam a identidade coletiva para além das terras por eles tradicionalmente ocupadas.

Na cidade de Campo Grande, os indígenas vivendo em área urbana agrupam-se predominantemente em cinco grupos étnicos, sendo eles os Terena, os Guarani, os Kaiowá, os Kadiwéu e os Guató. No contexto do processo de desterritorialização, pela impossibilidade de permanência em seus territórios ancestrais, os segmentos indígenas que viviam em Campo Grande foram se organizando em coletivos de luta para conquistarem acesso a direitos básicos, incluindo-se moradia, assistência à saúde, educação, trabalho e renda (SILVA; BERNARDELLI, 2016).

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, Campo Grande conta com uma população indígena composta por 5.657 indivíduos. As principais regiões urbanas da cidade que abrigam indígenas, segundo o Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande (SISGRAN), são as do Anhanduizinho – curiosamente onde não há nenhuma comunidade indígena registrada – com 1.163 indivíduos autodeclarados, e a região do Bandeira, com 974 indivíduos (20,6 e 17,3%, respectivamente). Ainda segundo os dados do censo, os bairros que mais concentram população indígena são: Tiradentes (646 habitantes), Noroeste (579 habitantes), Nova Lima (477 habitantes), e Vila Popular (255 habitantes)⁴⁰.

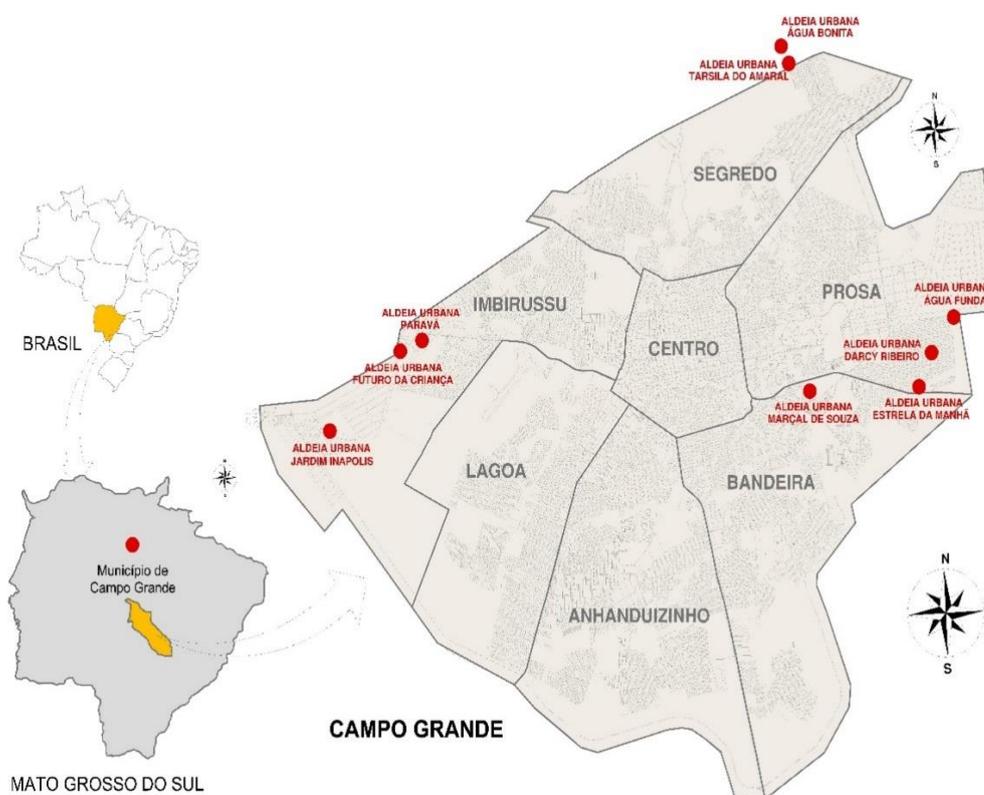
Todavia, destacamos a limitação de alcance dos dados, uma vez que não foi considerada a população em trânsito entre a aldeia rural e as comunidades que residem em contextos urbanos, pois as estatísticas quantificam a fixação, não o trânsito. Logo, é evidente que o contingente representativo é maior do que os dados coletados pela metodologia do IBGE.

A partir do levantamento de dados em revisão bibliográfica e através de observação direta, inferimos que Campo Grande abriga um número expressivo de ocupações indígenas em áreas públicas, como apontado pelo Levantamento Preliminar de Aglomerados Subnormais de Campo Grande/MS, realizado pela Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (AMHASF) em 2017⁴¹. Além disso, a capital sul-matogrossense possui quatro Conjuntos Habitacionais construídos por meio de políticas públicas de habitação popular destinados à moradia de famílias indígenas que são denominados oficialmente como Aldeias Urbanas, formadas por unidades familiares, em geral, naturais de diferentes aldeias do interior do estado, muitas vezes constituídas por uma composição populacional multiétnica, sendo os Terena o maior contingente de famílias indígenas migrantes. A Figura 2 indica a planta urbana da cidade, com destaques em vermelho para a localização geográfica aldeias urbanas e assentamentos informais urbanos constituídos por famílias indígenas.

⁴⁰ Disponível em <<http://www.capital.ms.gov.br/sisgran/#/indicadores>> Acesso em: 01 mar. 2020.

⁴¹ Existe na cidade de Campo Grande uma dezena de comunidades indígenas sendo elas: Aldeia Urbana Marçal de Souza, Aldeia Urbana Água Bonita, Aldeia Urbana Tarsila do Amaral, Aldeia Urbana Darcy Ribeiro, Ocupação Indígena Estrela da Manhã, Ocupação Indígena Nova Canaã, Ocupação Indígena Paravá, Vila Romana; Ocupação Indígena Temune Kalivono “Criança do Futuro” (Bosque Santa Mônica); Comunidade Indígena do Jardim Inápolis e Ocupação Indígena Água Funda. (Informação oral obtida junto ao Coordenador Regional da Funai, Henrique Dias em entrevista realizada no dia 10/06/2019).

Figura 2. Planta urbana de Campo Grande (MS) com a localização das Aldeias Urbanas e ocupações indígenas



Elaboração: Luiz Felipe Barros Lima, 2020.

2.2. OCUPANDO A CIDADE: DINÂMICAS FAMILIARES E O PROCESSO DE (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS TERENA EM CAMPO GRANDE

As cidades já eram conhecidas pelos Terena mesmo antes do século XX. Desde o período colonial os Terena haviam estabelecido inter-relações com os núcleos populacionais, seja na qualidade de fornecedores de gêneros agrícolas ou, no século XX, quando circulavam pelas cidades em viagens, ensejadas pelos ventos que levavam à procura de trabalho assalariado nas fazendas e usinas de cana de açúcar, como já destacado anteriormente neste trabalho. No entanto, a década de vinte do século passado marca o início das migrações mais expressivas para os centros urbanos e que foram intensificadas nas décadas seguintes.

Cardoso de Oliveira (1968), em *Urbanização e Tribalismo*, já destacava, em fins da década de 1960, alguns fatores relevantes desse processo migratório dos Terena para

a cidade⁴². O autor também fez um estudo da população indígena residente nas cidades de Aquidauana e Campo Grande. No que tange à capital do estado, assinala que:

Nessa cidade, os migrantes Terena se distribuíram em três bairros principais: Amambaí, Taveirópolis e Villa Jardim Paulista, ocupando-as de modo disperso ao contrário do que teve lugar em Aquidauana, onde se concentraram também em três áreas, transformando-as, porém, em três grupos vicinais. A pesquisa revelou que, malgrado a distância entre os grupos domésticos, as relações entre eles são mantidas e indicam – como veremos adiante – um grau bastante expressivo de coesão social (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p. 131).

O referido autor havia contabilizado no ano de 1960 em Campo Grande 88 indivíduos Terena, inseridos em 15 grupos domésticos. Os principais motivos alegados à época da pesquisa para a migração aldeia-cidade, eram conflitos por motivações políticas e religiosas, dificuldades de crescimento econômico dentro das Reservas, dentre outros. Em sua obra, Cardoso de Oliveira (1968) analisa, dentre outros fatores, o processo histórico de territorialização dos grupos migrantes nas cidades de Campo Grande e Aquidauana, bem como os locais de residência destes nessas cidades, chamando a atenção para o fato de que essas migrações se davam via relações e laços de parentesco, uma vez que era por meio de parentes já estabelecidos no meio urbano que os contatos para os deslocamentos e circulação nas cidades ocorriam. Os Terena se organizam na forma de “truncos familiares” (PEREIRA, 2009) e na dinâmica do processo de circulação e trânsito entre fazendas, aldeias e cidades. Essas relações são fundamentais na garantia de estabilidade e proteção em “contextos ampliados de interação social indígena” (PAULA, 2017, p. 301).

Em trabalho bem posterior, Vanderléia Mussi (2006) destacou as estratégias impulsionadoras de deslocamentos e de inserção no espaço urbano através dos laços de parentesco e das relações de trabalho em Campo Grande. A autora utiliza como aporte metodológico a história oral e a memória coletiva dos sujeitos étnicos, interpretados por meio de depoimentos e entrevistas prestados por grupos familiares Terena que residem na área urbana há pelo menos três décadas, concedidos entre os anos de 1995 e 2005, perfazendo vários bairros das periferias da cidade, tais como: Tiradentes, Conjunto Aero Rancho, Bairro Guanandi, Jardim Carioca, Jardim Leblon, Bairro Tarumã, Bairro Morada Verde, dentre outros.

⁴² “O movimento migratório para as cidades começou na década de vinte, sendo intensificado depois de 1930. Presumimos que os principais motivos para a intensificação dessas migrações foram os conflitos religiosos (para a população de Bananal e Ipegue), e uma epidemia “de febre”, registrada em 1933, na aldeia de Buriti”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p.129).

De acordo com Mussi (2006), o processo de inserção dos Terena na cidade ocorre por meio do estabelecimento de redes de parentesco, servindo como fio condutor do processo de mobilidade e circulação entre a aldeia e o espaço urbano. Analisando alguns depoimentos, como o do senhor Reginaldo Jorge, fica evidente a relevância das redes de parentesco estabelecidas nas cidades para aqueles que se deslocavam das TIs:

Conforme depoimento é possível constatar que ele veio para Campo Grande, mais ou menos há dez anos. Quem lhe “abriu caminho” foi seu irmão. “Ele tinha casa aqui e me deu dois meses de prazo para conseguir uma casa para morar e um emprego”. Seu Reginaldo teve que correr muito atrás de serviço para conseguir se estabelecer, de modo que, quando conseguiu, mudou-se definitivamente para Campo Grande. (MUSSI, 2006, p. 223).

Como resultado da intensificação do processo de “desterritorialização”, verificou-se nas últimas décadas um aumento expressivo da migração Terena para as áreas urbanas, onde são submetidas a um processo de (re)territorialização como “territorialização precária” ou de “reclusão territorial” (HAESBAERT, 2004; 2012), materializada, por exemplo, na ocupação de espaços periféricos em Campo Grande. Em relação à reclusão territorial no sentido estrito, Haesbaert (2004, p. 38) ensina que ela ocorre paralelamente aos processos de desterritorialização, enquanto precarização das condições territoriais de reprodução dos grupos étnicos.

Autores como Fernandes Junior (2001) e Mussi (2006) indicam certa proeminência de motivações de ordem socioeconômica para os fluxos de famílias Terena rumo às cidades, como a busca por trabalhos assalariados, educação escolar básica para os filhos e atendimento na área da saúde. Assim, migrar para a cidade estaria consubstanciado àquilo que os índios imaginam ser uma vida melhor em relação ao cotidiano em suas TIs.

Os bens simbólicos (experiências, aprendizagem dos códigos da sociedade envolvente, dentre outros), apropriados pelos Terena, investem esses sujeitos étnicos de poder de articulação e debate de pautas que envolvem o universo dos não índios. Ademais, para muitos, os bens de consumo adquiridos por eles nas cidades podem ser testemunhos dos esforços empreendidos, das conquistas e trajetórias pelas quais percorreram, bem como dos dilemas e percalços que enfrentaram (SANT’ANA, 2011, p. 61).

Dessa maneira, esses sujeitos étnicos assumiriam um verdadeiro “fetichismo” a respeito da cidade e do espaço urbano. Para compreendermos melhor esta afirmativa, concordamos com Nascimento e Vieira (2015, p. 6)

quando propõem que:

Analisando o deslocamento dos indígenas, é possível verificar que o contexto urbano revela um novo mundo a esse grupo, possibilitando a reorganização de um modo de vida. O “estar na cidade” traz a possibilidade de uma alternativa econômica, por meio de outras fontes de rendimento (venda de produtos oriundos da aldeia e emprego em atividades informais). A cidade parece ter certo prestígio para alguns grupos locais, principalmente aqueles que ocupam algum cargo administrativo na FUNAI, na FUNASA e outras instituições que trabalham diretamente “no atendimento as populações indígenas.

A partir da década de 1960, os Terena, especialmente as mulheres, passaram a comercializar em Campo Grande frutas, legumes e verduras, produtos de suas roças e de seus parentes que permaneceram nas TI's. Além disso, passaram a vender produtos cerâmicos — atividade geralmente consubstanciada ao gênero feminino e de grande valor na cultura material — como vasilhas, potes e jarros, na Praça Oshiro Takimori, em frente ao Mercado Municipal, no centro da cidade.

Assim, de acordo com Vietta (2015, p. 100):

O movimento comercial promovido a partir do mercado municipal e seu entorno igualmente atraiu o interesse terena. De acordo com Jurandir Ximenes, já em 1967 índios oriundos do interior utilizavam este espaço para o comércio. Inicialmente eram mulheres vindas de Aquidauna – Tis Ipegue, Bananal, Limão Verde – e Miranda - TI Cachoeirinha -, não raro acompanhadas por seus maridos. Na ausência de qualquer conforto, elas improvisavam tendas para expor os produtos da roça e da mata de cerrado para o comércio: feijão verde (ou de corda), palmito, mandioca, milho, jatobá, coquinho, cajamanga, caju, manga, pequi, guariroba e guavira. A cerâmica, em geral proveniente da Cachoeirinha, referência na arte do barro terena, também encontrou aqui o seu lugar.

Na década de 1980, estas mulheres se deslocavam de suas TI's de origem quinzenalmente para a comercialização desses produtos, permanecendo por dias acampadas precariamente em frente à praça, vivenciando situações de insalubridade, como “falta de banheiros, ausência de abrigos contra chuvas e o sol, furtos e roubos de produtos, falta de espaço adequado para descanso e repouso, além da discriminação por parte de comerciantes da região quanto à presença indígena no local” (SANT'ANA, 2010, p. 122). Com o aumento de indígenas comercializando suas produções na praça, as mulheres Terena passaram a pressionar o órgão tutelar e o poder público para que fosse erguida uma estrutura que pudesse acolhe-las.

Após sucessivas articulações junto à prefeitura, fruto do protagonismo político das feirantes, em conjunto com lideranças indígenas já estabelecidas há algum tempo

naquela cidade, como Eliseu Lili Terena e Marta Guarani, e com o apoio de organizações sociais ligadas ao movimento indígena, os Terena conquistaram, na segunda metade da década de 1980, a construção de dois quiosques (mais tarde foi construído um terceiro) na praça Oshiro Takimori, estabelecendo um espaço de socialização indígena, inaugurando a conhecida Feira Indígena em Campo Grande. Logo na sequência à construção dos quiosques, as feirantes fundaram, em 1988, a Associação dos Feirantes Indígenas de Campo Grande – AFIC. (SANT’ANA, 2010; ESPÍNDOLA, 2013).

A feira indígena se configura como um ponto de referência e encontro para os Terena de Campo Grande, tanto os residentes na cidade, quanto os que estão só de passagem. Lá é possível buscar informações sobre associações indígenas existentes na capital, bem como sobre as famílias que residem na cidade. No espaço da feira, as mulheres articulam e dinamizam uma extensa rede de contatos com parentes e afins na cidade, além disso, a feira se configura como um ponto turístico para aqueles que visitam a capital” (SANT’ANA, 2010, p. 242-243).

Figura 3. Feira Indígena na área central da cidade



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Além da comercialização na “Feirinha”, como é mais conhecida, expressivo número de mulheres indígenas com idades variadas, carregando bacias, latas de tinta descartadas e carrinhos de feira, percorrem os bairros, oferecendo gêneros agrícolas de

sua roça e de seus parentes, e, em alguns casos, produtos cerâmicos e/ou tapetes feitos de retalhos e de crochê (MUSSI, 2006; SANT'ANA, 2010; VIETTA, 2015).

Figura 4. Alguns dos Produtos comercializados na Feira Indígena



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Do exposto acima, pode-se depreender que a mulher Terena, na condição de indivíduo migrante, ocupa uma posição central nos fluxos de famílias entre as aldeias localizadas nas TI's e as cidades, tanto do ponto de vista do processo de circulação e mobilidade, quanto na estabilização, readaptação e inclusão socioespacial (ainda que precária) em contextos e territórios de interação social ampliados, como Campo Grande, Miranda, Aquidauana e Nioaque.

Outrossim, em relação ao processo de inserção no espaço urbano através das relações de trabalho, as mulheres Terena nas cidades, além de comercializarem seus produtos para geração de renda, também optam por venderem sua força de trabalho como domésticas em casas particulares, e como auxiliares de serviços gerais e de limpeza em empresas públicas e privadas, dentre outras formas de emprego assalariado, desenvolvendo suas atividades de maneira diversificada (MUSSI, 2006).

Nunes (2020), em análise assentada sobre divisão sexual do trabalho nos fluxos migratórios, infere que, com relação à participação de mulheres migrantes no mercado de

trabalho, estas, em muitos casos, têm ocupado postos de trabalho precarizados, permeados por aspectos machistas, patriarcais e legitimados pela divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres, na condição de migrante, funções mais desvalorizadas.

A precariedade do trabalho das mulheres tem como base a divisão sexual do trabalho que atribui significados e hierarquias que produzem desigualdades entre os gêneros a partir da determinação do valor superior atribuído ao que é realizado pelos homens e negatividade às atividades desempenhadas pelas mulheres. (NUNES, 2020, p. 84).

A esse respeito, Mussi (2006; 2008) chama a atenção para a condição da mulher indígena Terena no contexto urbano de Campo Grande a partir de suas estratégias de inserção e negociação com a sociedade envolvente historicamente construída para garantir sua inclusão socioespacial, tendo como principal referência o acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho assalariado em ocupações formais e informais.

Analisando os relatos de mulheres que se deslocaram para a cidade em busca de melhores condições de emprego e renda, a autora destaca que:

Podemos perceber pelos relatos que, se de um lado, a cidade oferece mais opções de trabalho, por outro, a rentabilidade destes serviços prestados, por constituírem mão-de-obra não especializada, é muito baixo, variando de um a dois salários mínimos por família, submetendo-os a situações bastante precárias. São poucas as famílias que ganham três ou mais salários mínimos. A renda baixa vai refletir, portanto, em todos os demais setores como, por exemplo, na educação, na saúde, na moradia, na alimentação, no lazer e em outras necessidades básicas (MUSSI, 2006, p. 234).

Entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, com o avanço de frentes de ocupação de territórios tradicionais, além de questões ligadas à precarização das condições de vida nas reservas, os processos de deslocamentos, de circulação e interação social dos Terena no contexto urbano de Campo Grande se amplificam, de modo que o acesso à moradia pelas famílias indígenas na cidade deu-se com a ocupação de terrenos baldios e/ou desbarrancados em bairros periféricos, como Guanandi, Tiradentes, Nova Lima, Vila Entroncamento, Jardim Noroeste, dentre outros, criando territorialidades alternativas no espaço urbano. De acordo com os dados do censo demográfico de 2000, no período de 1991 a 2000 houve crescimento de 10,8% ao ano da população autodeclarada indígena em situação domiciliar urbana. Em relação à distribuição espacial, o censo de 1991 revelou que em 34,05% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado no censo de 2000 esse número saltou para 63,5% (IBGE, 2012).

O primeiro desses assentamentos e aglomerados urbanos em Campo Grande, predominantemente constituído por famílias indígenas, foi o do Lote 13 do Bairro do Desbarrancado. De acordo com Mussi (2006, p. 251), a área, com dimensões de 4 hectares e 9.300 metros quadrados, foi doada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo executivo municipal em 1973, para que fosse construído um espaço de socialização de indígenas na capital. No entanto, os empreendimentos públicos direcionados aos indígenas não foram implementados e o terreno, com o passar dos anos, foi sendo ocupado por famílias não indígenas.

A partir disso, no dia 9 de junho de 1995, os Terena ocuparam a área do Lote 13º do bairro do Desbarrancado, dando origem a um acampamento composto por aproximadamente 55 famílias, abrigadas sob barracos de lonas em condições precárias em relação à habitação, infraestrutura urbana e saneamento básico.

A ocupação foi fruto da participação ativa de importantes lideranças do povo Terena que já se encontravam estabelecidas na cidade, como o senhor Calixto Francelino⁴³ e dona Enir Bezerra, que, em conjunto com as associações indígenas, partidos políticos - como o Partido dos Trabalhadores (PT) - e outros segmentos de apoio, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), reuniu as famílias e viabilizou o movimento de ocupação do lote 13º em junho de 1995 (MUSSI 2006; SANT'ANA, 2010).

Logo nos primeiros meses de ocupação do terreno, os Terena fundaram, em agosto 1995, a Associação de Moradores Indígenas do Lote 13 do Bairro do Desbarrancado, a fim de subsidiar e institucionalizar as demandas sociopolíticas da comunidade recém formada, sendo presidida à época pelo senhor Calixto Francelino. “Foi através, também, da articulação da Associação que foi possível a construção das atuais casas de alvenaria, da estrutura do Memorial, da escola e a realização de alguns projetos na aldeia voltados à capacitação profissional” (SANT'ANA, 2010, p. 67).

⁴³ O senhor Calixto Francelino, falecido em 2017, Terena natural da Aldeia Cachoeirinha, no município de Miranda, constitui-se como liderança destacada pelas suas iniciativas junto aos indígenas em contexto urbano. Foi o primeiro cacique da Aldeia Urbana Marçal de Souza, ainda no período inicial da ocupação do Lote 13 do Desbarrancado, em 1995. De acordo com Mussi (2006, p. 253) entre suas iniciativas, destacam-se: [...] “a fundação de associações indígenas, dentre elas, a Associação de Moradores Indígenas Desaldeados do bairro Desbarrancado; a conquista da área da atual comunidade Marçal de Souza, bem como a busca de melhorias para esta comunidade, como a construção da primeira escola (1997), os convênios firmados com os Poderes Públicos para urbanização da área e a construção das primeiras casas (1998)”. Para uma análise detalhada da trajetória política e da história de vida de seu Calixto Francelino, ver Almeida (2013).

As reivindicações estavam voltadas para dificuldades em relação à habitação para as famílias que migravam para a cidade, precariamente inseridas no contexto urbano, busca por formação educacional básica para os filhos e qualificação profissional, implementação de equipamentos urbanos, tais como: escola, creche, posto de saúde, áreas de lazer e uso coletivo, que foram levadas pelas lideranças da associação e protocolados junto a entidades governamentais e não-governamentais (MUSSI, 2006).

Em seu trabalho, Mussi (2006, p. 262-263) assinalou que essa associação foi registrada em 21 de outubro de 1995, no Cartório do 4º Ofício, com o nome de Associação de Moradores de Índios “Desaldeados” do Lote 13 do Bairro Desbarrancado. Notamos que o emprego da categoria “desaldeados” era bastante comum para designar a população indígena da cidade, utilizado pela comunidade indígena e também pela sociedade envolvente.

A respeito da categoria “desaldeados”, Albuquerque (2011) afirma que esta integra, do ponto de vista analítico, a atualização do projeto de poder tutelar (SOUZA LIMA, 1995), em que o seu emprego revela a prática de um tipo de preconceito, definido pelo autor como preconceito político-administrativo.

Dessa maneira:

[...] o *preconceito político-administrativo* corresponde à categoria “desaldeados” é a categoria “de ouro” da atual administração estatal porque mantém a política do SPI ao tempo em que diminui as atribuições da FUNAI, constituindo uma *omissão legítima*, sua conclusão política é equacionar a *diáspora* com o etnocídio. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 81-82).

José Resina Fernandes Junior (2001) empreendeu estudo junto aos Terena do Lote 13º em 1998. A pesquisa de campo, realizada com os moradores objetivava o entendimento sobre a qualidade de vida dos habitantes do assentamento, o processo de transição migratória e de circulação entre as aldeias e os espaços de acomodação na cidade, além de interpretar aspectos referentes à territorialização e (re)territorialização, participação comunitária e social, entre as famílias indígenas que migraram para Campo Grande, mais precisamente para a ocupação urbana do citado lote.

A pesquisa de campo, realizada no ano de 1995, revelou que “Das 55 famílias indígenas que ocuparam a área do Lote Desbarrancado, hoje Marçal de Souza, 38 já tinham residência fixa em Campo Grande. [...] As 17 restantes deslocaram-se diretamente da Aldeia para a ocupação” (FERNANDES JUNIOR, 2001, p. 89).

Neste ponto, cabe rememorar brevemente a história de um dos maiores líderes do povo Guarani, Marçal de Souza Tupã-Y (1920-1983), assassinado em frente à sua casa, na aldeia Campestre, no município de Antônio João, em 1983, no contexto da luta dos povos indígenas do Brasil pela retomada de seus territórios ancestrais. Esse líder ficou famoso no país após denunciar no período da Ditadura Militar o uso indevido de recursos das Reservas, remoções forçadas de famílias indígenas, violações de direitos indígenas e perseguição de lideranças; discursando de forma contundente em arenas políticas de âmbito nacional e internacional (PRADO; URQUIZA 2017).

Figura 5. Reportagem da mídia periódica sobre Aldeia Urbana Marçal de Souza

Povo terena aprova modelo urbano
Índios tentam manter cultura mesmo morando em aldeia construída na Capital

Paulo Fernandes

Os índios terena da aldeia urbana Marçal de Souza, em Campo Grande, vivem o desafio cotidiano de manter as tradições da etnia em meio ao convívio com os não-índios. A Marçal de Souza é a primeira aldeia urbana organizada do Brasil. Ela existe há 10 anos e abriga 670 índios, todos da mesma etnia.

A presidente da aldeia, Enir Bezerra, acredita que é possível manter a cultura, mesmo assimilando características dos não-índios, que vivem nas cidades. Apesar dos contrastes, os rituais, como os cantos e a dança, e a língua terena, ainda permanecem. "A feira do índio é um exemplo disso", afirmou.

Enir explica que a celebração do Dia do Índio, por exemplo, é usada para manter a cultura. Os terena da Marçal de Souza comemoram a data através de cantos e danças da etnia.

O convívio com os não-índios, no entanto, também obriga os terena a perder características importantes da cultura. "Na aldeia mesmo, nós escolhemos onde ficar. Procuramos estar perto do conforto da onde tem água.

etnia terena trabalham na estrutura urbana de Campo Grande ou na lavoura, as mulheres comercializam feijão, milho, pequi, caju, jenipapo, jatobá, tamarindo, palmito, coquinho e mel na Feira do Índio, que fica em uma praça de nome japonês: comandador Oshiro Takemori. A feira acontece na frente do Mercado Municipal de Campo Grande, o Mercado. As índias também vendem artesanatos em cerâmica no lo-

terena está sendo esquecida. Para ele, as aulas na escola que funciona dentro da aldeia não são suficientes para preservar a língua e os costumes. Ele leva uma vez por mês os filhos para aldeias que ficam fora da cidade com o objetivo de preservar a cultura.

A dona-de-casa Bartolina Dias discorda da avaliação de Martinho. Ela aprova o ensino dado aos dois filhos dela que estão na escola da Marçal de Souza. Conta que os filhos aprendem o idioma terena, danças e músicas.

Para Janes Reginaldo, da assistência da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Mato Grosso do Sul, o desafio de manter a cultura indígena em meio à cidade existe, mas pode ser contornado. "Todo o ser humano parte para o que é melhor. Nós também queremos o conforto. Não é uma televisão ou geladeira que faz a diferença. Podemos manter as nossas tradições mesmo assim. Só é preciso um pouco de esforço", avaliou.

E-mail para esta editoria: cidades@oestados.com.br

Local enfrenta as mesmas dificuldades

Fonte: CEDOC/NEPPI. UCDB, 2021

A partir de uma intensa pressão e do tensionamento político exercido pelas lideranças junto aos representantes públicos, foram firmados convênios que deram origem ao projeto de construção, em 1998, de um conjunto habitacional constituído por 163 casas, um centro cultural e um estabelecimento de ensino, a Escola Municipal Sullivan

Silvestre “Temune Kalivono”, que no idioma Terena, significa “criança do futuro”. Em 12 de fevereiro de 1999, foi inaugurada a Aldeia Urbana Marçal de Souza (MUSSI, 2006; SANT’ANA, 2010; VIEIRA, 2015).

Sobre o processo de financiamento para a construção do conjunto habitacional da Marçal de Souza, Vieira (2015, p. 117), aponta que:

A construção das casas contou com o financiamento do programa federal de habitação denominado “Programa Habitar Brasil”. Em conversa com alguns moradores da Marçal de Souza, pude identificar que o programa habitacional somente dava o apoio financeiro para o levantamento dos alicerces das casas; sendo assim, a prefeitura de Campo Grande firmou uma parceria com a comunidade em que pagou aos indígenas um salário para a construção das casas e disponibilizou recursos financeiros para a compra de material.

O segundo conjunto habitacional construído para abrigar famílias indígenas na capital é a Comunidade Indígena Água Bonita. Localizada na porção norte da cidade, na saída para Cuiabá, mais precisamente na região urbana denominada Segredo, de acordo com a divisão feita pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB), afastada cerca de 18 km do centro e situada entre os bairros Nova Lima, Jardim Vida Nova, Jardim Anache, Jardim Colúmbia e Tarsila do Amaral (MUSSI, 2010; SILVA; BERNARDELLI, 2016).

A Aldeia Urbana Água Bonita foi beneficiada pelo Programa de Habitação Estadual de Mato Grosso do Sul, pelos subprogramas “Che Roga Mi”⁴⁴ e Casa do Índio.

O processo de consolidação da Comunidade Indígena Água Bonita deu-se a partir das mesmas estratégias de inserção no espaço urbano anteriormente empreendidas pelo poder público junto a outros indígenas em situação insalubre, como no caso das famílias da Aldeia Urbana Marçal de Souza (MUSSI, 2006).

Em 1998, a Associação de Índios Kaguateca Marçal de Souza, reconhecida pela prefeitura em 1987, firmou um convênio com um órgão público estadual chamado Terrasul, que foi posteriormente denominado de Idaterra. No dia 14 de maio de 2001, foram entregues 60 casas (de 52 m²) e um centro cultural. A Comunidade Indígena Água Bonita foi construída por meio de um convênio, em que figuravam como partes envolvidas o governo do estado, por intermédio da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e

⁴⁴ Decreto n° 9.967 de 29/06/2000. Disponível em <http://www.agehab.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Livro_Parte02_1-1.pdf> Acesso em 18 maio. 2021

Urbano de Mato Grosso do Sul (CDHU)⁴⁵ junto à Associação de Índios Kaguatega Marçal de Souza (SILVA e BERNARDELLI, 2016).

De acordo com Silva e Bernardelli⁴⁶ (2016), segundo informações colhidas junto a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) a respeito do processo de acesso das famílias indígenas às casas do conjunto habitacional dessa Aldeia Urbana, bem como ao seu cadastramento, foi informado que:

O processo de acesso das famílias indígenas às 60 unidades habitacionais do tipo “Casa do Índio” ocorreu através do convênio entre o governo do Estado por meio da Agência Estadual de gestão de Empreendimentos (AGESUL) – CDHU/MS e a Associação de índios desaldeados Kaguatega Marçal de Souza. O cadastramento foi realizado por uma técnica social do CDHU/MS em conjunto com a presidente da referida Associação, a sr^a Marta Silva Vito e atendeu várias famílias indígenas que moravam nos seguintes bairros: Guanandi, São Conrado, Oliveira, Tijuca I e II e também indígenas acampados às margens da BR 262, saída para Três Lagoas. (SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 13).

Do mesmo modo, também foram colhidas pelos autores supramencionados informações sobre os investimentos, a origem dos recursos utilizados e quais as obras realizadas. Assim, de acordo com as informações obtidas junto à AGEHAB, se tem que:

Inicialmente as famílias indígenas assinaram um Contrato Particular de Financiamento para Aquisição de Materiais de Construção. O financiamento correspondeu ao custo dos materiais utilizados na unidade habitacional. De acordo com o contrato, o valor unitário equivalente a 5% do salário mínimo nacional vigente. O prazo era de 120 parcelas mensais consecutivas. No entanto, hoje as famílias não pagam mais, em função do Decreto nº 11.997, de 13/02/2005, Art 3º - Inciso IV – os beneficiários dos projetos Kit Conclusão e Casa no Campo, e dos subprojetos Casa do Índio, e Quilombos tiveram os valores aportados pela AGEHAB com recursos do Fundo de Investimentos Sociais – FIS, integralmente subsidiados. Todos os recursos investidos foram provenientes do Governo do Estado provenientes do Fundo Nacional de Investimentos Sociais, num total de R\$ 352.715,70 assim distribuídos: Aquisição de materiais de construção para execução de 60 unidades habitacionais, num total de R\$ 219.000,00; Contratação de Mão de Obra para execução das 60 unidades habitacionais, num total de R\$ 75.000,00; Cerca de fechamento para proteção da Reserva Legal, num total de R\$ 8.280,00; Construção de 01 Centro de Atividades Culturais com 217 m² de área, num total de R\$ 50.435,70. (SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 13).

⁴⁵ “Convênio CDHU/MS N.18/2000” (SILVA; BERNARDELLI, 2016).

⁴⁶ Ver. SILVA; BERNARDELLI. A constituição da Comunidade Indígena Água Bonita em Campo Grande – MS: Territorialidade e identidade indígena. Artigo apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de Licenciado em Geografia, 2016

Figura 6: Unidades Habitacionais da Comunidade Indígena Água Bonita



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Figura 7: Centro Cultural da Comunidade Indígena Água Bonita



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Como podemos notar nas figuras acima, os muros das casas e do centro cultural possuem grafismos indígenas que indicam o pertencimento étnico de seus moradores.

Acreditamos que tal elemento tenha sido introduzido pela agência de habitação em parceria com os indígenas mais velhos, como uma maneira de salvaguardar os elementos da tradição cultural dos moradores. Todavia, não é possível afirmar que no projeto de construção das unidades habitacionais havia essa preocupação.

No entanto, a construção das 60 casas do conjunto habitacional não solucionou completamente a questão da moradia para a comunidade. Em 2013, teve início uma ocupação (composta por famílias indígenas e de não indígenas que tem algum relacionamento conjugal ou de compadrio com alguns indígenas que ali vivem), que se encontrava em uma parte do terreno em que foram construídas as unidades habitacionais em 2001, utilizando uma parcela destinada à área de vegetação florestal, e vivendo em condições bastante precárias. Como destacado por Silva e Bernardelli (2016), o cacique da Comunidade Indígena Água Bonita, na época o senhor Nito Nelson, indígena Guarani, no ano de 2011, protocolou, em reunião realizada na aldeia, uma espécie de abaixo-assinado, que mais tarde incorporou um ofício enviado ao Ministério Público Federal, à FUNAI e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), para que averiguassem a situação referente ao saneamento básico e às necessidades de ampliação das unidades habitacionais da comunidade.

O pedido justificava-se:

[...] pelo fato de que muitos dos moradores abrigaram famílias de patrícios, com filhos e agregados, que passaram a viver com seus parentes nas unidades habitacionais da aldeia urbana, e outros, por estarem constituindo suas próprias famílias estavam aglutinados em espaços cada vez mais escassos. Ignorados pelas ações do poder público, no dia 4 de outubro de 2013, cerca de 130 famílias ocuparam a área de mata, dividiram os lotes e cada família levantou sua moradia, constituídas de barracos de lona, madeira e zinco, sem luz elétrica ou água encanada. (SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 14).

No ano de 2016, conduzi Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para compreender as distintas realidades socioespaciais entre os moradores do conjunto habitacional e os da ocupação que havia se formado em 2013, buscando interpretar a totalidade presente no espaço compartilhado dos grupos familiares que compunham as duas espacialidades, em termos de variáveis tais como: renda familiar, contingente familiar, número de pessoas que trabalham por família, escolaridade, além de perguntas de caráter mais profundo, como: os motivos da migração, a reintrodução social à partir da cidade, como se deu a consolidação da moradia ou a ocupação do lote, dentre outras.

Com base na observação participante e aplicação de questionários semiestruturados⁴⁷ junto aos moradores da ocupação, a pesquisa à época apontou que:

Durante quatro anos a ocupação utilizou instalações clandestinas de energia elétrica, realizadas para conseguirem o atendimento mínimo de suas necessidades básicas. Destarte, a Ocupação Água Bonita não conta com nenhum tipo de saneamento e os moradores têm de fazer ligações clandestinas e emendas em canos para obtenção de água usadas no preparo de refeições e higiene. Verificamos também que a ocupação não conta com nenhum tipo de sistema de captação de águas servidas, como no caso da fossa séptica existente nas 60 unidades habitacionais da Aldeia Urbana Água Bonita. SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 16).

Em setembro de 2018, a Comunidade Indígena Água Bonita firmou um novo convênio com o poder público, celebrado em conjunto com a prefeitura, através da Fundação Social do Trabalho (FUNSAT) e o governo do estado, por meio da AGEHAB, para a construção de 80 unidades habitacionais. As unidades, destinadas à moradia de 135 famílias que viviam em condições precárias na Ocupação Água Bonita, deveriam ser construídas pelos habitantes da mesma a partir da formação em cursos de capacitação profissional ofertados pela aludida fundação.

O blog virtual da Comunidade Indígena Água Bonita⁴⁸, editado pelo Terena Sander Barbosa, destacou o investimento de 670.000 reais provenientes do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), captados por meio de projeto do governo do estado. O executivo municipal disponibilizou qualificação profissional⁴⁹ aos indígenas para a construção das unidades habitacionais, com o recebimento de um salário mínimo e auxílio alimentação pelo prazo de 12 meses.

Para nós, tais iniciativas evidenciam a capacidade organizativa e de apropriação dos códigos e encaminhamentos burocráticos próprios dos itinerários institucionais da sociedade envolvente, estrategicamente acionados por esses sujeitos étnicos, tornando móveis suas fronteiras socioculturais. Dessa forma, a partir das relações com a sociedade envolvente, historicamente estabelecidos, os Terena foram ressignificando suas tradições

⁴⁷ realizamos a aplicação dos questionários em duas etapas: a primeira consistiu na aplicação de um questionário semiestruturado junto a 20 chefes de famílias (das 60 unidades habitacionais), na segunda, priorizamos os moradores da ocupação, onde também entrevistamos 20 chefes de famílias". (SILVA e BERNARDELLI, 2016, p. 16).

⁴⁸ Disponível em <<http://aguabonitacg.blogspot.com/search?updated-max=2018-08-10T14:50:00-07:00&max-results=13>> Acesso em: 18 maio. 2021.

⁴⁹ De acordo com Sander Barbosa "Os cursos de qualificação oferecidos serão os de pedreiro, auxiliar de pedreiro, auxiliar de azulejista, auxiliar de carpinteiro, auxiliar de eletricista, pintor e encanador, com instrutores e orientadores do arco ocupacional da construção civil." Disponível em <<http://aguabonitacg.blogspot.com/search?updated-max=2018-08-10T14:50:00-07:00&max-results=13>> Acesso em: 18 maio. 2021.

culturais, valores e sinais diacríticos como uma forma de garantir a manutenção de sua identidade étnica em contextos ampliados de interação social.

A partir dessa perspectiva, Mussi (2006, p. 265) pontua que:

O sucesso da negociação consolidada na formação de ambas as comunidades, só foi possível graças a ação impetrada por algumas lideranças que estiveram à frente do processo incorporando novos elementos de outra cultura – Associações jurídicas – e negociando estrategicamente – utilizando os meios legais da Associação para garantir os seus direitos – as formas possíveis para alcançar os objetivos da comunidade a de serem nucleadas em só bairro, não pagar aluguel e nem ficarem dispersas pelas periferias da cidade.

Na região do bairro Jardim Noroeste, entre 2003 e 2007, coletivos de parentes Terena, oriundos principalmente dos municípios de Miranda, Aquidauana e Nioaque, que estavam dispersos por vários bairros da cidade ou vivendo com patrícios na Aldeia Urbana Marçal de Souza, iniciaram um processo de ocupação de uma área pública, levantando um acampamento. Já no início do processo de ocupação do terreno, os Terena criaram uma associação para reivindicar junto ao poder público políticas habitacionais. Acampados no bairro Jardim Noroeste, na região conhecida como Prosa, na zona leste da cidade, com a autorização da prefeitura, as famílias demarcaram os limites do loteamento, fazendo as divisões dos terrenos das famílias e demarcando as ruas. Em 2007, sob a gestão do prefeito Nelson Trad Filho, foi construído o Residencial Indígena Darcy Ribeiro, composto por 98 casas e, aproximadamente, 150 famílias (VIETTA, 2015).

A Aldeia Urbana Tarsila do Amaral, último conjunto habitacional construído por iniciativas provindas de políticas públicas de habitação popular, está localizada na mesma região da Comunidade Indígena Água Bonita. É um parcelamento do Conjunto Habitacional Tarsila do Amaral, constituído por 70 unidades habitacionais, das 286 que formam o conjunto e que foram destinadas a famílias indígenas que estavam acampadas na região dos bairros Nova Lima, Jardim Anache e Vida Nova. De acordo com Vietta (2015, p. 8), dos 36 hectares destinados à construção da Aldeia Urbana Água Bonita, apenas 13 foram utilizados para essa finalidade, sendo que o restante do terreno foi transferido para a construção do Conjunto Habitacional Tarsila do Amaral.

No intuito de garantir a posse total do terreno destinado à construção da infraestrutura da Comunidade Indígena Água Bonita — que emergiu de um intenso processo de articulação política das famílias indígenas estabelecidas na capital há várias décadas —, no ano de 2006, famílias indígenas Terena, Guarani e Kadiwéu, articuladas através da Associação de Moradores Indígenas do Tarsila do Amaral (AMITA),

ocuparam uma parte do terreno destinado à construção do novo bairro. Após sucessivas reivindicações estabelecidas por meio de articulações com entidades públicas, demais associações indígenas nas cidades, dentre outros segmentos de apoio, em 2008, foram entregues 70 unidades habitacionais para famílias indígenas que viviam na ocupação, surgindo nesse contexto, a Aldeia Urbana Tarsila do Amaral. O conjunto habitacional foi construído pela Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (AMHASF), com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (VIETTA, 2015; ANDRADE; BELLINGER; PENTEADO, 2013).

Entendemos que as lutas pela moradia empreendidas pelos Terena ao longo dos últimos 20 anos acabam propiciando uma condição diferenciada no contexto urbano, inclusive significando mais garantias para a reprodução das famílias indígenas e no processo de captação de recursos para potenciais melhorias estruturais nessas comunidades. A construção desses conjuntos habitacionais, que representam territorialidades alternativas no espaço urbano marcadamente heterogêneo, são testemunhos concretos do empoderamento etnopolítico, via unidades associativas e da rede de sociabilidade e coalizões que os Terena estabelecem com a sociedade não indígena, manejando estrategicamente as regras e ditames burocráticos da sociedade envolvente, “demarcando suas fronteiras étnico-sociais e selecionando somente os fatores que os consideram significativos” (MUSSI, 2006, p. 247).

Todas essas conquistas empreendidas por esses sujeitos étnicos nos últimos vinte e cinco anos levam a um novo rol de contradições em que as inter-relações entre aspectos socioculturais distintos pressupõem a necessidade de embates, lutas, tensionamentos e negociações, principalmente no que concerne ao campo político.

Como destacado por Rodrigues (2009, p. 70),

Estes são os lugares políticos e identitários em que os indígenas reconstróem seu espaço social de maneira a destacar suas diferenças em relação aos demais agentes sociais, marcando as fronteiras de sua etnicidade e mantendo alguns sinais particulares que assinalam a sua identidade coletiva de referência.

Pelo que se pode inferir, o processo de formação das Aldeias Urbanas em Campo Grande está historicamente consubstanciado à constituição de unidades associativas de caráter étnico, que se processaram em espaços-territórios marcados pela interação social de grupos familiares indígenas. Em Campo Grande, diversas associações indígenas foram constituídas com o intuito de garantir a formalização de demandas da população indígena residente na cidade, fato que passaremos a analisar com maior ênfase no próximo item.

2.3. ETNOPOLÍTICA TERENA E AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NA CIDADE

Para compreendermos o encadeamento dos processos organizativos que levaram à constituição de estruturas de ação política dos Terena em Campo Grande, é necessário, previamente, destacar a conjuntura sociopolítica que subsidiou o surgimento do movimento indígena organizado no Brasil⁵⁰.

Na década de 1970, em consonância com os movimentos reivindicatórios pela redemocratização do país, com a formação das organizações sociais, de forças políticas e populares democráticas no Brasil, tem início um processo de formalização e institucionalização do movimento indígena nacional, que contou com a colaboração de segmentos de apoio da sociedade civil, tais como: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972, que representava uma facção mais progressista da Igreja Católica; a comunidade antropológica e indigenista, por meio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), fundada em 1955, e do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Esse movimento recebeu o apoio de antropólogos e agentes do campo indigenista⁵¹; além de outras unidades associativas de caráter político, econômico e identitário, como os movimentos sociais do campo, dos trabalhadores rurais e urbanos, de centrais sindicais e partidos políticos contrários ao regime militar, agregando experiências práticas de ação e amplificando as relações entre diferentes atores sociais (MONAGAS, 2006; SANT'ANA, 2010, BARBOSA, FAGUNDES, 2018).

As mobilizações de caráter étnico, identitário e político dos indígenas ganharam impulso no final da primeira metade da década de 1970, com a promoção de encontros regionais e nacionais, financiados por segmentos de apoio às demandas dos diferentes povos. Esses encontros, que ficaram conhecidos como “Assembleias Indígenas”, eram modalidades de fóruns, organizados em “Conselhos Tribais”, não raro pluriétnicos, em que as lideranças indígenas socializavam suas práticas e experiências no campo político, instituindo dessa maneira um processo de “centralidade organizacional” (FERREIRA, 2017) para o movimento indígena nacional, em construção naquele período (SANT'ANA, 2010).

⁵⁰ “Entre os indígenas, trabalhadores rurais e urbanos, é comum usar o termo “movimento”. Movimento, do ponto de vista dos atores, como categoria êmica, significa algum tipo de ação reivindicatória, ampla e difusa, e todos que participam dessas ações. O termo “movimento indígena” comporta a mesma ambiguidade. Pode designar ativistas isolados, pessoas comprometidas moralmente com uma causa, organizações formalmente estruturadas e suas principais táticas de ação.” (FERREIRA, 2017, p. 6).

⁵¹ Ver <<https://trabalhoindigenista.org.br/home/>> Acesso em: 02 jun. 2021.

De acordo com a pesquisadora Graziella Sant'Ana (2010, p. 97), “No Mato Grosso do Sul foram 6 assembleias registradas pelos arquivos do CIMI, com a primeira acontecendo em 1977 em Dourados, tendo a participação de várias etnias, FUNAI, CIMI, jornalistas, Igrejas Evangélicas e representantes da prefeitura”.

A partir dessas experiências de práticas de sociabilidade estabelecidas com diferentes setores da sociedade civil que se articulavam a fim de dar visibilidade e fortalecer as demandas sociais contrárias ao regime militar que vigorava no Brasil, os povos indígenas passaram a protagonizar suas próprias mobilizações e a institucionalizar formalmente suas próprias organizações e unidades associativas, em âmbito regional e nacional. Assim, ao longo da década de 1970, os povos indígenas passam a ser reconhecidos como atores sociais dotados de capacidades políticas, ou seja: “cada vez mais encarados como politicamente integrantes da sociedade, isto é, detentores de direitos legítimos perante o Estado” (BARBOSA; FAGUNDES, 2018, p. 185).

Nesse contexto, no início da década de 1980, por intermédio de indígenas residentes em Brasília, o órgão indigenista tutelar concedeu bolsas à estudantes de diferentes etnias que estavam residindo na capital federal, ficando a FUNAI responsável pelo alojamento. O pequeno grupo de jovens estudantes formou nesse período um time de futebol que levou o nome de UNIND (União das Nações Indígenas). Os momentos dedicados à prática de futebol também se configuravam como espaços políticos e de reflexão a respeito da política indigenista que vinha sendo conduzida pelo órgão indigenista tutelar, bem como dos movimentos de afirmação étnica, que eclodiam por todo o país. Dessa maneira, compartilhando experiências comuns e socializando as situações de vulnerabilidades vivenciadas por seus parentes nas TI's, “esses jovens deram início a uma série de reuniões em Brasília, reuniões essas que contavam com a presença de caciques e de lideranças já conhecidas no movimento indígena” (SANT'ANA, 2010, p. 101).

Alguns sujeitos étnicos se destacaram neste processo de ação política, como o Terena Mariano Justino Marcos, que é conhecido no movimento indígena nacional como Marcos Terena, na época um jovem aviador que havia concluído o curso de especialização em voo por instrumentos na Academia da Força Aérea e que estava cursando Administração de Empresas em Brasília. O grupo de estudantes, sob a liderança de Marcos, criou, em abril de 1980, a primeira organização indígena formalmente instituída no país, a União das Nações Indígenas (UNIND), que incluía em seu quadro

associativo estudantes pertencentes as etnias Karajá, Bakairi, Xavante, Urubu-Kaapor, Bororo, Terena, Canela e Pataxó (SANT'ANA, 2010; MAURO, 2019).

Em agosto do mesmo ano, outra unidade associativa, constituída por lideranças mais velhas — havendo, portanto, uma diferença geracional —, foi instituída na cidade de Campo Grande, e levava o mesmo nome, porém, identificada com a sigla UNI. Essa articulação, composta por lideranças mais tradicionais, era liderada por Domingos Veríssimo Marcos, tio de Marcos Terena.

Sant'Ana (2010) e Ferreira (2017) apontam que a partir daí se criou uma disputa faccional entre as duas agremiações, fato que levou a consequentes desentendimentos entre os parentes: Domingos e o sobrinho Marcos. Para resolver a contenda, ficou estabelecido que seria realizada uma Assembleia, na cidade de São Paulo, para unificação das duas associações e eleição da diretoria definitiva. Em abril de 1981, as duas associações foram unificadas em assembleia, que elegeu Marcos Terena como presidente da UNI.

No entanto, Domingos Veríssimo, ao retornar para Campo Grande, contestou o resultado da eleição junto ao seu grupo, do qual fazia parte Marçal de Souza Tupã'I, promovendo, em maio daquele ano, outra assembleia, realizada em Aquidauana/MS, mantendo Domingos como presidente da UNI. O impasse somente seria resolvido em 1982, com a saída de Marcos Terena da entidade (SANT'ANA, 2010; FERREIRA, 2017; MAURO, 2019).

A respeito desse conflito geracional, Santa'Ana (2010, p. 105) pontua que:

Especificamente sobre o conflito entre os parentes Domingos e Marcos, é possível avaliar também a formação posterior da UNI como sendo uma disputa de poder do tio com o sobrinho, e vice-versa, não só no espaço do movimento indígena nacional, mas na possibilidade de ampliar influências dentro das TIs Terena no MS, haja vista que os parentes ligados a ambos possuem importante influência, principalmente na TI Taunay/Ipegue, onde são conhecidos como uma grande linhagem de importantes líderes espirituais (xamãs).

Apesar disso, a mesma autora faz a seguinte salvaguarda:

[...] potencializar os conflitos entre ambas, UNIND/UNI, apenas à esfera da disputa de poder entre os dois parentes, seria excluir todas as outras articulações e fatores que envolveram esse momento importante na história dos indígenas, haja vista que existiam, também, segmentos sociais que viam na figura dos jovens acadêmicos uma ameaça à condução dos processos desenvolvidos até ali. (SANT'ANA, 2010, p.105).

Nesse sentido, é interessante pensar que o crescimento da representatividade política de diversos segmentos indígenas consequentemente levava a um novo rol de contradições no interior do movimento indígena organizado. Dessa maneira, esses conflitos faccionais “podem ser vistos como expressão de uma contradição entre um projeto de centralização organizacional com centralização de poder e um projeto de centralização organizacional com descentralização de poder” (FERREIRA, 2017, p. 203).

Em todo caso, malgrado as fraturas no interior do movimento, ambas as associações se constituíram em importantes iniciativas de ação política, levadas a cabo por lideranças de variadas etnias. A criação da UNI só foi possível graças à articulação e tensionamento no campo das relações políticas entre o Estado, as etnias e variados grupos de apoio da sociedade civil que, organizados em assembleias de lideranças indígenas, intermediavam suas reivindicações, cujo alcance não se limitou ao horizonte regional, se fazendo presentes através da voz ativa das lideranças em arenas de atuação política para além das dimensões regionais e nacionais, se estendendo, inclusive, a espaços políticos internacionais (SANT’ANA, 2010).

Figura 8. Criação do Conselho Estadual dos Direitos do Índio

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO ÍNDIO

Conselho Estadual vai combater discriminação ao índio

O Secretário de Estado de Justiça recebeu ontem as sugestões para implantação e regulamentação do Conselho Estadual dos Direitos do Índio. O relatório entregue ao secretário está assinado por membros das seguintes entidades que compõem o conselho: Cimi, Gaim, CTI, Kaguateka, Projeto Kaiowá-Ñandeva, Projeto Tape-Porá, UNI e Grupo de Apoio ao Índio Marçal Tupã-I (de Dourados).

O Cedin estabelece, entre suas finalidades, o funcionamento como órgão consultivo do Governo do Esta-

do de Mato Grosso do Sul em todas as questões envolvendo os direitos das comunidades indígenas: receber denúncias de violação dos direitos indígenas para que sejam tomadas as providências cabíveis, representar ao Ministério Público nos casos em que a competência seja deste órgão e representar ao Ministério Público Federal quando comprovada a omissão do órgão federal de tutela na defesa dos direitos dos índios ou das comunidades indígenas. O Conselho também deverá acompanhar todos os processos judiciais que envolvam índios ou comunidades indígenas. Segundo o secretário de Justiça, foi justamente para evitar abusos como a violência e o racismo que o Governo do Estado criou estes conselhos. “O governo pode, por sugestão do próprio Conselho, exigir de uma vez por todas a demarcação das terras indígenas, poderá agir contra escolas que recusam aceitar índios, e contra empresas que recusam o trabalho do índio”, afirmou o secretário de Justiça.

(Jornal da Manhã, 10/06/87)

Fonte: Aconteceu Especial, n.º. 18 – 1987-88-89-90, p. 543. Disponível em <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&Pesq=conselh&pagfis=16044>> Acesso em: 08 de jun. 2021.

A título de exemplo, convém sempre evocar a contribuição de Marçal de Souza Tupã' I, indicado por várias outras lideranças indígenas do Brasil, que proferiu discurso ao Papa João Paulo II em visita ao Brasil, em julho de 1980, na cidade de Manaus/AM, oportunidade em que Tupã' I denunciou as diversas situações de conflitos sócio-territoriais, não apenas do povo Guarani, mas de todos os povos indígenas do país (URQUIZA; PRADO, 2017). A denúncia de Tupã' I ao líder espiritual da Igreja Católica se tornou internacionalmente conhecida, fato que propiciou o convite para discursar em espaços internacionais [...] “como a sua participação em março de 1981 em uma conferência promovida pela ONU em Boston – EUA sobre a atuação de mineradoras em terras indígenas” (URQUIZA; PRADO, 2017, p. 136).

No Mato Grosso do Sul, por exemplo, e nos primeiros anos da década de 80, teremos a criação de importantes associações como o Conselho Intertribal, associação que reunia quase todas as TIs Terena, com objetivos voltados não só para as questões mais “políticas” (direitos, cidadania, visibilidade étnica), mas, também, para as de ordem “econômica”, como a potencialização das produções agrícolas, com inspirações também nas cooperativas não indígenas (SANT'ANA, 2010, p. 107).

Amado (2019) aponta que, no período das Assembleia Nacional Constituinte entre 1986 e 1988, para elaboração da Constituição Federal de 1988, os Terena tiveram ativa participação, influenciando na elaboração do capítulo sobre os direitos dos povos indígenas na Carta Magna, destacando-se o cacique Domingos Veríssimo, na época representante da UNI em Mato Grosso do Sul, que enviou propostas resultantes dos encontros e assembleias regionais. O autor, consultando os Anais da Constituinte, evidencia também a contribuição de Valdomiro Terena, que “apresentou à constituinte uma proposta por escrito⁵², resultado de um Encontro de Lideranças Indígenas realizado em Campo Grande nos dias 1º e 2º de maio de 1987” (AMADO, 2019, p. 118).

Além destes, outras lideranças do povo Terena acompanharam a delegação organizada pelo cacique Domingos. Apesar de não terem sido formalmente citadas nos registros oficiais, tiveram ativa participação na elaboração das propostas encaminhadas à Brasília pelo povo Terena. Alguns destes, com quem Amado teve contato durante o trabalho de campo:

[...] na aldeia Ipegue, os ex-caciques Justo Vicente Pio e Quintino de Oliveira; na aldeia Colônia Nova o ex-cacique Manoel Amado; na aldeia Moreira o ex-cacique João Metello; na Cachoeirinha o ex-cacique Sabino Lipú e no Buriti o ex-cacique Armando Gabriel, este

⁵² A transcrição completa da Carta escrita por Valdomiro Terena está disponível no trabalho de Amado (2019, p. 118-119).

último já falecido, mas expressamente mencionado por todos os entrevistados. (AMADO, 2019, p. 117-118).

Figura 9. II Encontro de Lideranças Indígenas de Mato Grosso do Sul, 1988.

Cedin promove encontro de lideranças

O II Encontro de Lideranças Indígenas teve início na noite de sexta-feira, dia 29, estendeu-se por todo o sábado e domingo, tendo como sede a Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes. Vieram representantes das nações Terena, Guarani, Kaiowá e Guató, com a intenção de “reforçar nossa luta na nova Constituição do País”, alertou Domingos Marcos Veríssimo, representante da UNI em Mato Grosso do Sul.

“Queremos que o nosso pessoal tenha mais espaço - disse - e estamos aqui para analisar a situação dos indígenas na Constituinte, pois muita coisa que está para ser aprovada, poderá prejudicar-nos”. Domingos deixou claro a intenção dos índios em participarem também da Constituição Estadual.

“Nossa maior preocupação é com a demarcação das terras Kaiowá e Guarani”, disse Amilton Lopes, que no encontro representou as duas nações. Foi ele quem alertou para o problema vivido atualmente por Paraguassu, Jarará, Maracaju e Jaguapiré, que foram desapropriadas de suas terras. Até agora não foram reassentadas em nenhum lugar e padecem nas periferias de algumas cidades do interior, já sofrendo ameaças de expulsão. “O índio está vivendo um problema muito sério atualmente; por isso a importância desse encontro, onde vamos discutir sobre nossas terras”, frisou o Amilton Lopes.

O encontro foi aberto dia 29, contando com cerca de uma centena de índios, de várias nações sul-matogros-

senses. Compareceram representantes da Secretaria de Educação, OAB e Câmara Municipal.

Ao final do II Encontro de Lideranças Indígenas, foi elaborado um documento, que será enviado para Brasília, para que seja estudado pelas autoridades, além de ter sido feita uma avaliação dos trabalhos do Conselho Estadual dos Direitos do Índio.

(Correio do Estado, 02/05/88)

Fonte: Aconteceu Especial, nº. 18 – 1987-88-89-90, p. 543. Disponível em <http://www.docvirt.comdocreader.netDocReader.aspxbib=HemeroIndio&Pesq=conselh&pagfis=16044>. Acesso em: 08 jun. 2021

Sacchi (2003) e Verdun (2008) destacam a participação das mulheres Terena junto ao movimento indígena brasileiro desde os anos 1970, ou seja, desde sua constituição. No entanto, apontam que sua organização institucional se deu a partir da década 1990, sendo identificadas por estes autores a formalização de duas unidades associativas com esse perfil na década de 1980: a Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, dos Rios Uaupés e Tiquié (AMITRUT).

Contudo, como já apontado por Mussi (2006), Sant’Ana (2010, p. 233), e, mais recentemente, por Marlene Ricardi de Souza (2020), em Mato Grosso do Sul, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, foi gestada a criação de uma associação indígena que esteve sob liderança de uma mulher, Marta Guarani, já falecida. Nascida Marta Silva Vito, em 29 de julho de 1942, na aldeia Jaguapiru, em Dourados-MS, e chamada ao nascer “Kunha Gevy”, que na língua materna significa uma “nova mulher”, aos 28 anos teve que deixar a aldeia onde nasceu, após denunciar abusos cometidos à época pela administração local do órgão indigenista tutelar, vindo a migrar para Campo Grande (SOUZA, 2020).

A Associação de Índios Kaguatega Marçal de Souza⁵³ foi reconhecida pela prefeitura em 1987, quando foi promulgada a Lei Municipal nº 2.412, institucionalizando a associação, que contava com estrutura burocrática, como diretoria, estatuto, sede, Certidão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) etc. O nome “Kaguatega” representa a junção das iniciais dos nomes das etnias de maior contingente populacional em Mato Grosso do Sul, Kaiowá-Guarani, Guató, Terena e Kadiwéu (MUSSEI, 2006, p. 264). Dessa maneira, a Associação Kaguatega buscava um diálogo interétnico, com os distintos segmentos indígenas regionais.

Com a morte de Marçal, Marta Guarani (sobrinha de Marçal e presidente da Kaguatega) passa a fazer com mais intensidade a defesa das comunidades indígenas e, como consequência, precisa sair da aldeia de Dourados, e vir para Campo Grande. Aqui ela se articula com outros índios e passam a ser um canal de denúncias, nos centros urbanos, da situação vivida pelas comunidades. Esta articulação entre índios fora das aldeias era também um esforço para não perderem sua identidade étnica e para serem reconhecidos. (MANGOLIM, 1993, p. 98).

Estabelecida em Campo Grande, a Associação Kaguatega realizou, entre os dias 28 e 29 de julho de 1990, o 1º Encontro de Mulheres Terena de Mato Grosso do Sul. O encontro foi organizado em parceria com entidades públicas e de movimentos sociais e populares, tais como o CTI, Serviço de Informação da Mulher (SIM) e o CIMI, que se encarregaram de fornecer apoio logístico e conseguir os recursos financeiros necessários. O encontro foi financiado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e realizado em um espaço de encontros da Igreja Católica.

Fomos para Ipegue, Bananal, Cachoerinha, Limão Verde e em cada comunidade discutimos os objetivos deste Encontro. Depois cada grupo decidiu quem poderia ir à Campo Grande representá-lo [...] O encontro foi bastante representativo. Participaram 21 mulheres representando as aldeias e 11 representando as desaldeadas, em um total de 32 participantes. (ENCONTRO DE MULHERES TERENA, 1º: 1990, p. 33: Campo Grande, MS).

De acordo com o relatório produzido a partir do encontro⁵⁴, que contou com desenhos, atividades cartográficas e iconográficas, textos argumentativos e impressões das mulheres Terena a respeito da vida cotidiana, é possível perceber que também se

⁵³ “Sua primeira diretoria foi composta basicamente pelas etnias Guarani e Terena: presidente: Marta Silva Vito (Guarani), vice-presidente: Leopoldo Vicente (Terena), 1º secretário: Paulo Henrique da Silva (Guarani), 2º secretário: Vilmar de Araújo (Guarani), 1º tesoureiro: Eder da Silva Vito (Guarani), 2º tesoureiro Margarida da Silva e diretor de Assistência Social: Renato Dutra, ambos também Guarani” (MUSSEI, 2006, p. 264).

⁵⁴ 1º ENCONTRO DE MULHERES TERENA (1º: 1990: Campo Grande, MS). Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/relatorio-29>>. Acesso em: 11 set. 2021.

tratava de um espaço oportuno, em que muitas delas denunciavam a indiferença dos homens em considerar as opiniões femininas, como destacado na gravura da página cinco do relatório: “Eles não aceitam a opinião da mulher...alguns patrícios desvaloriza a mulher ainda [...] Esse encontro de hoje é muito importante pra nós”. (1º ENCONTRO DE MULHERES TERENA, 1º: 1990: Campo Grande, MS). A Figura 10 destaca o cartaz de divulgação do encontro. É possível identificar a preocupação em salvaguardar a língua materna. O cartaz de divulgação estava escrito em português e também no idioma Terena.

Figura 10. 1º Encontro de Mulheres Terena de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, julho de 1990



Fonte: 1º ENCONTRO DE MULHERES TERENA (1º: 1990: Campo Grande, MS). Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/relatorio-29>>. Acesso em: 12 maio. 2021.

Outras gravuras destacavam a necessidade de maior participação das mulheres nos assuntos políticos e de questões territoriais, direitos diferenciados, cidadania e nos espaços para além das terras indígenas tradicionais, como destacado pelos textos de participantes que estiveram presentes no encontro, a exemplo da fala de uma integrante da Associação de Moradores Indígenas do Bairro Guanandi:

[...] dificuldade, principalmente na nossa aldeia [...] Falta de união. Os homens lá na minha aldeia só vivem brigando e tem dois caciques e não dá certo mais o meu cacique é um só é nos mulher “precisamos” ajudar já ajudou nós bastante e nós tem que fazer força, vamos acabar com estas desuniões [...] Vamos deixar nossa aldeia em paz (1º ENCONTRO DE MULHERES TERENA, 1º: 1990: Campo Grande, MS).

Como se pode perceber, a cidade de Campo Grande representava a centralidade espacial do movimento indígena em Mato Grosso do Sul e foi palco de inúmeras ações de caráter etnopolítico, levadas a cabo por lideranças indígenas. Dessa maneira, o espaço urbano se traduz em uma arena de atuação e enfrentamento político, onde se constituíram algumas das primeiras associações dos Terena, tais como: Associação Kaguatega Marçal de Souza, Associação de Feirantes Indígenas de Campo Grande (AFIC) - já destacadas nesse trabalho -, a Associação de Moradores Indígenas de Campo Grande (AMI) - fundada em 1988 -, a Associação Grupo Te - também fundado em 1988, liderada por Eliseu Lili -, e a Associação dos Artesões Indígenas (AAI) - a partir do Núcleo de Produção Cerâmica Terena, cujos objetivos eram apoiar o enfrentamento político engendrado pelos Terena nas cidades, “levantando, entre tantas questões, a bandeira da afirmação étnica” (SANT’ANA, 2010, p. 107).

A Associação Grupo Te desenvolveu práticas de ação política voltadas à resistência étnica e fortalecimento da identidade cultural dos Terena em Campo Grande, com ações que tiveram como foco espaço urbano, por meio da prática do *Kohixoti-Kipaé*, rito também conhecido como “Dança da Ema”. Sant’Ana (2010) e Espíndola (2013) destacaram a trajetória política de Eliseu Lili, o principal articulador da associação, tendo atuado conjuntamente ao movimento indígena da cidade ainda nos primeiros anos da década de 1980, auxiliando na busca de alternativas para os problemas enfrentados pelas mulheres indígenas feirantes durante a década de 1980, que comercializavam gêneros agrícolas na área central da cidade em condições bastante precárias, como já destacado anteriormente. “Acompanhando o drama dessas mulheres, colaborou na reivindicação e mobilização por melhores condições para a venda dos produtos na feira, principalmente na construção de um espaço específico para elas” (SANT’ANA, 2010, p. 124).

Em Campo Grande, Eliseu se tornou funcionário do setor administrativo da FUNAI, passando a ter maior contato com as demandas e necessidades das famílias indígenas, tanto nas TI’s como nas cidades. A partir do contato com famílias indígenas estabelecidas naquela capital, Eliseu atuou, inicialmente, em parceria com as feirantes,

intermediando as reivindicações junto ao poder público, fato que propiciou a construção dos quiosques na praça Oshiro Takimori e, logo na sequência, a constituição da AFIC, em que ajudou a produzir a documentação necessária para o reconhecimento público, que contava com estatuto, regimento interno, diretoria e toda uma estrutura burocrática, tendo sido inclusive o primeiro presidente da entidade.

Nesse contexto de articulações e reflexões, Eliseu e algumas famílias indígenas tiveram a idéia de formar um grupo de rapazes para apresentar a *Kohixoti Kipaé* na praça Oshiro Takimori no dia da inauguração dos quiosques da Feira Indígena. Para tanto, reuniram jovens de diferentes bairros e provenientes de várias TIs que, durante alguns dias, ensaiaram os passos da *Kohixoti Kipaé* e confeccionaram os materiais para a apresentação. No dia marcado, a praça estava cheia, com a presença de indígenas, não indígenas, autoridades governamentais e a imprensa, e todos puderam assistir a bela apresentação dos jovens, sendo por todos saudados; nascia, naquele momento, o Grupo Te, ainda sem grandes pretensões ou metas claras a serem buscadas, mas que se mostrou como um marco histórico/simbólico importante para os Terena, haja vista ser a *Kohixoti Kipaé* uma de suas manifestações culturais mais valorizadas e que no meio urbano não tinha “espaço” de ser “vívida” (SANT’ANA, 2010, p. 125).

De acordo com os relatos feitos por Eliseu à pesquisadora Graziella Sant’Ana (2010), esta ocasião marcou a primeira vez que a performance ritual *Kohixoti-Kipaé* foi executada na cidade de Campo Grande. Na ocasião, as mulheres feirantes também realizaram a performance *Ciputrena*, rito realizado pelas mulheres Terena, que também ocorre durante os rituais, que coincidem com as festividades em comemoração ao Dia do Índio, 19 de abril.

Nesta mesma ocasião, registrada em vídeo, ocorreu uma manifestação espiritual de uma anciã terena, que acompanhou a criação da associação desde o início. De acordo com Sant’Ana (2010), esta senhora, conhecida como Vovó Benízia, natural da aldeia Bananal, era líder espiritual para muitos Terena que viviam na cidade, realizando trabalhos de benzedura, além de aconselhar os mais jovens e de participar de decisões que envolviam a comunidade indígena local.

Pela primeira vez em um evento público indígena em Campo Grande foi realizada uma apresentação dessa natureza e com vários dos elementos que compõem o trabalho de um Koixomuneti: o toque da purunga, o balançar do penacho de penas da Kipaé, os cantos e danças xamânicos, a incorporação do animal protetor da Koixomuneti, no caso de Dionízia “o seu guia, a formiga” (Eliseu), e os rituais de “benzedura” para os presentes. Foi uma demonstração da importância e influência dos xamãs para os Terena (SANT’ANA, 2010, p. 128).

A partir daí, a Associação Grupo Te passou a realizar apresentações em vários espaços da cidade, como praças, feiras de artesanato, escolas, espaços de socialização de outras associações indígenas, além de participar dos debates e reivindicações indígenas em Campo Grande, confluindo com as lutas levadas a cabo pelas demais associações na busca por visibilidade e direitos na cidade (SANT'ANA, 2010).

Estes eventos eram marcados pela expressão do *Kohixoti-Kipaé*, enquanto um sinal diacrítico da cultura Terena, a partir de uma estratégia de construção imagética e performática sob a perspectiva de fortalecimento do *Kixovoku*, ou “jeito de ser Terena” (GALACHE, 2017), tendo em vista a sua dimensão política instrumentalizada na luta por direitos específicos em contextos ampliados de interação com a sociedade envolvente, em que afloram estratégias singulares de territorialização e de resistência étnica e cultural.

Ecoam aqui as assertivas propostas por Albuquerque (2011) sobre a construção da identidade étnica na Comunidade Indígena Pankararu do Real Parque, localizada na zona sul de São Paulo, às margens do rio Pinheiros.

No início dos anos 1940, e principalmente nas três décadas seguintes, com o crescente processo de urbanização do país, os Pankararu⁵⁵, originários de Pernambuco, acompanhando as diásporas de trabalhadores nordestinos, passaram a ser atraídos para a capital paulista, a fim de se engajarem em empregos, principalmente na construção civil, na esperança de garantirem aquilo que entendiam por uma “vida melhor”. Sobre a conformação dos locais de habitação dos Pankararu na região metropolitana de São Paulo, é importante consignar que boa parte da população trabalhou na construção do estádio de Futebol Cícero Pompeu de Toledo, o Estádio do Morumbi, como é popularmente conhecido. Nas cercanias dos alojamentos, parte dos trabalhadores iniciaram o processo de ocupação de áreas públicas às margens do rio Pinheiros (ALBUQUEQUE, 2011).

De acordo com Albuquerque (2011, p. 24-25), essas áreas caracterizavam-se como “sobras”, áreas não aproveitadas pelo processo de loteamento do bairro e destinadas à construção de benfeitorias públicas, que nunca chegaram de fato a serem construídas, formando assim uma “favela”, inicialmente chamada de “favela da mandioca” e, posteriormente, com o nome do bairro, “favela do Real Parque”⁵⁶.

⁵⁵ Para uma análise etnográfica da diáspora Pankararu para São Paulo (SP) ver Albuquerque, 2011.

⁵⁶ “Índios se agrupam em favela de São Paulo. Habitantes da tribo Pankararu moram na favela de Real Parque, zona sul de SP, e reclamam de preconceito”. Folha de São Paulo, 2 de março de 1997. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff020321.htm>> Acesso em: 30 abr. 2021.

Com o processo de “(re)territorialização étnica” (ALBUQUERQUE, 2011), na região metropolitana da capital paulista, vinculado à um processo de mobilização política dos Pankararu em São Paulo — levado a cabo por uma rede de sociabilidade indígena, que mantém interrelações com outros povos e com o território tradicional em Pernambuco — são estruturadas unidades associativas de representação étnica. Assim:

[...] a relação dos Pankararu em São Paulo com os Pankararu em Pernambuco é efetiva e intermitente, ao ponto de não ser exagero dizer que São Paulo, e o Real Parque, constituem uma extensão do território Pankararu, do ponto de vista do trânsito das duas populações separadas apenas pela distância (ALBUQUERQUE, 2011, p. 77).

Nessa conjuntura, no início da década de 1990, os Pankararu fundam na cidade de São Paulo a Associação SOS Comunidade Indígena Pankararu. A partir da criação da associação, como forma de reivindicar direitos, os Pankararu em São Paulo passaram a realizar apresentações culturais, como a performance “*dança das praiás*”, uma performance ritual realizada com uma indumentária sagrada utilizada pelos nas aldeias tradicionais Pankararú chamada *praiá*. Passaram, dessa maneira, a se inserir em espaços de mobilização social, em que a performance é construída como um sinal diacrítico e de linguagem simbólica para a inserção desses sujeitos em espaços de mobilização política e identitária, caracterizados no trabalho de Albuquerque (2011) como *arenas*⁵⁷, sendo um conjunto diverso, formado por museus, galerias, feiras de artesanato, escolas, faculdades, dentre outros espaços políticos.

A *dança dos praiás* se constituiu, assim, no instrumento simbólico de ingresso dos Pankararu de São Paulo no *campo* do poder simbólico, na luta por legitimidade da comunidade como indígenas, já que a *intenção do ato de tradução no ato performático dança dos praiás* foi a de evocar e construir poeticamente (*poésis*) no imaginário do público dessas arenas a “cara de índio”, o “idioma ancestral”, e o deslocamento histórico e geográfico que os constringia à invisibilidade. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 40).

Albuquerque (2011), de maneira analítica, afirma que a performance “Dança dos Praiás” em São Paulo surge nesse contexto como forma de incrementar a política cultural da associação, em que o “discurso ritual” passa ao largo do “discurso político”, como condição de responder à violência simbólica e a atualização do projeto de poder tutelar contra o preconceito de autenticidade sobre esses sujeitos na sua relação com a sociedade envolvente, constituindo o “campo semântico da etnicidade” nas arenas de São Paulo

⁵⁷ “Na antropologia contemporânea, o termo arenas é uma denominação geral que se refere aos espaços de negociação e constituição de autenticidade dos conteúdos sociais.” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 27).

(ALBUQUERQUE, 2011, p. 30). Assim, a tese defendida pelo autor é a de que os Pankararu em São Paulo instituíram esta performance como um instrumento simbólico de ação, traduzindo ato ritual em ato de expressão etnopolítico.

Nesse sentido, nos apoiamos na noção de identidade étnica e etnicidade desenvolvida por Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 115), caudatária da noção de fronteiras étnicas proposta por Fredrik Barth (1969), para qual a etnicidade organiza-se a partir da interação entre os distintos grupos étnicos⁵⁸. Essas unidades, por sua vez, seriam identificáveis pela manutenção de suas fronteiras. Nesta abordagem, portanto, “Os símbolos e as marcas étnicas são referentes cognitivos manipulados em finalidades pragmáticas de compreensão de sentido comum e mobilizados pelos atores para validar seu comportamento”.

Em 2008, a Associação Grupo Te, foi uma das contempladas do Prêmio Culturas Indígenas, criado no ano de 2006 pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura. O edital da segunda edição, lançado em 2007, previa que cem iniciativas indígenas seriam premiadas, mesmo para aquelas que já estivessem descontinuadas, desde que obedecessem aos critérios do certame. As cem iniciativas vencedoras receberiam vinte e quatro mil reais, que deveriam ser empregados nas ações das unidades associativas. Com os recursos, foram adquiridos equipamentos tais como câmeras e filmadoras para registro das atividades da associação e, além disso, algumas atividades práticas e oficinas para confecção de roupas e adereços com motivos indígenas foram programadas (SANT’ANA, 2010).

Sant’Ana (2010, p.142), em conversas com pessoas que acompanharam os primeiros anos de atuação da Associação Grupo Te, destaca a importância da Associação no processo de (re)territorialização e ressignificação sociocultural dos Terena na cidade de Campo Grande, atuando e sendo reconhecida pelos indígenas como um “braço” dentro do movimento indígena dos Terena, representando um importante espaço de empoderamento e de viabilização de demandas das famílias indígenas em contextos ampliados de interação social, haja vista que “o auxilia, o instrumentaliza focando em uma demanda específica”. Em suma, a Associação Grupo Te, a partir de suas

⁵⁸ De acordo com Barth (2011 [1969], p. 189) “O termo grupo étnico, na bibliografia antropológica, é geralmente entendido (cf. Narrol, 1964) para designar uma população que: 1 perpetua-se biologicamente; 2 compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patentes unidades nas formas culturais; 3 constitui um campo de comunicação e de interação; 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo”.

apresentações artísticas voltadas para a reconexão desses índios com sua identidade étnica, representou um marco para o movimento indígena local. Além disso, a associação esteve presente em grandes conquistas dos indígenas em Campo Grande, como a construção da Feira Indígena e das Aldeias Urbanas, tendo influenciado no surgimento de outras associações.

Recentemente, Eliseu Lili, aposentado da FUNAI, se dedicava ao artesanato por meio de trabalhos manuais voltados à cultura indígena, como pinturas em tecidos e telas, com grafismos e motivos referentes à arte dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, além de produtos cerâmicos, como vasilhas, fruteiras, gamelas, potes e jarros. Eliseu havia criado no ano de 2020 uma marca comercial intitulada Vitrine da Aldeia para a venda de suas criações, contando com página no Facebook⁵⁹ para divulgação dos trabalhos.

Infelizmente, no dia 4 de maio do presente ano, Eliseu faleceu, vítima de um câncer do qual vinha lutando há algum tempo, deixando um legado importante de luta e resistência pela afirmação étnica na cidade, reconhecido como liderança política pelas demais lideranças das Aldeias Urbanas e assentamentos indígenas, além de figurar como conselheiro para os mais jovens.

A Associação dos Artesãos Indígenas (AAI) foi institucionalizada no ano de 2007 a partir da atividade ceramista de mulheres que residem no bairro Jardim Noroeste, Região Urbana do Segredo, organizadas em torno do Núcleo de Produção de Cerâmica Terena desde o ano de 2003, sob a liderança da senhora Élide Fátima Júlio, Terena natural da TI Cachoeirinha, que reside em Campo Grande desde a década de 1980. Assim como muitas mulheres Terena que vivem na capital, Élide fez parte do movimento de mulheres feirantes, tendo atuado nas lutas empreendidas pelas feirantes Terena para a construção do espaço de comercialização das famílias indígenas no centro da cidade, e integrou o grupo de representantes que participaram do 1º Encontro de Mulheres Terena de Mato Grosso do Sul, realizado pela Associação Kaguataka na década de 1990, já destacado neste trabalho. Elida também esteve à frente da AFIC, tendo sido sua presidente durante a década de 1990 (MUSSI, 2006; SANT'ANA, 2010; VIETTA, 2015).

A atividade cerâmica está relacionada ao universo feminino na cultura material Terena, sendo uma atividade consubstanciada a aspectos cosmológicos e interditos físicos rituais, ensinado de mãe para filha, de avós para netas, se configurando em uma atividade

⁵⁹ Ver <<https://www.facebook.com/Vitrine-da-Aldeia-104582214645498/>> Acesso em: 21 de jul. 2021

fundamentalmente organizada sob relações de parentesco (SANT’ANA, 2010; VIETTA, 2015). De acordo com Luciane Scanoni Gomes (2016, p. 167), “O artefato que conhecemos por cerâmica terena é denominado por seus produtores *ipuné timoté* (aquilo que é feito de barro), termo que identifica o material fundamental utilizado na sua produção: a argila”.

A respeito do histórico de inserção do Núcleo de Produção Cerâmica constituído pelas mulheres Terena em meados de 2003 no bairro Jardim Noroeste, Sant’Ana (2010, p. 249) relembra que a ocupação indígena naquela região se deu de forma espontânea, entre as décadas de 1980 e 1990, concentrando numerosa população indígena: “O número expressivo de mulheres artesãs, nessas famílias, foi o que também motivou Elida e outras a estarem reunindo mais mulheres em torno de um pequeno núcleo de produção de cerâmica em 2003, construindo o que viria a se tornar depois a sede da AAI”.

Do exposto acima, pode-se depreender que as redes de sociabilidade dos Terena estabelecidas na cidade e, mais ainda, na periferia, são fundamentais para o estabelecimento de módulos ocupacionais e de unidades associativas de caráter etnopolítico, econômico e cultural. No ano de 2007, o Núcleo de Produção Cerâmica foi formalmente registrado em cartório e reconhecido pelo poder público, passando a se chamar Associação dos Artesãos Indígenas de Mato Grosso do Sul e definindo em seu estatuto alguns dos objetivos da entidade, dentre os quais, promover e “restabelecer perspectiva própria dos povos indígenas através da valorização das tradições, conhecimentos, inovações e tecnologias transmitidas pela memória cultural dos antepassados” (AAI, ESTATUTO, 2007 *apud* SANT’ANA, 2010).

Para Sant’Ana (2010, p. 254):

[...] no espaço da associação, a mulher reforça seus laços com a parentela, com a sua história, com a sua aldeia, com o seu bairro, reforça as alianças com os homens, é lá que ela propõe, por exemplo, uma forma de ser e estar na cidade que não signifique um rompimento com a sua origem, afinal, ela sabe como lidar com o trânsito, sabe como participar da rede de fluxos e permanecer Terena, como costumam enfatizar nos seus depoimentos.

No que concerne à produção comercial na cidade — na qual os produtos cerâmicos são vendidos em pontos de comercialização de artesanatos, tais como centros culturais, museus, praças e feiras livres —, Vietta (2015, p. 122) aponta para uma reestruturação da organização familiar a partir da comercialização das peças e demais produtos, uma vez que, de acordo com a autora, “O crescente ingresso no comércio urbano, atividade facilmente conciliada com o cuidado dos filhos e da casa, e a gradativa

especialização das ceramistas aparecem como portas para a mulher terena extrapolar o universo doméstico”.

Na Figura 11 é possível identificar a estrutura do espaço destinado à produção cerâmica no núcleo no bairro Jardim Noroeste.

Figura 11. Núcleo de Produção de Cerâmica Terena no bairro Jardim Noroeste



Fonte: Google Earth, 2021. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-20.4530546,-54.5281488,3a,75y,174.15h,75.45t/data=!3m6!1e1!3m4!1sIXidI6O6iX2BO7jsbp3VWg!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-BR>> Acesso em: 10 set. 2021

Destaca-se que a importância da produção cerâmica para as mulheres Terena está assentada não apenas no horizonte econômico — representado pela possibilidade de venda da produção desempenhada pelas artesãs —, mas também pela dimensão étnica e cultural, na luta pela preservação da atividade oleira instrumentalizada como um símbolo identitário⁶⁰ para os Terena, tendo em vista também sua dimensão política, que engendra a luta por direitos específicos em espaços interétnicos (MUSSI, 2006; SANT’ANA, 2010).

⁶⁰ Mussi (2006, p. 249), pontua que: “Dos mais variados símbolos identitários que os Terena possuem, podemos apontar três, que já apontados anteriormente, marcam a sua especificidade em relação a outros grupos étnicos: 1. A prática herdada de sua família de origem como, por exemplo: 1. A ocupação do espaço destinado ao preparo do solo para o plantio (forma própria para agricultura); 2. A fixação da moradia próxima as áreas de matas apropriadas à plantação; 3. A necessidade e capacidade de incorporar novos elementos culturais de outros grupos étnicos para manterem a organização social e de sua cultura”.

Nesse sentido, Sant'Ana (2010, p. 251-252) percebe:

[...] que a produção e ressignificação da cultura material no espaço urbano é uma forma de afirmação étnica, de mostrar aos demais, indígenas e não-indígenas, que apesar dos fluxos e das transformações, continuam produzindo/reproduzindo a tradição na cidade, em vistas, também, das hostilidades e preconceitos que enfrentam em Campo Grande. As mulheres vêm, no investimento simbólico e econômico do fazer e vender a cerâmica, uma forma de dar visibilidade afirmativa à história de vida de cada uma, bem como a do grupo étnico como um todo.

Na figura 11, é possível identificar a estrutura do espaço destinado à produção cerâmica no núcleo no bairro Jardim Noroeste.

Ademais, antes da eclosão da Pandemia de Covid-19, que assola o mundo desde fevereiro de 2020, a associação representada pelo núcleo ceramista realizava diversas ações comunitárias e de interação social, tais como: bailes, arraiais e festejos juninos, festivais de prêmios e torneios de futebol, como atestam fotos e informações na página do Facebook da associação⁶¹, se configurando, dessa forma, em um importante espaço de socialização para famílias indígenas habitantes daquela franja da cidade.

Além das unidades associativas que destacamos neste trabalho, que se configuram em importantes mecanismos que simbolizam as estruturas de ação política, a pesquisa identificou duas unidades associativas ligadas à estrutura burocrática municipal, constituídas por lideranças indígenas de Campo Grande: o Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande (CMDDI/CG), criado pela Lei Municipal nº 4. 227, de 11 de maio de 2005⁶²; e a Coordenadoria de Defesa das Populações e Comunidades Indígenas, que integra a estrutura da Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos (SDHU), criada pela Lei n. 5.793, de 3 de janeiro de 2017, regulamentada pelo Decreto Municipal n. 13.070, de 24 de janeiro de 2017, e reestruturado pelo Decreto Municipal n. 13.798, de 11 de fevereiro de 2019 (SDHU, RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2019).

Por fim, consideramos que as unidades associativas e demais conselhos deliberativos da população indígena de Campo Grande se apresentam como importantes espaços de visibilidade, negociação e afirmação étnica, que são acessados pelos sujeitos no sentido de tensionar o poder público com a finalidade de encaminhar suas demandas territoriais, sociopolíticas e culturais. Dessa maneira, se traduzem em arenas de afirmação

⁶¹ Disponível em <<https://www.facebook.com/Associacao-Nucleo-Ceramista-452606335113513>> Acesso em: 21 jun. 2021.

⁶² Disponível em <<https://cm-campo-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/243934/lei-4277-05#>> Acesso em: 21 jun. 2021.

e fortalecimento da identidade étnica, tanto do ponto de vista da articulação etnopolítica multiétnica, vivenciadas entre as lideranças indígenas estabelecidas em Campo Grande, como para a interlocução com os agentes públicos, no sentido de tensionar e promover, no âmbito dos poderes públicos, políticas de apoio às comunidades indígenas e de promoção da defesa de direitos sociais, culturais e territoriais.

CAPÍTULO III: OS TERENA DO JARDIM INÁPOLIS

O presente capítulo apresenta uma análise do deslocamento espacial de um grupo de indígenas Terena oriundo de aldeias no interior de Mato Grosso do Sul para um bairro periférico da capital, com a consequente formação de um assentamento urbano informal, denominado pelos seus habitantes de Comunidade Indígena do Jardim Inápolis. A partir das narrativas de nossos interlocutores será possível refletir sobre as estratégias de adaptação ao novo ambiente que incluem a manutenção de redes de parentesco e compadrio que vinculam pessoas dentro desse grupo de acordo com padrões tradicionais da etnia. A análise se respalda em informações produzidas em campo a partir de observações diretas e conversas com lideranças familiares moradoras da comunidade em questão.

3.1. A COMUNIDADE INDÍGENA DO JARDIM INÁPOLIS

A Comunidade Indígena do Jardim Inápolis está localizada no extremo oeste de Campo Grande, mais precisamente na Região Urbana do Imbirussu. Segundo dados do SISGRAN, localiza-se entre os bairros Vila Manoel Seco Tomé, Vila Romana, Bairro Popular, Jardim Santa Mônica, Nova Campo Grande, bairro Núcleo Industrial e o Distrito de Indubrasil. O acesso se faz pela Avenida Duque de Caxias até a Rua Sebastião Andrade Pinho. Em termos perimetrais, a comunidade está compreendida entre as ruas Texas, Ajuana e Granito.

Segundo a liderança geral da comunidade, o Sr. Ribeiro Barbino, a área onde hoje está assentada a comunidade teve sua fundação há mais de vinte anos. Desta feita, concluí que, possivelmente, as primeiras famílias terena que ocuparam aquele espaço vieram para Campo Grande na esteira dos processos de ocupação de espaços públicos da cidade na segunda metade dos anos 1990, a exemplo do que ocorreu na constituição das Aldeias Urbanas Marçal de Souza e Água Bonita.

No período de minha primeira visita àquela comunidade, no primeiro semestre do ano de 2019, segundo informação do ancião do assentamento, o senhor Paixão Delfino, a área foi ocupada inicialmente há aproximadamente 20 anos por famílias extensas que migravam principalmente das TI's Cachoeirinha, Taunay-Ipegue e Buriti, mas teve seu ápice de processo migratório no início dos anos 2000. Esse idoso, que no início do meu trabalho de campo tinha 86 anos, teria sido um dos primeiros moradores indígenas do local.

O terreno onde se encontram as famílias ocupa uma área de aproximadamente 70.000,00 m². De acordo com o levantamento preliminar de aglomerados subnormais, produzido pela Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (AMHASF) no ano de 2017, trata-se de um pequeno polígono, sendo constituída por barracos de lona, madeira, zinco e casas mistas, erguidas com partes em alvenaria e partes de outros materiais, alguns dos quais coletados como refugos de construções (Ver Figura 12).

Em minha primeira visita à comunidade, percebi que as moradias possuíam terrenos relativamente grandes para os padrões de ocupações urbanas na periferia. Tal fato, muito provavelmente, está relacionado à perspectiva de buscar reproduzir minimamente as características territoriais, de habitação e moradia praticadas por estes sujeitos étnicos em suas aldeias de origem.

Figura 12: Mapa de localização da Comunidade Indígena do Jardim Inápolis.



De acordo com Sandra Regina Amarilha de Barros, Diretora de Assuntos Fundiários e Rurais da AMHASF, em atendimento à minha solicitação de informações referentes às ocupações indígenas em Campo Grande (Novo Dia, Paravá, Jardim Inapolis, Estrela da Manhã e Água Funda), a área onde se concentra as moradias é de domínio

misto, isso quer dizer que incide sob área pública e privada, havendo, portanto, a necessidade de regularização fundiária. O terreno ocupado pela comunidade é caracterizado pela AMHASF como um núcleo urbano informal, composto por aproximadamente 150 famílias, predominantemente da etnia Terena.

Figura 13: Rua Texas, na Comunidade Indígena do Jardim Inápolis, maio de 2019.



Fonte: Arquivo pessoal.

No dia 19 de setembro de 2019, o Sr. Paixão me concedeu um relato de sua trajetória de vida até o estabelecimento de sua família nuclear na região do Núcleo Industrial de Campo Grande.

Na ocasião, nos reunimos sob as folhas de grandes mangueiras, localizadas no quintal da casa do casal Dona Juliana e Sr. Antônio Jorge Pereira, que dividem os papéis sociais de liderança da comunidade juntamente com o Sr. Ribeiro. A residência do casal representa a centralidade espacial da comunidade indígena, operando como uma unidade territorial de referência étnica e centro comunitário. Como identificado na pesquisa de campo, é neste espaço relacional que ocorrem grande parte das reuniões, encontros e assembleias que subsidiarão as estratégias de luta e ação política da comunidade, além de ser o local onde se faz a retirada dos kits de cestas básicas fornecidos pelo órgão tutelar.

Percebi que tal controle promove um empoderamento político do casal. Nas visitas que fiz até a comunidade, sempre fui recebido na casa do casal. Além disso, nas reuniões que ocorreram com representantes do poder público, Dona Juliana e o Sr. Antônio sempre participaram como representantes da comunidade, ao lado de Sr. Paixão e do Sr. Ribeiro.

Figura.14: Residência do casal Sr. Antônio e Dona Juliana. maio de 2019.



Fonte: Arquivo pessoal

Tal expressão é de grande importância para as práticas de sociabilidade nas figurações Terena, como destacado por Pereira (2009, p. 102):

Nas aldeias terena, sempre há receptividade para convocações de reuniões, discussões e debates, ocasiões que se afiguram como espaços de exercício performático para os líderes. As reuniões são também ocasiões para a coletividade (grupos e facções) testarem o grau de habilidade discursiva e comportamental de seus líderes.

O Sr. Paixão, como de costume, me recebeu de maneira muito cordial e afetuosa, demonstrando um comportamento bastante condizente com a noção de *etiqueta* e *civilidade* Terena, conforme descritas por Pereira (2009), e a mesma tratativa me foi dispensada pelos demais interlocutores. Na ocasião, o ancião relatou que quando ainda era criança, ele e parte de seu grupo familiar aldeado, naturais da TI Taunay-Ipegue, foram transferidos, junto a dezenas de outras famílias Terena, naturais da região de Aquidauana e Miranda, para TI's localizados em territórios para além do Pantanal Sul-

mato-grossense. Nessa conjuntura, a família do Sr. Paixão foi enviada na década de 1930 do então sul de Mato Grosso para o Posto Indígena Araribá, localizado no município de Avaí, interior do estado de São Paulo.

Como apontado adrede por Diniz (1976), e, mais recentemente, por Pentead Junior (2020), entre 1927 e 1932, famílias terena, principalmente da aldeia Cachoeirinha, foram transferidas pelo SPI para o Posto Indígena Araribá com o objetivo principal de inserir práticas agrícolas em meio aos grupos étnicos estabelecidos naquela região, principalmente Guarani e Kaingang.

Como evidenciado anteriormente neste trabalho, uma das características dos Terena é a refinada prática agrícola. De acordo com Pinheiro (1999, p. 201), essa transferência compulsória dos Terena se tratava de “uma estratégia política do próprio SPI que procurava estimular o convívio e o casamento entre as etnias apostando numa influência Terena sobre os Kaingang”.

Tal fato foi confirmado por nosso interlocutor, afirmando os motivos da transferência de sua família:

Porque, sabe né, o chefe do posto achou que índio Guarani não fazia, não trabalhava a terra ali né. Lá era terra do índio Guarani, aí levaram o pessoal daqui da aldeia para ir pra lá. Por que o serviço nosso lá, do papai, era plantio de algodão, plantio de milho, feijão, nós fomos para lá, acho que ideia do chefe do posto, por isso que papai foi transferido para lá. Acho que foi um negócio de 20, 25 famílias, agora não me lembro mais (DELFINO, Paixão, entrevista, 2019).

Conforme o relato do Sr. Paixão, quando seu pai, Antônio Delfino, faleceu em Araribá, sua mãe manifestou o desejo de retornar para Mato Grosso do Sul, para a TI Taunay-Ipegue, a fim de voltar residir em sua antiga casa. No entanto, o Sr. Paixão ficou em Araribá por mais tempo, tendo se casado, nas suas próprias palavras, com uma “mineira” que também vivia na TI Araribá. Algum tempo depois, mais ou menos no início dos anos de 1980, o Sr. Paixão, acompanhado de sua esposa e mais cinco ou seis filhos — ele não soube definir exatamente —, se mudaram para Mato Grosso do Sul, a pedido de sua mãe, Maria Carolina Delfino.

Estabelecido novamente na TI Taunay-Ipegue, por volta dos anos de 1982, o Sr. Paixão se engajou em empreendimentos agrícolas na região de Miranda, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, trabalhando em fazendas e usinas de álcool e cana

de açúcar, integrando “turmas”⁶³ de trabalhadores indígenas, que eram recrutados por meio de “contratos”⁶⁴ estabelecidos entre os usineiros e os trabalhadores.

De acordo com o pesquisador terena Mario Ney Rodrigues Salvador (2012, p. 70), “Os contratos de equipe eram firmados nos Postos Indígenas entre representante das usinas, cabeçantes, representantes locais (Chefe de Posto e cacique) e testemunhas”.

Este fato nos foi confirmado pelo Sr. Paixão, que relembrou:

Como nós tava falando, nós ficavamos dois, três mês para fazenda depois que nós chegamos aqui, trabalhando né, por que nós trabalhávamos de contrato, chefe do posto dava trinta, quarenta, sessenta, noventa dias, então nós demorávamos né. Mas tinha tudo, não deixava aperto. Lá em Taunay tinha uns *bulicheiro* que fornecia nossa família para nós trabalha. Aí a gente pagava quando chegava de volta. (DELFINO, Paixão, entrevista, 2019).

Salvador (2012) destacou que no contexto da extrema exploração dos trabalhadores indígenas por parte dos empreiteiros — que no princípio intermediavam a captação das *turmas* e estabeleciam os contratos de trabalho entre os indígenas e as usinas — somada à desconfianças e mal entendidos gerados entre os valores produzidos e os valores pagos pelos empreiteiros aos trabalhadores indígenas, surge a figura do “cabeçante”, necessariamente um indígena pertencente ao mesmo grupo de trabalho, cuja posição social foi institucionalizada com o intuito de liderar as “turmas” de trabalhadores indígenas. Para tanto, era necessário que o “cabeçante” compreendesse certos códigos de conduta e ditames da sociedade envolvente, como saber ler e escrever, ter bom domínio das palavras em português, capacidade de articulação com agentes não indígenas, dentre outros elementos.

Sobre a institucionalização da figura do “Cabeçante”, Salvador (2012, p. 68-69) aponta que:

A substituição do empreiteiro pelo “cabeçante” demonstra uma das especificidades nas relações de trabalho indígena, ou seja, da etnicidade na construção do campo das relações de trabalho agroindustriais onde aparece (numa posição ambígua) como representante dos indígenas e da usina ao mesmo tempo. Geralmente os primeiros cabeçantes foram aqueles que já possuíam experiências na liderança de equipes de trabalho, domínio da escrita, capacidade de negociação e reconhecido como líder diante de determinado espaço.

63 “A categoria turma” é utilizada entre os indígenas para designar uma equipe de trabalho liderado por um “cabeçante” (SALVADOR, 2012, p. 68).

64 “Nestes contratos não havia restrição do trabalho para menores, fato que resultou na presença de crianças, e também mulheres, no trabalho de corte ou manejo de cana. As mulheres que acompanharam seus esposos no trabalho das usinas geralmente ficaram encarregadas das atividades domésticas no barraco. Exerciam geralmente a mesma função na Reserva, ou seja, cozinhar, lavar roupas, cuidar da casa e das crianças.” (SALVADOR, 2012, p. 70).

Podemos considerar que, no tocante ao campo das relações de trabalho dos Terena no setor agroindustrial, as condições de trabalho no interior das usinas eram altamente precarizadas. Os trabalhadores indígenas não gozavam de direitos trabalhistas, além de serem explorados economicamente pelos usineiros.

Salvador (2012), analisando contratos estabelecidos com trabalhadores rurais indígenas da TI Lalima, entre as décadas de 1980 e 1990, constatou a precariedade nas relações contratuais, ausência de registros formais por parte dos usineiros, além da coparticipação por parte do órgão tutelar na exploração dos trabalhadores indígenas.

Para o autor,

O que mais chama a atenção é o constante no art. 9º: *“Findo o prazo deste Contrato o Empregador poderá despedir o Empregado sem estar obrigado ao pagamento de qualquer indenização, nem a lhe dar aviso prévio; entretanto, caso seja dado, apenas para governo do Empregado não implicará no pagamento de indenização”*, ou seja, claramente estipulado a ausência de direitos. Além disso, os contratos não previam a assinatura das respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social, nem o seu próprio registro na Delegacia Regional do Trabalho, como requisito fundamental para sua validade, caracterizando-se, dessa forma, nos chamados “contratos de boca”. Os trabalhadores rurais indígenas constituíam um grupo extremamente à margem dos direitos trabalhistas. (SALVADOR, 2012, p. 71).

Outrossim, as condições físicas dos locais de trabalho e de natureza do trabalho eram extremamente precárias, sendo que os trabalhadores eram alojados sob barracos de lona, levantados por eles mesmos quando chegavam às usinas. Coligindo depoimentos de indígenas que trabalharam nas usinas entre as décadas de 1980 e 1990, Salvador (2012, p. 73), destacou que:

As condições de limpeza e higienização do alojamento eram muito ruins. Esses trabalhadores contam que o período de trabalho iniciava antes do clarear do dia e finalizava com o pôr do sol, era uma jornada diária longa, de trabalho intenso e sob condições climáticas críticas (às vezes sol ou frio muito intenso). Não havia equipamento de proteção individual nem água em condições adequadas de beber.

Voltando à conversa com o interlocutor, Sr. Paixão comentou que para ele o fato de permanecer longos períodos trabalhando nas fazendas e usinas de açúcar e álcool, portanto longe de seus filhos e esposa, motivou sua companheira a se envolver em um outro relacionamento conjugal, deixando os filhos do casal em Aquidauana, aos cuidados da mãe do Sr. Paixão. Nas palavras dele, “peguei noventa dia de contrato, noventa dia, quando eu cheguei, mamãe falou para mim, suas crianças tão tudo lá em casa, sua mulher foi embora” (DELFINO, Paixão, entrevista, 2019). Anos mais tarde, por volta de 1990,

Sr. Paixão, se casou novamente, com uma indígena, também Terena, natural de Taunay-Ipegue, com quem teve cinco filhos.

O Sr. Paixão, assim como muitos outros Terena que residem nas aldeias localizadas na TI Taunay-Ipegue, trabalhou na conhecida Fazenda Esperança, que foi ocupada e retomada pelos Terena no ano de 2013, após um longo processo de judicialização da identificação e redefinição dos limites da TI Taunay-Ipegue, cujos laudos e diligências técnicas, produzidos por grupo de trabalho (GT) indicado pela FUNAI apontam que a área da Fazenda Esperança incide sobre território Terena (AMADO, 2019). Conforme apontado por Amado (2019, p. 76), “Consta nos registros oficiais que em 1865, os Terena já habitavam o aldeamento de Ipegue, bem como outras aldeias que existiam ali na mesma região (como por exemplo a aldeia Naxe-Daxe onde atualmente é a Fazenda Esperança)”⁶⁵.

A partir do relato biográfico do Sr. Paixão, é possível perceber que sua vida foi itinerante. Primeiro, quando ainda era criança, quando teve que migrar com parte de sua família, tendo sido “transplantado” para uma TI de composição marcadamente multiétnica, como no caso da TI Araribá; mais tarde, pelos deslocamentos sazonais e trânsito entre aldeias, fazendas e usinas de açúcar e álcool na condição de trabalhador rural temporário.

A posterior estabilização em Campo Grande se deu por intermédio de um de seus filhos, Sr. Ronaldo, que migrou de Taunay-Ipegue à procura por emprego, tendo se instalado no Indubrasil - um distrito industrial nas proximidades do Jardim Inápolis -, e havia conseguido emprego informal naquela região da cidade. Como mencionou o Sr. Paixão, “teve uns companheiros dele aí que trouxe ele para cá, lá tem muito serviço, Indubrasil tem muito serviço, falou para ele, aí ele veio” (DELFINO, Paixão, entrevista, 2019).

Após algum tempo, seu filho conseguiu ser registrado em uma “firma”. Possivelmente, a expressão utilizada por Sr. Paixão, “firma”, estava indicando uma empresa de maior porte, tais como frigoríficos, curtumes e indústrias de beneficiamento e produção de alimentos

Estabelecido em Campo Grande, seu filho pediu que o pai viesse morar na capital para que, dessa forma, pudesse descansar, após uma vida dedicada ao trabalho nas fazendas e usinas sucroalcooleiras, atividade quase sempre braçal e pesada, como

65 Para uma análise detalhada dos processos de retomadas de terras/territórios, desencadeados pelos Terena nas últimas décadas e suas implicações etnopolíticas, ver Amado (2019).

costuma ocorrer com a grande maioria de seus patrícios, fato que propiciou o deslocamento do Sr. Paixão e de sua esposa da aldeia Lagoinha, localizada na TI Taunay-Ipegue.

Logo que chegaram na capital, “levantaram um barraco”, em uma área aos fundos do bairro Jardim Inápolis, por volta do ano de 1999, pelo que o Sr. Paixão pôde se recordar. Com o passar dos anos, seus filhos foram constituindo suas próprias famílias nucleares e se espalharam pelos bairros da capital. Alguns de seus filhos residem em núcleos urbanos informais em que predominam famílias indígenas e/ou aldeias urbanas. Uma filha do primeiro casamento reside na cidade de Ilha Bela, no litoral norte do estado de São Paulo.

Sr. Paixão lembrou que, certa vez, sua filha, que é casada com um oficial da marinha do Brasil, veio para Campo Grande a fim de levar o pai para viver junto dela. No entanto, nas palavras dele, “minha velha falou: não vou acostumar, aí não vou fazer força também de levar, aí, né, estamos só esperando a nossa vida acontecer aqui mesmo” (DELFINO, Paixão, entrevista, 2019).

Esta foi a última ocasião que pude encontrar e conversar com o ancião da comunidade indígena do Jardim Inápolis. Em dezembro de 2020, infelizmente, o senhor Paixão foi uma das centenas de milhares de vítimas da pandemia de Covid-19 no Brasil, deixando um legado importante de liderança para os indígenas.

Nascido na Aldeia Bananal, na TI Taunay-Ipegue, no ano de 1969, Antônio Jorge Pereira migrou para Campo Grande no ano de 2006, e vive na comunidade há 15 anos. Saiu de Bananal no ano de 2005 e foi viver em Terenos, município distante 30 quilômetros do centro de Campo Grande e a 18 quilômetros da Comunidade Indígena do Jardim Inápolis. Depois de algum tempo, decidiu viver com seus patrícios junto àquela comunidade.

Segundo o que relatou, o Sr. Antônio comprou de pessoas não indígenas o direito de morar na área que atualmente ocupa, pagando na época mil reais. No entanto, afirmou não possuir recibo de compra, documento de posse ou qualquer tipo de escritura sobre o terreno em que se fixou com a sua parentela. O Sr. Antônio Jorge Pereira é casado com a senhora Juliana Moreira, apenas na tradição indígena (e não no civil), sendo que o casal possui quatro filhos, sendo eles: Janaína, que reside no estado de São Paulo; Joabe, Jozabe e Jonadabe, que residem no bairro Jardim Inápolis.

Em nossas visitas para conversar com nossos interlocutores, sempre encontrava com algum dos filhos do casal, principalmente aos domingos, dia em que a família costuma se reunir para o almoço.

Segundo seu relato biográfico, gostava de viver em Bananal, pois lá havia liberdade e contato com a natureza. Mas a escassez de terras férteis, propícias ao cultivo de roças, inviabilizava a vida na aldeia. Também citou as dificuldades de renda com a mecanização das lavouras de cana de açúcar produzida nas usinas de Miranda, Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. De acordo com seu relato, esse para ele foi o principal fator motivador de sua migração, na busca por melhores condições de trabalho para o sustento da família.

Ao encontro dessa questão, Ximenes (2019, p. 107) destaca que a mecanização do processo produtivo da cana de açúcar, somada às mudanças no setor sucroalcooleiro, impactaram a oferta de emprego para os indígenas em Mato Grosso do Sul, especialmente para os Terena e Guarani-Kaiowá:

[...] a cada colheitadeira utilizada no canavial, há cerca de 80 demissões e apenas 18 contratações para operar as máquinas. Além disso, os novos postos de trabalho exigem um grau maior de escolaridade, o que muitas vezes é incompatível com a situação dos trabalhadores indígenas. Esse quadro contribui com a crise estrutural de oferta de empregos que atinge os Terena no Mato Grosso do Sul. Os trabalhadores que conseguem manter seus postos de serviço também são afetados negativamente, porque a mecanização gera novas exigências de volume produzido pelos cortadores de cana e operadores de máquinas agrícolas. O pagamento é feito por produção, logo, os trabalhadores são impelidos a cortar cada vez mais para tentar cumprir uma meta que cresce com os avanços tecnológicos.

Dessa forma, a crise estrutural na oferta de emprego aos indígenas no Mato Grosso do Sul tem levado ao conseqüente deslocamento de famílias indígenas para trabalhar em empreendimentos agroindustriais em outras regiões do Brasil, como na colheita de maçã nos estados da região sul do país⁶⁶, muitas vezes em condições degradantes permeadas por relações de superexploração e/ou análogas à escravidão (XIMENES, 2019; COUTINHO, PAULETTI, FARINA, 2018).

⁶⁶ De acordo com os dados coligidos por Coutinho, Pauletti e Farina (2018, p. 73), com base nos dados levantados pela Comissão Permanente de Investigação e fiscalização das condições de trabalho de Mato Grosso do Sul, vinculada ao Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso do Sul, na safra 2016/2017 estimou-se entre sete e oito mil trabalhadores indígenas provenientes do Mato Grosso do Sul que trabalharam na colheita de maçã na região sul do Brasil, principalmente nas serras Catarinense e Gaúcha.

Além disso, para muitas famílias terena, a crise estrutural na oferta de empregos em empreendimentos agroindústrias foi um dos elementos disparadores do processo de mobilidade para contextos ampliados de interação social.

O Sr. Antônio, quando veio para Campo Grande, foi abrigado por um sobrinho por dois meses, em uma casa de aluguel no Indubrasil, até o momento em que veio para a Comunidade do Jardim Inápolis e começou a trabalhar em um curtume de tratamento de couros.

Ele me informou que frequenta a Aldeia Bananal todos os anos, geralmente no Dia do Índio, 19 de abril, e nos finais de ano, para visitar os parentes, fazer festas, participar de banquetes, jogar futebol, pescar, caçar, coletar frutos. Nas palavras dele, “não podemos esquecer nossa origem”⁶⁷, evidenciando assim a manutenção das relações étnico tradicionais do povo Terena. Ele também acredita que a prática da língua terena contribui na manutenção da cultura e no pertencimento étnico de seu povo. Segundo ele, “Não adianta ter documento se não sabe falar o idioma” (PEREIRA, Antônio Jorge, interlocutor, entrevista, 2019).

Por fim, ele citou a importância do associativismo étnico no trato com os não índios, para que as pautas da comunidade sejam levadas às esferas do poder público, que, neste caso, se parece quase que inteiramente omissa, com exceção de cestas básicas que a comunidade recebe do órgão tutelar.

O cacique e principal liderança etnopolítica da comunidade, o Sr. Ribeiro Barbino, nascido na aldeia Cachoeirinha, município de Miranda, no ano de 1949, saiu de sua aldeia de origem pela primeira vez na década de 1960, época caracterizada por ele como “o tempo do trem”, em referência à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, para trabalhar em fazendas da região de Miranda, Anastácio e Aquidauana, por volta dos doze, treze anos de idade.

A primeira propriedade rural em que o Sr. Ribeiro trabalhou foi a Fazenda Guaicuru, produtora de gado de corte, atualmente conhecida como Fazenda Bodoquena-Guaicurus, localizada em Miranda. Sr. Ribeiro trabalhou como diarista (auxiliar de serviços gerais) por doze anos, sendo registrado como empregado até os anos de 1979.

Em 1981, o Sr. Ribeiro migrou para Terenos, para trabalhar como auxiliar de tratorista na Fazenda Santa Eliza. Contudo, permaneceu pouco tempo em razão do

⁶⁷ Informação oral obtida em 20/06/2019.

falecimento de sua mãe na Aldeia Cachoeirinha, fazendo com que ele retornasse para que pudessem, ele e sua esposa, cuidar de seu pai, o Sr. Mário Barbino.

Enquanto residia na Aldeia Cachoeirinha, segundo seus relatos, trabalhou como auxiliar de tratorista na fazenda Petrópolis, pertencente ao político Pedro Pedrossian⁶⁸, que foi governador do estado. O senhor Ribeiro, inclusive, cita que os Terena de Cachoeirinha apoiaram a candidatura de Pedrossian para o governo do estado na década de 1990.

Após desentendimentos com patrícios daquela aldeia, relativos ao ofício do cacicado, o Sr. Ribeiro saiu novamente de sua terra de origem e foi trabalhar em uma fazenda da região, a convite de um tio que intermediava a contratação de mão de obra para o corte de cana e o preparo de terra para plantio de monocultivos, organizando turmas de trabalhadores indígenas, atuando como “cabeçante”. Passados alguns anos, e com a experiência adquirida, Sr. Ribeiro passou também a atuar como cabeçante para usinas da região de Miranda, Aquidauana, Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti.

No tempo em que trabalhou como auxiliar de tratorista, aprendeu a operar a máquina e, dessa forma, foi contratado como tratorista novamente na Fazenda Bodoquena, até que seus filhos cresceram e ele viu a necessidade de voltar para a cidade de Miranda, para que os mesmos pudessem estudar. Nos idos de 1992, alugou uma casa naquela cidade. Todavia, a necessidade de emprego remunerado fez com que o Sr. Ribeiro voltasse à lida no campo, mas, dessa vez, como funcionário de uma usina sucroalcooleira no município de Maracaju.

Foi em uma dessas temporadas de trabalho que ele teve sua mais dolorosa perda, quando em 1994 sua esposa, Leonora, faleceu, deixando-o desconsolado, de modo que ele permaneceu como uma espécie de “errante” na região, até que alguns patrícios da Aldeia Aldeinha, no município de Anastácio, o acolheram naquela comunidade. Em 1997, o senhor Ribeiro foi eleito cacique da Aldeinha, onde permaneceu à frente da liderança por seis anos, até 2003⁶⁹.

⁶⁸ “Pedro Pedrossian foi governador de Mato Grosso no período de 1966 a 1971, antes que o estado fosse dividido. Eleito senador em 1978, renunciou ao mandato em 1980 para assumir o cargo de governador nomeado do estado de Mato Grosso do Sul em 7 de novembro daquele ano. Em 15 de março de 1991 assumiu novamente o cargo de governador sul-mato-grossense — eleito em pleito direto ocorrido em 1990. Permaneceu no posto até 1º de janeiro de 1995.” (ZURUTUZA; SANTOS, 2017) CAMPO GRANDE NEWS. *Governador por três vezes, Pedro Pedrossian morre em casa aos 89 anos*. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/governador-por-tres-vezes-pedro-pedrossian-morre-em-casa-aos-89-anos>> Acesso em 21 jul. 2019

⁶⁹ Informação oral obtida em 20/06/2019.

A vinda para Campo Grande deu-se por intermédio de uma de suas filhas, que já vivia na cidade. Logo no início de sua chegada, conheceu o Sr. Antônio Jorge Pereira e, no ano de 2008, se estabeleceu na comunidade do Jardim Inápolis, trazendo alguns de seus filhos para viverem junto dele.

No ano de 2012, o Sr. Ribeiro foi eleito cacique daquela comunidade e reeleito após quatro anos de mandato, em 2017. Parte de seus filhos vive com ele no mesmo terreno, em casas (“barracos” como o próprio Ribeiro denomina) contíguas, sendo eles: Rodolfo (35), trabalhador informal; Evandro (33), funcionário de uma empresa do setor agroindustrial que atua no beneficiamento de couros; Evanilda (30), dona de casa, e dois netos, os quais Sr. Ribeiro cria como filhos. Uma filha de Ribeiro vive em outra comunidade indígena na periferia da cidade, o Assentamento Estrela da manhã, localizado no Jardim Noroeste, e o seu filho mais velho vive na cidade de Anastácio, na Aldeinha, onde é pastor em uma igreja evangélica. Segundo informado, o Sr. Ribeiro sempre abriga patrícios de aldeia em sua casa. Antigamente, segundo ele, ia toda semana para Aldeinha, porém, hoje em dia, com o encarecimento do custo de vida, as visitas dão-se uma ou duas vezes por ano, geralmente durante as festividades do Dia do Índio e nos finais de ano.

O senhor Ribeiro mencionou ainda a necessidade de regularização fundiária da comunidade urbana, uma vez que nenhum habitante possui documento de posse ou propriedade. Segundo ele, há a preocupação com a garantia de moradia para as gerações futuras em relação às políticas de habitação para as famílias indígenas em Campo Grande. Não tendo nenhum documento de registro imobiliário, há a preocupação com a garantia do direito de morar, visto que, como aludido mais acima, tem habitante que comprou o “direito de morar”, mas não possui nenhum documento, o que pode se configurar como venda ilegal de área pública.

A partir da história oral dessas lideranças familiares, ficou evidente um forte protagonismo deles na articulação de suas parentelas. Tais relações não estão firmemente assentadas apenas dentre as parentelas consanguíneas, e das alianças que fazem nesta ocupação urbana, mas também com parentes e afins que residem em outras ocupações indígenas na cidade, em bairros periféricos e com as aldeias rurais como Bananal, Cachoeirinha, Limão Verde, Aldeinha, dentre outras. Logo, a meu ver, essas relações de alianças, de consanguinidade e afinidade estão impressas tanto no espaço das parentelas, (filhos e netos desses moradores), como também nas relações de reciprocidade e afinidade com os moradores de seus territórios de origem, ou mesmo, dos de seus ancestrais, através

da mobilidade sazonal que essas famílias exercem entre as aldeias nas TI's e na aldeia urbana.

Assim, os Terena expressam o ideal de morar junto aos parentes consangüíneos, o que sempre se empenham em realizar, e, se não é possível viver junto com todos eles, é preciso que, pelo menos, alguns deles façam parte do círculo de pessoas com as quais se convive no cotidiano. A pessoa considerada parente é aquela com a qual se possui um laço de consangüinidade ou afinidade reciprocamente identificável e reconhecido socialmente. Quanto mais próximo esse laço, mais esse sentimento tenderá a estar presente. (PEREIRA, 2009, p. 48).

Visivelmente, há três grupos familiares na comunidade que estabelecem suas residências em um determinado setor, onde o foco aglutinador são as parentelas, centradas na figura de um chefe, pai ou (com a morte deste) do irmão mais velho. As casas destes grupos familiares, em geral, localizam-se próximas umas das outras, e seus lotes são adjacentes, havendo cooperação econômica, partilha de alimentos, prevalecendo os princípios da reciprocidade entre as habitações, constituindo, assim, uma unidade de produção real, sendo que o apoio mútuo, inclusive político, é a regra de integração social entre grupos de parentes.

Figura.15: Terreno da residência do casal Sr. Antônio e Dona Juliana. Maio, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal.

Assim, acreditamos que as antigas estruturas sociais terena e a relação dos *troncos*⁷⁰ uns com os outros foram ressignificadas, porém mantidas, em diversos aspectos, em contexto urbano. Na Comunidade Indígena do Jardim Inápolis, o espaço é territorializado não em famílias nucleares, mas em famílias extensas. Da mesma forma como acontece nas aldeias de origem, nas Reservas no interior do estado, diversos grupos ou parentelas exercem entre si relações de ordem múltiplas, de trocas, de matrimônios, de disputas, etc. Desta forma “mesmo morando na cidade, os indígenas podem manter vivos seus valores culturais e identitários, dependendo do modo como se organizam e se inserem na vida social” (RODRIGUES, 2009, p. 67).

Figura.16: Residência do Sr. Naílio, pai de Dona Juliana, maio de 2019.



Fonte: Arquivo pessoal.

Tanto em um caso como no outro, tais estratégias se apresentam, dentre outras coisas, como uma forma de resistir e de (re)existir, se relacionando dentro de uma sociedade mais ampla, que é discriminatória, profundamente desigual e eivada de contradições. Nesse sentido, Santos (2009) nos fornece uma contribuição frutífera a

⁷⁰ “Esses troncos sociologicamente se apresentam enquanto parentelas compostas pelo reconhecimento de laços parentais bilaterais e por um número restrito de não-parentes aliados, articulados em torno da figura de anciões, reconhecidos como troncos velhos”. O sistema de representação dos troncos é o nascedouro dos líderes políticos de maior expressão, que constroem redes de relações de interdependência entre um número restrito e variável de troncos, formando redes, denominadas atualmente de aldeias.” (PEREIRA, 2009, p. 97).

respeito dos processos territorialização e fortalecimento da identidade étnica de coletivos indígenas espalhados pelas periferias de Manaus⁷¹, com os quais podemos estabelecer um paralelo com o caso dos Terena.

De acordo com o autor,

Essas territorialidades se manifestam sempre como um contraponto ao *status quo* da política administrativa, da economia hegemônica e às políticas públicas, ao mesmo tempo em que se apropriam do caráter dialógico na relação com os aparelhos de governo, com as agências, os movimentos e as instituições sociais, funcionando sempre como uma “rede de organizações” (SANTOS, 2009, p. 48).

Desta feita, podemos considerar que o contexto observado em Santos (2009) é semelhante aos Terena do Jardim Inápolis, em que as unidades de ação social dos sujeitos étnicos são forjadas por práticas de sociabilidades próprias das figurações sociais terena, produzindo assim território étnico como resposta à estigmatização, caracterizando-se como uma espécie de “território rebelde” (MOTA, 2015), em que afloram práticas cotidianas de resistência, tensionando o poder público quando direciona às instituições públicas suas demandas, principalmente no que tange às questões voltadas à saúde, educação escolar básica e moradia.

Coaduna dessa perspectiva a pesquisa desenvolvida por Rodrigues (2009), sobre uma comunidade do povo Tikuna, que há algumas décadas se estabeleceu na periferia de Manaus, mais precisamente no bairro Cidade de Deus. Nas entrevistas realizadas com moradores da referida comunidade, o autor identificou que para esses Tikuna:

[...] estar junto com outros que viveram no mesmo lugar de origem e que praticam a língua materna e sofrem os mesmos estigmas constitui um fator básico para o estabelecimento de laços profundos de solidariedade, mesmo se pertencerem a clãs ou “nações” diferentes. São eles que asseguram os elementos para que o espaço social construído pela comunidade seja um território seguro para as atividades cotidianas, para ensaiar os cantos dos clãs ou simplesmente para estar entre os seus. (RODRIGUES, 2009, p. 76).

Na Comunidade Indígena do Jardim Inápolis, predominam coalizões a fim de garantir a manutenção de redes de parentesco, de cooperação de parentes em situações de não parentesco, de afinidades e amizades que vão sendo tecidas desde as aldeias rurais até espaços ampliados de interação social no meio urbano, em que prevalecem interesses

⁷¹ “Os lugares em que os indígenas estão organizados em comunidades e associação são vários. Bairros como Redenção, Compensa, Alvorada, Val Paraíso, Cidade de Deus, Cidade Nova, Santa Etelvina, Lagoa Azul II, Parque Dez, Japiim, João Paulo II, Estrada do Brasileirinho (km 8), rodovia br-174 (km 4, bairro São João), rodovia am-010 (Km 25, Vila Bom Jesus e ramal Bons Amigos), são lugares de certo ‘reordenamento’ de territorialidades específicas, resultante de um novo processo social de territorialização que redesenha etnicamente a cidade de Manaus”. (SANTOS, 2009, p. 51).

comuns na garantia de defesa de um patrimônio material e imaterial. Eric Wolf (2011 [1966]) destaca as funções e formas do parentesco em comunidades corporativas, onde operam relações com parentes e não parentes, funções persistentes da família, amizades e suas formas de interação. Assim, notamos uma semelhança no padrão de relações que este autor registrou com o que foi observado entre os Terena do Jardim Inápolis.

Figura.17: Passagem interna que leva à casa do casal Sr. Antônio e Dona Juliana. À frente, Sr. Antônio, Sr. Ribeiro e Sr. Paixão Delfino, maio de 2019



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

O assentamento urbano informal encrustado nesse bairro é claramente interpretado pelos moradores como um território indígena, e é bastante carente em termos de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Não existe ali, por exemplo, rede coletora de esgoto, e as instalações elétricas e hidráulicas são improvisadas. Todavia, o lugar habitado possui uma organização espacial própria pensada pelos indígenas, contendo alguns becos e passagens bem definidos e, ali, os parentes de cada família vivem em residências próximas, compartilhando um espaço contíguo, de modo semelhante ao que fazem no interior das TI's.

Figura.18: Moradia na Comunidade Indígena do Jardim Inápolis, maio de 2019.



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

No que concerne às políticas públicas para os povos indígenas no espaço urbano, de maneira geral, essas famílias encontram-se à margem das ações governamentais, algumas submetidas às condições degradantes de subempregos e recebendo pouca ou nenhuma assistência das instituições públicas das áreas de saúde, educação, segurança, trabalho, geração de renda e moradia.

3.2. MULTIPLAS DIMENSÕES DA MORADIA ENTRE OS TERENA DO JARDIM INÁPOLIS

No início da pesquisa de campo, no ano de 2019, participei de uma reunião realizada na Comunidade Indígena Paravá, localizada no bairro Vila Romana, nas proximidades do Jardim Inápolis, a convite de Ivan, sobrinho de Ribeiro Barbino. Na época, Ivan era o titular representante da Coordenadoria de Defesa das Populações e Comunidade Indígenas de Campo Grande, órgão vinculado à Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos da Prefeitura Municipal (SDHU).

Logo no primeiro contato com as lideranças indígenas, a questão a respeito do processo de regularização fundiária e loteamento de assentamentos indígenas urbanos esteve na pauta de discussão. Naquela oportunidade, os caciques e demais lideranças familiares demonstravam em suas falas certo descontentamento com as autoridades

públicas, uma vez que as promessas de regularização já se estendiam por décadas. Desse modo, percebi que a regularização fundiária assumia uma notabilidade considerável nos processos de assentamento de unidades familiares e a consequente constituição de comunidades étnicas.

No que tange aos processos de regularização fundiária urbana no Brasil, Granja e Magalhães (2021, p. 4) fazem uma crítica ao conceito de regularização fundiária comumente relacionado a um certo ideal de “missão civilizatória”. De acordo com os autores, nessa perspectiva:

[...] a regularização é interpretada como um instrumento capaz de fazer com que os assentamentos de baixa renda, que boa parte da literatura especializada classifica como “informais”, funcionem de acordo com as regras da dita cidade formal ou “do asfalto”. Tal abordagem não percebe as potencialidades dessas áreas, suas características próprias e sua estrutura peculiar, que podem ser também virtudes, e não meras ausências.

Nesse sentido, buscamos investigar mais sobre as dimensões que a habitação e a moradia assumem para alguns dos moradores com os quais tivemos oportunidades de conversar e interagir durante o trabalho de campo.

O Sr. Nálio, hoje com 72 anos, é pai de Dona Juliana e sogro do Sr. Antônio. É um dos primeiros moradores da área onde hoje se concentra a comunidade aqui estudada, tendo se estabelecido na região junto de sua companheira em meados dos anos 2000. Somente anos mais tarde, sua filha e o marido se estabeleceriam ali em terreno contíguo à sua residência. Em uma de minhas incursões de campo junto à comunidade, conversei com o Sr. Nálio sobre aquilo que se convencionou chamar “a questão da moradia”, ou, como prefiro dizer, a luta pela continuidade e ampliação de regularização fundiária e loteamento das comunidades indígenas urbanas ainda não contempladas por programas de habitação popular. Procedi a conversa perguntando a ele como se deu processo de chegada e estabilização de famílias indígenas na região do núcleo industrial de Campo Grande.

Desse modo, o interlocutor informou:

Quando a gente chegou aqui, a gente não sabia a situação dos terrenos, então a gente via aqui os terrenos abandonados, largados, cheio de mato, então, como a gente veio para a cidade, saímos lá das aldeias, por que lá é uma grande dificuldade para gente viver na aldeia, por que é tudo longe e não temos recurso, aí viemos para cá. Quando chegamos aqui nós vimos a terra aí. Aí um fez um ranchinho, outro fez outro ranchinho, outro ali e tal. Aí passou mais ou menos uns vinte e poucos anos não apareceu dono, nunca veio dono aqui, nunca veio ninguém para falar “Ô essa terra aqui é meu, esse terreno aqui é meu, tá aqui a

escritura, você se sai daqui”. Não, foi deixando. Aí pessoal foi construindo, foi chegando mais, e os parente, os amigos, foi chegando, foi construindo. (NAÍLIO, Interlocutor, entrevista, 2021).

Pelo relato de Sr. Naílio, é possível depreender que as famílias tinham certo desconhecimento sobre a situação fundiária dos terrenos. Contudo, em virtude das condições em que se encontravam várias porções desses espaços, “com o colônio batendo assim aqui ô, na cintura”, como ele próprio ressaltou, as famílias entenderam que eram terrenos desocupados, sem uso. Acredito que as famílias deduziam que esses terrenos pertenciam à algum proprietário, fosse esse a prefeitura e/ou um dono particular. No entanto, minha hipótese é a de que os grupos familiares pioneiros se valeram do não aproveitamento da área para constituírem ali uma ocupação indígena, como já estavam fazendo alguns de seus patrícios em outras regiões periféricas da cidade, conforme destacado anteriormente neste trabalho.

Dessa maneira, foram se arranchando em pequenos grupos familiares, cada qual com sua rede de relações entre os troncos familiares assentados nas aldeias no interior das TI's, de modo que esses ranchos (pequenas posses de terras com habitações ao entorno), funcionavam como espaços complementares entre as aldeias localizadas nas Reservas e os assentamentos urbanos informais da cidade. Tal fato fica evidente, uma vez que muitos moradores que ali residem mantinham (alguns ainda mantêm) seus terrenos e casas em suas aldeias de origem. Este é o exemplo do casal Sr. Antônio e Dona Juliana, que conservam seus terrenos e sua casa na TI Taunay-Ipegue, em Aquidauana.

Em uma conversa com Dona Juliana, ela confirmou que há alguns anos o casal chegou a ter uma pequena produção agrícola em seu terreno na aldeia Lagoinha, mas que as dificuldades para se manter o cultivo contínuo, inviabilizadas pelo distanciamento físico entre a capital e a aldeia na TI, impediram que a pequena roça continuasse em atividade.

Voltando à conversa com o Sr. Naílio, ele mencionou que muitos anos após o assentamento de pelo menos uma centena de famílias indígenas e a construção de vários “barracos” naquela porção do Jardim Inápolis, os moradores foram assediados por sujeitos que se intitulavam “donos” da área em que as unidades familiares estavam assentadas. No entanto, estes indivíduos, de acordo com seu relato, não apresentaram nenhum documento que pudesse comprovar a posse regularizada sobre o terreno em questão.

O Sr. Naílho lembrou que, certa vez, houve um episódio em que foi utilizada uma pá carregadeira para intimidar as famílias, na intenção de promover a expulsão das unidades familiares e a destruição das moradias.

Eu não lembro o ano que veio aqui, pessoal falou que era dono e tal, mas não comprovou nada, não mostrou documento, nada. Só falou que era dono e nós tínhamos que sair. Mas, sair como? Olha a situação que tá aqui hoje, tem não sei quantas casas, mais de cem casa aqui, os barracos né. Então nós moramos aqui com esperança de que o governo, o prefeito, olhasse por nós. Viemos trazer nossos filhos para estudar, para ser alguma coisa na vida, por que escola lá [na Reserva] é difícil, e é muito longe da cidade, não tem condição. Então nós resolvemos vim de tudo para cá, com mulher, filho. Então, vai jogar nós fora daqui como? Vai para onde? Nós vamos para onde? Para voltar, nós não temos condição de voltar. (NAÍLIO, interlocutor, entrevista, 2021).

A conversa com o Sr. Naílho é reveladora de múltiplos aspectos ligados aos elementos disparadores do processo de mobilidade, como a busca por educação escolar básica para os filhos e ampliação das possibilidades de emprego assalariado. De acordo com o seu relato, os primeiros grupos familiares se estabeleceram naquela porção do bairro há mais de vinte anos.

Analisando o crescimento dos processos de informalidade urbana no Brasil, Fernandes (2007) chama à atenção para o papel da lógica socioeconômica e político-jurídica. Assim, para o autor:

Os assentamentos informais – e a conseqüente falta de segurança da posse, vulnerabilidade política e baixa qualidade de vida dos seus ocupantes que lhes são características – resultam não somente do padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento e gestão das áreas urbanas, mas também da natureza da ordem jurídica em vigor. Ao longo do processo de urbanização intensiva, mercados de terras especulativos, sistemas políticos clientelistas e regimes jurídicos elitistas não têm oferecido condições suficientes, adequadas e acessíveis à terra urbana e à moradia, para os grupos sociais mais pobres, assim provocando a ocupação irregular e inadequada do meio ambiente urbano. (p. 20).

A partir dos depoimentos de várias lideranças familiares produzidos ao longo do trabalho de campo, pude considerar que a comunidade se insere no mesmo processo de formação de outros assentamentos e comunidades indígenas em Campo Grande, à exemplo das aldeias urbanas Marçal de Souza e Água Bonita, e mais recentemente dos assentamentos Estrela da Manhã, Novo Dia, Paravá, dentre outros. Os elementos disparadores do processo de mobilidade são resultados principalmente da precarização territorial compulsória no interior das Terras Indígenas, levada a cabo a partir de ações colonialistas que impactaram seu modo de vida, “comprometendo a sua autonomia e

forçando a coletividade a modificar sua organização social, seus costumes, sua territorialidade e sua relação com a natureza” (MAURO, 2021, p. 157).

Nas primeiras visitas junto à comunidade do Jardim Inápolis, percebi que muitas unidades familiares possuíam terrenos com quintais constituídos por espécies frutíferas como mangueiras, bananeiras e em alguns casos pequenos galinheiros e indícios de criação de animais. Tal fato pode ser um sinal de preocupação por parte dos troncos familiares com a segurança alimentar. Pereira (2009, p. 54) defende que o estabelecimento de roças nos terrenos onde se localizam as unidades familiares (identificadas pela categoria “troncos familiares”) está consubstanciado à forma de territorialização por eles concebida como tradicional.

Cada tronco ocupava com exclusividade uma determinada região, onde praticava uma agricultura bem desenvolvida, com a utilização intensiva de pequenas porções de terra. O espaço onde estavam fixadas as residências das famílias e as roças de determinado tronco era de ocupação permanente e exclusiva de seus integrantes. (PEREIRA, 2009, p. 54).

A partir dos dados produzidos na pesquisa *in loco*, identifiquei que tais estruturas permanecem em operação na comunidade do Jardim Inápolis.

Partindo da descrição de elementos ligados à apropriação e à resignificação do espaço urbano por parte das famílias — traduzido principalmente a partir do plantio de árvores frutíferas, como acerola, banana e limão, e do cultivo de espécies agrícolas como abobora, mandioca e feijão de corda, logo na chegada das primeiras levas familiares — o Sr. Naílho aponta algumas características do processo de (re)territorialização dessas famílias.

Então, essas árvores que você tá vendo aqui foram plantadas pelos índios, porque aqui era campo, era campo de criação de gado, só pasto aqui, colônião. Então quando os índios chegaram, começaram a plantar árvores frutíferas aqui né, que essas árvores aqui não são do campo, elas são plantadas né, manga, acerola, jaca, tinha laranja aqui, tinha limão, algumas casas têm limão, laranja, tem banana. Então são árvores que dão fruta. Manga, mamão, então essas árvores foram plantadas. Se vê quantos anos, olha o tamanho dessas árvores, elas vão dando fruta para nós, para nossos filhos, e foram plantadas pelos recém-chegados. Os moradores que chegou já foi plantando, porque o índio ele faz isso, ele chega e já planta, planta alguma coisa. (NAÍLIO, Interlocutor, entrevista, 2021).

Nesse sentido, nosso interlocutor chama à atenção para a dimensão étnica da apropriação territorial para os Terena, a exemplo das práticas agrícolas realizadas nos terrenos das residências. Para Pereira (2009, p.54), tal característica entre os Terena “faz

com que considerem que seguem praticando o mesmo modelo geral de organização social e territorialidade de seus antepassados, é claro que com as inevitáveis concessões e adaptações às condições históricas atuais”. Assim, acredito que este é um elemento importante das figurações sociais dos Terena, adaptadas a um novo espaço social.

Figura.19: Pé de Jaca, localizado no terreno da casa de Sr. Nalio e do casal Sr. Antônio e Dona Juliana.



Fonte: Arquivo pessoal.

Sousa (2009, p. 71) mais uma vez fornece contribuição importante para o entendimento dos processos de formação de comunidades étnicas em contextos ampliados de interação social. Com base em sua pesquisa junto aos Sateré-Mawé da comunidade Y’apyrehyt, na periferia de Manaus, o autor pontua que:

[...] a formação da comunidade étnica implica a elaboração dos aspectos afetivos ligados à tradição dos agentes étnicos, que, no processo de constituição de unidade organizacional, sistematizam a memorização da vida dos parentes próximos, de ancestralidade, dos elementos culturais, atribuindo-lhes uma finalidade, dando um teor teleológico às suas ações sociais.

Além disso, possuir terrenos com extensões maiores contribui para a reprodução de reuniões, encontros e festas. Nesse sentido, pode-se considerar que tais unidades

territoriais operam também como espaços relacionais entre as unidades familiares, isto é, entre os troncos familiares. É muito comum, por exemplo, encontrar esses sujeitos étnicos reunidos em duplas ou grupos tomando mate quente (chimarrão) ou gelado (tereré).

De acordo com Pereira (2009, p. 95), a centralidade exercida pelas expressões comportamentais como referências para as práticas de sociabilidade nas figurações sociais entre os Terena está vinculada à estabilidade das redes de alianças e coalizões estabelecidas entre os troncos familiares.

Pode-se dizer que não encontramos nas figurações sociais terena a valorização da pessoa em si, própria ao individualismo da sociedade ocidental; seu valor depende do lastro de suas relações, daí o empenho individual em cultivar, manter e, se for possível, ampliar a rede de relações que pode ser em cada momento acionada (PEREIRA, 2009, 95).

Voltando à nossa conversa com o Sr. Naílio, quando inquirido sobre a razão dos indígenas constituírem seus locais de moradia em terrenos grandes, o mesmo afirmou: “É devido, por exemplo, por conta da criação das crianças, evento que muitas vezes a gente faz, uma festinha né, porque o índio ele gosta de se juntar né, conversar, fazer alguma coisa, aí tem o terreno” (NAÍLIO, Interlocutor, entrevista, setembro, 2021).

Para Pereira (2009, p. 55), “Essa distribuição também facilita a convivência social cotidiana, pois, como vimos, no tronco convivem pessoas que se consideram relacionadas por laços de parentesco próximos, baseados na consanguinidade ou afinidade”.

Percebe-se, nesse caso, a manutenção de práticas tradicionais de organização socioespacial e relações de parentesco típicas das figurações sociais terena, como a constituição de moradias que guardam proximidade, além de redes de alianças e sociabilidades estabelecidas entre as unidades familiares. Exemplo disso é a aliança estabelecida entre os integrantes das famílias do Sr. Antônio e da Dona Juliana, do Sr. Ribeiro, do Sr. Paixão e do Sr. Pedro Santana. Nas reuniões e encontros que tive a oportunidade de participar, identifiquei que essas unidades familiares mantinham uma correlação mais efetiva entre si do que com outras famílias assentadas na comunidade.

Além disso, inferi a emergência de um processo de territorialização fortalecido por ressignificações culturais que operam como marcadores da identidade étnica em contraste com a sociedade envolvente. Outrossim, na comunidade é perceptível a prevalência do sentido comunal e de solidariedade entre os troncos familiares, que se estende também à dinâmica territorial.

Neste aspecto, o Sr. Naílio destaca:

Aqui esse terreno aqui, já tá ficando pequeno, porque esse terreno tudo ia até lá assim, aí foi doando né, fulano entrou, outro entrou. Aí aqui dividiu duas casas, tem essa casa aqui, tem a minha ali, entende. Então já são duas casas. Já tão querendo fazer outra casinha aqui, então já tá ficando pequeno, mas o pensamento do índio é esse, planta, planta uma mandioca, planta uma árvore, uma fruta, criar algum animal. É que agora tá proibido criar, mas a gente tinha galinha aqui, a gente criava galinha, aí botava ovo, alimentava nossas crianças. Então o pensamento nosso é esse. (NAÍLIO, Interlocutor, setembro, 2021).

Nesse ponto, o Sr. Naílio aproveita o gancho fornecido pela questão das práticas agrícolas entre os Terena e menciona que, durante o ano de 2020, houve algumas iniciativas por parte de grupos familiares para que a prefeitura disponibilizasse alguma área nas imediações da comunidade para a produção de uma horta comunitária, a fim de produzir alimentos para os moradores. De acordo com o seu relato, caso houvesse produção excedente, esta poderia ser comercializada entre os moradores não indígenas do bairro e o lucro proveniente da venda dos legumes e verduras seria revertido para compra de insumos, sementes e ferramentas.

Ano passado nós estávamos lutando para ver se conseguia um pedaço de terra aqui para nós plantar, fazer uma horta. Horta comunitária né, para todo mundo, aí junta um grupo, para esse grupo plantar e aí a gente dividia né. Assim, “quem quer um tomate, uma alface, tal”, e o que sobrasse a gente vendia para comprar mais sementes, para comprar o esterco né, comprar as coisas que precisasse. Porque precisa de um carrinho, enxada, uma pá, um enxadão, precisa né (NAÍLIO, Interlocutor, setembro de 2021).

Haesbaert (2012) faz uma análise referente à noção de território primeiramente apontando a polissemia do termo — havendo, portanto, múltiplos significados — referente à constelação de conceitos e aplicações teórico-metodológicas que esta categoria de análise possui⁷². Para o autor, a concepção de território e identidade territorial traduz elementos culturais que irão fazer parte da construção da identidade territorial dos grupos sociais. Assim, os aspectos territoriais abarcam tanto uma dimensão de poder/apropriação concreta, por meio da relação político-econômica com o território, como uma dimensão simbólica, projetada através da construção de uma identidade sob determinado território.

Sobre a ótica da perspectiva idealista, bastante presente quando se pensam os territórios indígenas, uma vez que muitas sociedades e/ou etnias indígenas constroem seus

⁷² “É necessário esclarecer que as categorias território, territorialidade, territorialização e desterritorialização, assim como suas demais derivadas, são antes de tudo, categorias analíticas criadas pelas ciências sociais para instrumentalizar o estudo das relações da humanidade com o espaço” (CAVALCANTE, 2013, p. 31).

territórios tanto ou mais em bases simbólicas do que propriamente fundadas em bases materiais⁷³, o autor considera que:

O pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da “ideologia geográfica” (HAESBAERT, 2012, p.71).

Sobre os processos de desterritorialização e (re)territorialização a que os grupos humanos são submetidos, concordamos com a seguinte afirmação de Haesbaert (2012, p. 92):

A cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo meso espaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas [...] A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção da sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade.

Seguindo essa perspectiva, identificamos que entre os Terena do Jardim Inápolis a territorialidade incorpora uma multiplicidade de dimensões. Essa multiplicidade é marcada por um processo de multiterritorialialidade (HAESBAERT, 2012, 2015), que se traduz em uma perspectiva territorial econômica, consubstanciada ao processo de precarização territorial imanente na situação de Reserva que, na maioria das vezes, é o elemento disparador de deslocamento e inserção no espaço urbano. De igual modo, é necessário considerar a dimensão étnica materializada nos processos de ressignificação de um espaço marcado pela precarização socioespacial.

Por fim, percebemos a permanência de uma dimensão sócio-política compreendida na esfera das alianças e coalizões mediadas pelo princípio de interação entre os sujeitos étnicos que integram as unidades familiares. Certamente, essas redes de parentesco e afinidades entre os distintos troncos familiares foram tecidas desde as aldeias de origem. Tais alianças operam dessa forma como um fator conjuntivo para o

⁷³ “Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz uso de fronteiras territoriais para se fortalecer) [...] Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social” (HAESBAERT, 1999, p.171-172).

assentamento (ou não, no caso de desavenças) dessas unidades familiares em Campo Grande.

A respeito da regularização fundiária dos lotes em que se encontram os terrenos, o Sr. Naílho revelou preocupação com a posse definitiva. De acordo com seu relato, esse processo vem se arrastando há várias décadas, sendo que muitas autoridades governamentais e candidatos à cargos públicos prometem uma solução para a questão há um bom tempo. No entanto, nenhuma ação definitiva de loteamento e regularização da área foi realizada, de forma a garantir segurança jurídica para as famílias que ali residem.

No ano de 2012, o jornal Midiamax fez uma reportagem destacando a luta da comunidade para a regularização fundiária e a promoção de políticas de habitação popular para as famílias indígenas do Núcleo Industrial e região. De acordo com a matéria jornalística, datada de 07 de abril de 2012, lideranças da comunidade, dentre elas o Sr. Antônio e o Sr. Paixão, se reuniram para elaborar um documento solicitando junto à prefeitura e ao governo do estado a promoção de políticas de habitação popular para cerca de 130 famílias. O intuito da reunião era pressionar o poder público para a criação da quinta aldeia urbana de Campo Grande. Na prática, o documento de regularização fundiária, emitido a partir da declaração do espaço habitado pela comunidade como uma aldeia urbana, implica em uma ampliação das possibilidades de captação de recursos e benefícios para a comunidade, como a construção de centros comunitários e culturais, além de espaços de comercialização de artesanatos e de produção agrícola.

Documentos apresentados pelos índios durante a reunião, comprovaram que já em 17 de abril de 2008 a comunidade do bairro Indubrasil e região, solicitava a criação de uma aldeia urbana. Os líderes indígenas Arildo Soares e Antônio Jorge Pereira – o Xindú, informaram que o governo declarou que havia um projeto para construção dessa Aldeia, contudo, nunca conseguiram saber ao certo em que secretaria isso está. “Falamos com o Paulo Mattos, da Emha (Agência Municipal de Habitação) e ele nos disse que lá não tinha projeto nenhum e que como esse ano é de eleição, não iríamos conseguir mesmo”, explicou Arildo (MIDIAMAX, 2012, n. p.).

Na mesma reportagem foi destacada a fala de Sr. Paixão, reconhecido como o morador mais antigo da comunidade, em que este desabafa sobre a precariedade socioespacial e a carência de serviços públicos para as famílias:

O morador mais antigo da comunidade, Paixão Delfino, 78, afirmou que hoje as pessoas vivem espremidas em um local sem acesso a saúde, educação para as crianças e até mesmo atendimento médico. “Esperamos que o nosso prefeito e governador olhem pela gente, porque estamos batalhando por melhores condições de vida desde 2008”, declarou. (MIDIAMAX, 2012, n.p.).

Foram consignadas também as falas de um grupo de mulheres a respeito das dificuldades encontradas em arcar com as despesas relativas à água, luz e aluguel, e em relação ao acesso à educação escolar básica para os filhos e a serviços de atendimento à saúde.

Para Iracema Sese, a maior dificuldade hoje é a moradia, porque como a maioria dos índios vem das aldeias e não tem para onde ir, precisa arcar com contas de água, luz, aluguel e “o dinheiro é pouco”. Durante a conversa, um grupo de mulheres fez questão de ressaltar que creche e escola são a segunda necessidade, porque como tudo é distante e de difícil acesso, suas crianças acabam perdendo o ano escolar. Além disso, outro problema apontado foi o serviço de saúde. “O posto de saúde mais próximo é o do Indubrasil, mas a gente vai lá e não tem pediatra, nem ginecologista. Temos que perder um dia de serviço para marcar uma consulta e outro para sermos atendidos em um posto mais distante ainda”, afirmou Iracema. (MIDIAMAX, 2012, n.p.).

Como identificado no decorrer da pesquisa, até os dias atuais, o projeto de regularização fundiária e loteamento da comunidade não se concretizou. Passados quase dez anos da reportagem supramencionada, as famílias continuam enfrentando as mesmas dificuldades de acesso a serviços básicos, o que leva esses sujeitos étnicos a adotarem práticas de resistência cotidianas.

O Sr. Nálío, segundo relato, avalia que morar em residência regularizada contribui não apenas para a segurança fundiária dos habitantes dos terrenos, mas também na perspectiva da captação de recursos para a comunidade, viabilização de convênios com agentes e esferas do poder público e da sociedade civil, como o ingresso dos filhos em cursos profissionalizantes. Além disso, na visão desse interlocutor, a regularização fundiária favorece o acesso a serviços e bens de consumo.

Então eu penso assim, se o governo, as autoridades, viesse e falasse assim: “nós vamos organizar isso aqui, isso aqui vai passar a ser do governo e nós vamos dar posse a vocês, então vamos dar um documento para vocês”. Então isso também que nós esperamos, que viesse aqui organizasse as ruas, ter o nome das ruas tudo, né...porque aí você fica mais tranquilo, mais em paz né, você pode dizer assim: “eu tenho um endereço, meu endereço é esse”, né. Esse pedacinho de terra aqui é meu, eu consegui, tá aqui no documento. Então é muito importante para nós. Aqui para você, por exemplo, fazer um financiamento, você ir lá no banco comprar alguma coisa, o que você vai dar em troca desse dinheiro? Desse financiamento? Uma casa, um terreno, um carro, o que você vai dá? Então, tem que apresentar um documento né, comprovante de residência né. (NALÍLIO, interlocutor, entrevista, setembro de 2021).

Confirmei, através da solicitação de informações encaminhada junto à AMHASF, que não há até o momento nenhum projeto de regularização fundiária previsto para a

comunidade, embora haja obrigatoriedade prevista em lei para que os poderes públicos, no âmbito de suas competências, promovam a regularização de assentamentos urbanos informais. O município é responsável por promover a regularização dos núcleos urbanos informais consolidados⁷⁴ existentes na cidade destinados à incorporação dos referidos assentamentos ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, conforme determina a Lei Federal nº 13.465⁷⁵, de julho de 2017.

No entanto, foi realizado pela referida agência o levantamento preliminar das condições socioespaciais da comunidade, em que constam informações tais como o tempo de ocupação, número de residências, infraestrutura existente no espaço ocupado pela comunidade e no entorno, imagem de satélite indicando os limites da comunidade, breve levantamento fotográfico, dentre outras, ligadas às condições materiais de habitação, moradia e condição de vida urbana. Além disso, foi identificada a partir de arquivos pessoais do cacique uma lista produzida pela AMHASF no ano de 2017 - de cadastramento das famílias indígenas que residiam na área da comunidade e aquelas que moravam de aluguel no Jardim Inápolis.

A “ficha de levantamento de favelas”, como é intitulado o documento produzido pela agência, indica que a área total em que essas famílias estão assentadas ocupa aproximadamente 70.000,00m², sendo caracterizada como de domínio misto, isto é, incide tanto sobre uma área pública como em área privada. No entanto, nas informações cedidas pelas AMHASF, não fica especificado quem seriam o(s) dono(s) da porção privada da área, tampouco informa se o poder público municipal chegou a tomar medidas para mitigar as condições precárias de habitação, saneamento, segurança pública, dentre outros fatores atrelados ao processo de precarização territorial e que afetam a qualidade de vida da comunidade.

O levantamento sobre a estrutura existente na comunidade revela que ela não possui rede elétrica regular, rede de água encanada e rede coletora de esgoto. Além disso, a coleta de lixo não chega a contemplar o perímetro da comunidade, sendo que é mais comum os moradores encaminharem o lixo doméstico até as ruas do bairro em que o

⁷⁴ De acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017, os núcleos urbanos informais consolidados são aqueles de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município.

⁷⁵ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113465.htm> Acesso em: 26 out. 2021

caminhão da coleta faz o seu percurso. Há ainda famílias que optam pela queima dos resíduos.

Figura 20: Moradia na Comunidade Indígena do Jardim Inápolis.



Fonte: Arquivo pessoal.

A ficha de cadastramento de famílias indica que entre as ruas Texas, Ajuana e Granito residem 123 moradores indígenas. O trabalho de campo indica que o maior contingente é composto por pessoas que vivem em famílias formadas a partir de uma união estável. Esses dados revelam que a maior parte do processo de mobilidade e trânsito entre a comunidade indígena na cidade e aquelas localizadas nas TI's ocorre de forma familiar, geralmente com o chefe da família vindo morar na cidade e trazendo seus filhos, ou vindo com a esposa e concebendo seus filhos na cidade.

Muitas das famílias que ali se estabeleceram saíram de aldeias de outras áreas do estado de Mato Grosso do Sul, visando novas perspectivas de vida, trabalho, educação para os filhos etc. O processo de (re)territorialização dos Terena em Campo Grande já havia sido observado, na década de 1950 por Cardoso de Oliveira (1968), a partir da mobilidade de pequenos grupos familiares que se assentaram em diferentes bairros da cidade, como Vila Taveirópolis, Santo Antônio, Vila Sobrinho, Tiradentes, dentre outros.

De acordo com o autor (1968, p. 141), “Dentre êsses, os que primeiro chegaram a Campo Grande foram mulheres, as irmãs Juliana e Carolina, como empregadas domésticas. A vinda de ambas para a cidade ocorreu por volta de 1920, em diferentes oportunidades e com diferentes padrões”.

Todavia, há de se considerar que tanto a saída definitiva quanto o trânsito entre as aldeias localizadas nas TI's e as comunidades indígenas e/ou “aldeias urbanas” inseridas na cidade não estão consubstanciadas apenas aos processos de precarização territorial presentes na situação de Reserva.

De acordo com Pereira (2009), o *ethos* terena está orientado para a exterioridade, havendo entre os sujeitos dessa formação social um empenho em conhecer e dominar determinadas atitudes comportamentais, etiqueta e civilidade de segmentos da sociedade envolvente, em busca da conduta mais apropriada à cada situação de interação social. O autor considera que esta é uma maneira tipicamente terena de se relacionar com a exterioridade. “Assim, os Terena demonstram grande capacidade de atuarem de forma criativa em cenários interétnicos dinâmicos, procurando, em cada momento, assegurar melhores condições para a existência de suas figurações sociais ou para a sua realização” (PEREIRA, 2009, p. 121).

A ficha de cadastramento da AMASFH indica que nas residências vivem em média de 2 até 8 pessoas. Um dos grandes questionamentos da comunidade junto ao poder público recai sobre a inclusão socioespacial precária a que estão submetidas. Na comunidade prevalecem estruturas precárias de habitação e moradia, e seu entorno apresenta serviços públicos deficitários, além de carência de equipamentos de lazer e de uso coletivo.

Outro problema é a falta de estabelecimentos de ensino e unidades de saúde perto da comunidade. As escolas e unidades de saúde mais próximas localizam-se há pelo menos 2 quilômetros de distância, o que, em muitos casos, inviabiliza o atendimento aos moradores. Não obstante, as famílias indígenas também têm que lidar com o preconceito estrutural das instituições públicas da sociedade envolvente, que, de acordo com relatos de moradores, muitas vezes negam atendimentos básicos aos indígenas em contextos urbanos.

Por fim, destacamos que o Sr. Ribeiro, a Dona Juliana, o Sr. Antônio, o Sr. Paixão (enquanto era vivo) e o Sr. Pedro Santana são grandes parceiros nas mediações dos interesses de sua comunidade frente ao poder público, em especial, à FUNAI, órgão governamental que conduz a política indigenista no Brasil. Nessas mediações, buscam

assegurar garantias relacionadas à direitos territoriais a ao acesso a programas sociais, serviços públicos e condições básicas de infraestrutura e moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou o presente trabalho foi o de interpretar e descrever os processos de mobilidade historicamente acionados pelos Terena em busca da manutenção de sua identidade étnica e cultural. O trabalho etnográfico concentrou-se em observações diretas e registro de narrativas e histórias de vida de famílias de um assentamento indígena urbano localizado no bairro Jardim Inápolis.

Cardoso de Oliveira (1964), em fins da década de 1930, já havia consignado a presença dos Terena em alguns centros urbanos do estado. No Capítulo II da presente pesquisa, foi evidenciado que, a partir da década de 1960, foi intensificado o fluxo de indígenas para as cidades, motivado principalmente pelo avanço de frentes de ocupação em seus territórios tradicionais, levando à precarização das condições de vida nas Reservas.

Nas últimas décadas, de acordo com Mussi (2006, p. 210):

[...] a situação não difere muito, pelo menos para os Terena, pois na luta pela garantia da sobrevivência, esse povo começou a sair de suas aldeias de origem para os centros urbanos mais próximos, no anseio de encontrar alternativas de vida que pudessem suprir suas necessidades mais elementares.

A abordagem por meio de entrevistas em profundidade possibilitou conhecer aspectos relevantes das trajetórias e histórias de vida de lideranças e familiares da comunidade indígena do Jardim Inápolis. As narrativas apresentadas pelos interlocutores, somadas às observações de campo dos pesquisadores, permitiram compreender motivos que induziram a mobilidade dos indígenas. As informações prestadas também propiciaram a verificação da manutenção de padrões tradicionais de territorialidade e de organização social terena no novo local de assentamento.

Ao longo de três anos de interação contínua, estabeleci laços de amizade e confiança com moradores da comunidade. Nesse percurso, estive atento aos atos de observar, ouvir e aprender as múltiplas dimensões das interações sociais construídas por estes sujeitos étnicos, a partir da interpretação dos relatos dos indígenas e do modo como eles dão significado ao espaço da comunidade e nele se (re)territorializam.

A partir da história oral das lideranças do Jardim Inápolis, ficou evidente a preocupação destas em garantir assistência social para os moradores da comunidade. Também observei nos assentamentos indígenas urbanos a persistência de fortes relações de solidariedade entre parentes consanguíneos e afins que formam famílias extensas. Relações estas que fazem parte de uma rede que abarca também dezenas de sujeitos que

permanecem residindo nas aldeias de origem. De igual modo, eles também mantêm ativos os vínculos com aqueles que residem nas aldeias de origem, como Taunay-Ipegue, Bananal, Cachoeirinha, Limão Verde, Aldeinha, como destacado no Capítulo III.

Acredito assim, que os laços de fraternidade entre as comunidades da capital são mantidos e, com isso, a identidade terena se faz presente. Vejo isso como um importante ato de manutenção da cultura deste povo, demonstrando uma resistência cultural que acaba sendo reforçada pelos processos de territorialização étnica nos assentamentos indígenas urbanos.

Outro ponto em destaque é a importância que essas lideranças relegam ao associativismo étnico com os não indígenas, por meio de convênios estabelecidos com o poder público, para que as políticas de assistência aos povos indígenas em contextos ampliados de interação social continuem em curso. Essas políticas públicas devem (na visão das lideranças com as quais tive a oportunidade de interagir), contemplar as dimensões inerentes à saúde, educação, formação para o mercado de trabalho e garantias para a regularização fundiária dos assentamentos urbanos informais constituídos por famílias indígenas.

Nas entrevistas e conversas realizadas com os habitantes da Comunidade Indígena do Jardim Inápolis, constei que os principais motivos da migração urbana estão ligados à procura por oportunidades de trabalho, de educação formal para os filhos e assistência médica.

Nas visitas que foram feitas à comunidade, foi possível constatar condições bastante precárias em termos da infraestrutura e condições materiais de vida. Assim, considero que as condições socioespaciais são precárias. Como constatado pela pesquisa de campo, muitas moradias são improvisadas, construídas com materiais frágeis, não contam com rede coletora de esgoto e os proprietários não possuem documento de propriedade ou posse, o que acarreta dificuldades de acesso a programas e benefícios sociais.

A expectativa dos moradores é que, a partir da regularização fundiária, eles possam contar com a aplicação de políticas públicas diferenciadas, planejadas especificamente para a população indígena residente na cidade.

Acredito que a relevância da presente pesquisa se relaciona à forte presença de indígenas da etnia Terena nas periferias de Campo Grande, seja nas comunidades indígenas organizados em famílias extensas ou vivendo em famílias nucleares em

residências avulsas espalhadas por bairros da cidade, sendo que, para mim, torna-se pertinente tal estudo para confrontar os dados e estimativas oficiais.

De igual modo, foi de grande interesse investigar como a comunidade se formou, partindo da análise do processo histórico de constituição desse assentamento urbano informal. Além disso, investiguei, por meio da observação direta, como ela está estruturada em termos de equipamentos técnicos (iluminação pública, infraestrutura urbana, sanitária, fundiária, etc.) e como vem sendo pautada a questão da moradia e habitação para os sujeitos étnicos que ali residem.

Dessa forma, além de inferir sobre questões referentes à qualidade de vida dentro da comunidade, tais como o acesso à educação, saúde e segurança pública, também me interessou refletir sobre questões ligadas ao pertencimento étnico e cultural dessa comunidade, além de suas formas organizacionais de territorialidade e estrutura social ressignificadas, todavia, mantidas no contexto urbano.

Por fim, é pertinente ressaltar que ainda há relativamente pouca produção acadêmica nesse sentido no estado de Mato Grosso do Sul, sendo que há uma necessidade de avanço nesta vertente de pesquisa. Acredito assim, que esta pesquisa, além de contribuir para o arcabouço de trabalhos que interpretam as formas de inserção de grupos indígenas em contextos urbanos e os efeitos sociais inerentes aos processos de mobilidade e circulação, também servirá enquanto produto para elaboração de artigos que enriqueceram a produção nacional acerca da temática. Em termos de avanços, a pesquisa pode contribuir para o reconhecimento das pautas e necessidades dessa comunidade, e assim dar visibilidade aos habitantes de comunidades indígenas em contextos ampliados de interação social.

Além disso, a presente pesquisa objetivou uma interpretação antropológica a respeito de assentamentos indígenas na cidade, visto que a mídia local por vezes publica reportagens onde há um discurso anti-indígena, no sentido de caracterizar os habitantes dessas ocupações enquanto invasores de área pública, sempre ocultando os motivos reais pelos quais famílias realizam processos migratórios, de mobilidade e circulação entre TI's e cidades. Desse modo, a pesquisa pretende ser um mecanismo de auxílio para pensar políticas públicas, chamando a atenção principalmente para problemas como carência de acesso à moradia digna, necessidade de regularização fundiária de lotes urbanos, promoção de assistência à saúde, educação, qualificação profissional e lazer.

Acredito ainda, que as reflexões contidas nesta dissertação possam trazer contribuições úteis para futuras pesquisas acadêmicas e de caráter mais aplicado como

para a elaboração de uma agenda de trabalho dos órgãos de assistência junto às comunidades indígenas em contextos urbanos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. Indígenas na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 149-168, jan./jun. 2015.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **O regime imagético Pankararu** (tradução intercultural na cidade de São Paulo). Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

ALMEIDA, Elaine Cancian Aparecida de. Campos de pastagens sulinas de Mato Grosso: aportes sobre Miranda, Nioque e Campo Grande (1830-1900). In: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine (org.). **Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2017.

ALMEIDA, Elaine Cancian Aparecida de. **Nos confins do sertão de Miranda: ocupação da terra, desenvolvimento econômico e relações de trabalho (1830-1892)**. Tese (Doutorado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Vukapanavo – o despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2019.

ANDRADE, Jose Agnello Alves Dias de. **“Tudo para onde eu chego tenho minha casa”**: Mobilidade, Parentesco e Territorialidade Sateré-Mawé entre cidades Amazônicas. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

ANDRADE, Lucia M. M de; BELLINGER, Carolina. K; PENTEADO, Otávio Camargo. Índios na cidade e políticas públicas. In: **Comissão Pró-Índio de São Paulo, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos**. São Paulo, 2013. Disponível em <www.cpisp.org.br/pdf/IndiosnaCidade.pdf> Acesso em 20 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE INDÍGENA ÁGUA BONITA Disponível em <<http://aguabonitacg.blogspot.com.br>> Acesso em 20 jun. 2019.

AZANHA, Gilberto. As terras indígenas terena no Mato Grosso do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 61-111, jul. 2005.

BARBOSA, João Mítia Antunha; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. Uma revoada de pássaros: o protagonismo indígena no processo Constituinte. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, n. 20, jul./dez. 2018.

BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 45-86, 2015.

BRAYNER, Thais Nogueira. **É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés** – Brasília/DF. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

BRAZIL, Maria do Carmo. A invenção dos Campos de Erê. In: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine (org). **Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2017.

CAMPO GRANDE, Agehab. Informações sobre a Comunidade Urbana Indígena Água Bonita, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da; CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133-154.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e "meltingpot" cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In.: CUNHA, Manuela CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 457-474.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2013.

CLIFFORD, James. "Sobre a autoridade etnográfica". In: **A experiência etnográfica - Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

DINIZ, Edson Soares. Araribá: uma reserva indígena em São Paulo. **Boletim do Museu do Índio**. Rio de Janeiro, n. 5, nov. 1976.

ECKERT, Cornelia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. **Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 19, n 1-2, p. 21-44, 1996-1997.

ELOY, Ludivine; LASMAR, Cristiane. Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil). **Acta Amazônica**, Manaus, v. 41, n.1, mar. 2011.

ENCONTRO DE MULHERES TERENA (1º: 1990: Campo Grande, MS). Disponível em < <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/relatorio-29.>> Acesso em: 12 maio. 2021

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Sistemas de assentamento e processos de territorialização entre os Terena da terra indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Habitus**. Goiânia, v. 9, n. 1, p. 169-199, jan./jun. 2011.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. **História e Reflexão**. Dourados, MS, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. **Terra indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques; BARRETO, Lilian Santos. **Laudo antropológico referente à diligência técnica realizada em parte da área da antiga fazenda bananal, também conhecida como santuário dos pajés, localizada na cidade de Brasília, distrito federal, Brasil**. Portaria FUNAI Nº 73, de 26/01/2010. Dourados, MS, agosto de 2011.

ESPÍNDOLA, Michely Aline Jorge. **Jovens terena na cidade de Campo Grande (MS) política e geração**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

ESSELIN, Paulo Marcos. Vacarias da planície: ocupação e povoamento no período colonial. In: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine (org). **Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2017.

FERNANDES JUNIOR, José Resina. **Da aldeia para a cidade: permanência, mudanças e qualidade de vida de uma comunidade indígena em Campo Grande- MS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local). Madri: Departamento de Geografia Humana, Universidad Complutense de Madrid, 2001.

FERNANDES, Edésio. Regularização de assentamentos informais: o grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros. In. ROLNIK, Raquel [et al.]. **Regularização Fundiária Plena: Referências conceituais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. In: **Anuário Antropológico**, v. 42, n. 1, p. 195–226, 2018.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro**. 413p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional, 2007.

FONSECA, Vinicius Rajão da. **Propostas de colonização em Mato Grosso: o núcleo colonial de Terenos**. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015.

GEERTZ, Clifford. **O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GOMES, Luciane Scanoni. Do cru. A vida oculta da cerâmica terena. **Tellus**. Campo Grande, MS, ano 16, n. 31, p. 163-180, jul./dez. 2016.

GRANJA, Laura Santos; MAGALHÃES, Alex Ferreira. Condições de viabilidade para a regularização fundiária plena: uma problematização a partir da experiência de Juiz de Fora (MG). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R, L (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, v. 2, n. 23, p. 35–51, 2015.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Os indígenas no censo demográfico de 2010: Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/147omunicac/147omunica_censo2010.pdf> Acesso: 20 abr. 2019.

JORNAL MIDIAMAX. Depois de reportagem do Midiamax, índios conseguem promessa de nova aldeia urbana. s.d. Disponível em <<https://correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande-podera-ter-quinta-aldeia-urbana/218519>> Acesso em 10 set. 2021.

MAURO, Victor Ferri. Participação de indígenas Terena na resistência à emancipação da tutela durante a ditadura militar. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 19, n. 40, p. 73-102, set./dez. 2019.

MONAGAS, Angela Célia Sacchi. **União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, jan./jun. 1999.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios multiterritorialidade e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-*tekoha* Dourados/MS. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista., 2015.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **As estratégias de inserção dos índios Terena**: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005). Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2006.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. Tronco velho ou Ponta da Rama? A mulher indígena Terena nos entrelugares da fronteira urbana. **Patrimônio e Memória**, v.4, n.1, p. 42-59, 2008.

NASCIMENTO, Adir Casaro. VIEIRA, Carlos Magno Naglis. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. **Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer**, São Paulo, n.14, p. 118-136, jan/jun. 2015.

NUNES, Ivna de Oliveira. Ser mulher e ser migrante: debates sobre divisão sexual do trabalho nos fluxos migratórios. **Tempos Históricos**, v. 24, n. 2, p. 76-95, 2020.

OLIVEIRA, Eder Alcantara. **História dos Terena da aldeia Buriti**: memórias, rituais, educação e luta pela terra. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

PAULA, Luis Roberto de. Afirmação de direitos indígenas em contextos ampliados de interação social: referências bibliográficas e alguns problemas de investigação. **Aracê**, ano 4, n. 5, p. 295-322, 2017.

PENTEADO JUNIOR, Ariovaldo Toledo. **O encarceramento de indígenas sul-mato-grossenses**: Do Icatu à penitenciária estadual de Dourados. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.

PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Buriti**: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Vanuère: conquista, colonização e indigenismo**: oeste paulista, 1912-1967. Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista, 1999.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRADO, José Henrique; URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera. “Temos o dever sagrado de defender o que é nosso”: a trajetória e a luta política de Marçal de Souza Tupã'i. **Movimentação**, Dourados, v. 4, n. 6, p. 125-143, 2017.

PROGRAMA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O GERENCIAMENTO INTEGRADO DA PANTANAL E BACIA DO ALTO PARAGUAI – PAE. Disponível

em <http://arquivos.ana.gov.br/projetos/gefpantanal/PAE_Pantanal_PT.pdf> Acesso em 03 ago. 2020.

RODRIGUES, Josibel. A resposta à estigmatização produz território étnico: os indígenas em Manaus e a formação de comunidades. In. ALMEIDA, Alfredo Wagner; SANTOS, Glademir Sales dos. (org). **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SACCHI, Angela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. In. **Anthropológicas**, v. 14, n. 1 e 2, p. 95-110, 2003.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. **Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul**: a relação capital-trabalho e a questão indígena atual. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

SANT'ANA, Graziella Reis de. **História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SANTOS, Glademir Sales dos. **Identidade Etnica**: os Satere-Mawe no bairro da Redenção, Manaus-AM. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2008.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. A diáspora Guná (Terena) no pós-guerra do tríplice aliança e os reflexos em seus territórios no estado de Mato Grosso do Sul. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 16, n. 30, p. 89-110, jan./jun. 2016.

SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. Delimitação do pantanal brasileiro e suas sub-regiões. In. **Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília**, v.33, p. 1703-1711, 1998.

SILVA. Luiz Felipe Barros Lima da; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **A constituição da comunidade indígena Água Bonita em Campo Grande – MS**: territorialidade e identidade indígena. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2016.

SISGRAN. **Indicadores sociais município de Campo Grande**. Disponível em <<http://www.capital.ms.gov.br/sisgran/#/indicadores>> Acesso em: 01 de jul. 2019.

SISGRAN. **População dos bairros por cor ou raça – 2010**. Disponível em <<http://www.capital.ms.gov.br/sisgran/#/indicadores>> Acesso em: 01 jul. /2019.

SOAVE, Fernando Merloto. Índios e cidade: quando a igualdade descaracteriza. In. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 16, n. 49, p. 49-78, jan./jun. 2017.

SOUSA, Neimar Machado de. **A Redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim: entre a cruz e a Espada (1631-1659)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes: 1995.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho. **Sustentabilidade sociocultural de indígenas em área urbana**. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento). Lajeado/RS: Centro Universitário UNIVATES, 2016.

SOUZA, Marlene Ricardi de. **Transformações no modo de ser mulher guarani e kaiowá em MS no cenário de profundas transformações no território, na organização social, nas formas de sustentabilidade e na participação política (1970 a 2017)**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

TABELA DAS ETNIAS DA GRANDE SÃO PAULO – Programa “Índios na Cidade” – ONG Opção Brasil e Rede Nacional de Articulação dos Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes – última atualização: janeiro de 2021. Disponível em <<https://www.facebook.com/indiosnacidade>> Acesso em: 02 jun. 2021.

TAUNAY, Alfredo de Escragnolle. **Entre os nossos índios**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

TEIXEIRA, Pery. **Estudo demográfico da população Sateré-Mawé residente em terras indígenas e em áreas urbanas**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese; BRASIL, Marília. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Cadernos CRH [online]**, v. 22, n. 57, p.531-546, 2009.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A dimensão sócio-política do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI**. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

VERDUN, Ricardo. **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas/ Brasília: Inesc, 2008.**

VIETTA, Katia. Os "valores da cerâmica Terena Campo-grandense. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, n. 24, v. 12, p. 99-132. 2015.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: Por que censurar seu diário de campo? In. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

XIMENES, Lenir Gomes. **A retomada Terena em Mato Grosso do Sul: oscilação pendular entre os tempos e espaços de acomodação em reservas, promoção da**

invisibilidade étnica e despertar guerreiro. Tese (Doutorado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

ZURUTUZA, Anahi; SANTOS, Aline dos. **Governador por três vezes, Pedro Pedrossian morre em casa aos 89 anos**. Campo Grande News, out. 2017. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/governador-por-tres-vezes-pedro-pedrossian-morre-em-casa-aos-89-anos>> Acesso em 21 jun. 2019.